

A Defesa Nacional



FEVEREIRO
1952

NÚMERO
451

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXIX	BRASIL — RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO DE 1952	N. 451
-----------	--------------------------------------------	--------

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A estrutura de um Exército moderno — Tradução do Ten.-Cel. M. R. C. Lisboa	5
Exercícios no terreno — Ten.-Cel. A. C. Montz de Aragão.....	15
A operação anfíbia de Vella Laveila — Tradução do Maj. Floriano Möller	23
Caracterização das ações da Infantaria antes do ataque — IV — Maj. Augusto de Oliveira Pereira.....	33
Explicação de idéias sobre Educação Física — Cap. Estevam Meirelles....	45
Discussão sobre a defensiva — Tradução do 1º Ten. Diógenes Vieira Silva	47
O papel do átomo na tática — Tradução da Redação.....	53
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Liberdade e Disciplina — Cel. Aluizio de Miranda Mendes.....	57
Os militares e os problemas sociais — X Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	71
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
O desembarque de "Saint-Nazaire" — Tradução do Maj. Cesar Neves.....	79
3º Regimento de Artilharia Auto Rebocado 75 — Cap. José Matos Santos....	91
Aspectos da Geografia Física do Rio Grande do Sul — Redação.....	95
DIVERSOS	
General Alvaro Prati de Aguiar — Redação.....	99
Apresentação de Aspirantes a Oficial — Conselho — Cel. Niso Montezuma	109
Sangue novo na indústria do carvão — Cel. Irapuan Xavier Leal.....	117
O papel do Exército na vida da nação — Cel. Adalardo Flalho.....	123
Dom Quixote, o sublime — Ten.-Cel. José Codeceira Lopes.....	129
O 27 de novembro — Cap. Jonas Correia Neto.....	131
Turma Laguna e Dourados — Redação.....	135
Uma carta animadora — Redação.....	138
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	139
ATOS OFICIAIS GERAIS.....	145



MONTE CASÉROS

Ao ensejo do primeiro centenário da memorável vitória das armas liberais contra as forças defensoras do famoso caudilho platino D. Juan Manuel Rozas, na batalha de Monte Caséros, travada a 3 de fevereiro de 1852, julgamos ser justo e oportuno recordar a alta significação dêsse histórico acontecimento e, assim, prestar modesta homenagem àqueles que lutaram e morreram para impedir que sombrias rajadas de tirania apagassem as chamas de liberdade que alimentavam a esperança das nações sul-americanas recém-emancipadas.

Como sabemos, a guerra contra Rozas foi um dos frutos da velha divergência de limites entre as côrtes de Portugal e Espanha no importante estuário do Prata.

Não desejamos reviver, nesta oportunidade, os antagonismos de nossos antepassados, próprios da era de conquistas, e felizmente já inexistentes no presente.

Todavia, não podemos deixar de reconhecer que as pretensões de expansão e domínio, na rica bacia platina, transformaram uma questão de limites num conflito político de grandes proporções entre dois Vice-Reinados.

E, por causa dêsse conflito, três guerras surgiram na América meridional: primeiro, a guerra da Cisplatina, depois a guerra contra Oribe e Rozas e, finalmente, a guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.

A reconstituição do Vice-Reinado do Prata, desfeito pela emancipação de suas províncias, objetivando a formação de uma grande e poderosa Confederação de Estados, no Prata, foi sonho

que empolgou muitos descendentes de Castela na América e, particularmente, o ditador argentino, desde os primeiros dias dos seus 23 anos de governo.

Com o reconhecimento da independência do Uruguai, depois das lutas pela posse da Província Cisplatina, parecia que o velho conflito ficara encerrado.

Na realidade, porém, isso não aconteceu, porque os beligerantes filiaram-se aos partidos políticos da nova República e a intervenção foi de tal ordem que resultou em guerra.

A ação do governante argentino correspondeu a reação de uma aliança militar constituída de forças do Império brasileiro, das Províncias de Entre-Rios e Corrientes, sob o governo do General Justo José de Urquiza e de elementos da República Oriental.

A primeira fase da campanha terminou com a rendição de Oribe, em Las Piedras e a segunda foi encerrada com a derrota de Rozas, em Monte Casêros.

Essa dramática batalha teve curta duração, mas foi decisiva.

O seu desfecho marcou o fim de uma tirania e constituiu brilhante vitória das forças democráticas, com auspiciosas consequências para o continente sul-americano.

A República Argentina, depois de 23 anos de ditadura, teve a reorganização federativa e o restabelecimento do regime democrático, fatos estes que muito contribuíram para acelerar o progresso do país.

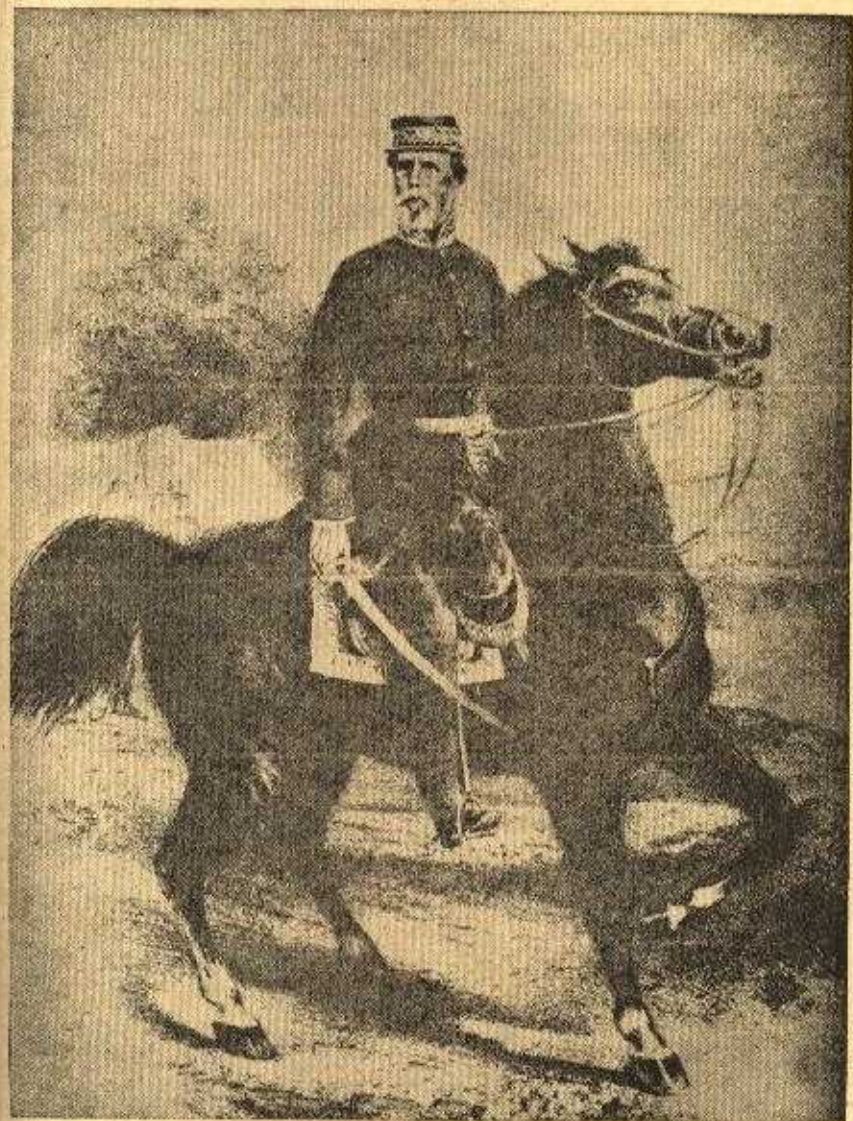
O Uruguai lucrou a consolidação de sua independência e o Paraguai ganhou o direito à navegação no Rio da Prata, tão necessário à sua existência.

Tendo impedido a execução do plano de Rozas e conseguido a fixação definitiva da linha divisória com o Uruguai, o Brasil obteve, também, duas grandes vitórias de grande importância política.

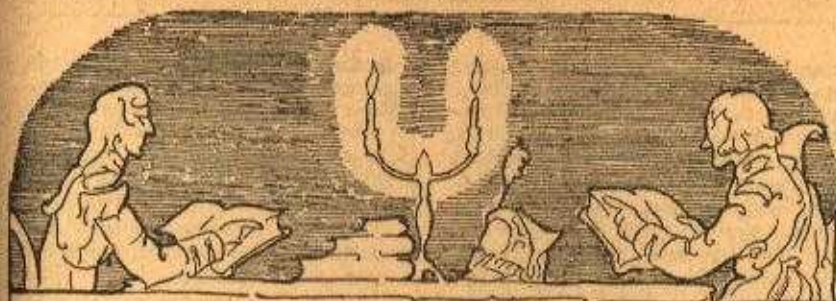
Infelizmente, porém, os conflitos na bacia do Prata não terminaram aí, porque irrompeu ainda outra guerra pela mesma causa — expansão territorial — que foi a guerra da Trílice Aliança contra o governo do Paraguai.

A despeito, porém, dos trágicos efeitos desse grande conflito que perturbou a fraternidade e retardou a prosperidade continental, as benéficas consequências da batalha de Monte Casêros não foram modificadas e, até hoje, permanecem respeitadas como legítima expressão da Paz, do Direito e da Liberdade na América.

BRIGADEIRO MANOEL MARQUES DE SOUZA
CONDE DE PORTO ALEGRE



COMANDANTE DAS FORÇAS BRASILEIRAS
NA BATALHA DE MONTE CASEROS



CULTURA PROFISSIONAL

A ESTRUTURA DE UM EXÉRCITO MODERNO

Traduzido da "Revue Militaire d'Information"
n. 173-Julho-1951 pelo Ten.-Cel. M. R. C. LISBOA

Após a 2ª Guerra Mundial, surgiu a necessidade de se rever a organização do exército de terra, impondo-lhe reformas fundamentais consentâneas. Numerosos estudos foram feitos, mas, nenhuma realização objetivada.

Entretanto, a organização atual é caracterizada por uma estrutura pesada, que não cessa de aumentar, e por um preço de custo que é o principal obstáculo à realização de uma defesa eficaz. É isso um perigo mortal para a defesa do ocidente.

Para remediar esse perigo, o único caminho possível é o de procurar novas e rápidas soluções, levando-se em conta as experiências passadas, mas libertando-se das cadeias que apresentam.

O problema é complexo, pois trata-se de conciliar a potência indispensável com a mobilidade e a rapidez, atualmente mais necessária que nunca para assegurar a maior capacidade de manobra, tudo com o objetivo ainda de manter o preço de custo nos limites razoáveis.

No momento em que numerosas nações tratam de reconstituir os seus exércitos e estão ainda à procura de uma fórmula satisfatória, não é demais examinar, em detalhe, os principais aspectos do problema:

— de um lado, salientando as idéias essenciais que poderiam presidir um estudo mais aprofundado;

— de outro, esboçando alguma das conseqüências maiores que decorrem dessas idéias.

1ª PARTE

IDÉIAS GERAIS

I — A noção dos efetivos — Quando os exércitos se defrontavam em formações maciças, com os homens avolumados em largura e em profundidade, os efetivos, que condicionavam a densidade dessas formações, eram um elemento essencial, senão determinante, da potência desses exércitos.

Porém, atualmente, quando o dispositivo, evoluindo progressi-

vamente, deu nascimento à linha de atiradores e chegou, pouco a pouco, ao vazio do campo de batalha, a noção dos efetivos sofreu uma transformação considerável.

É surpreendente constatar como esta transformação não tenha sido, ainda, apreciada no seu justo valor. No entanto, esse fato teria dado matéria a uma ampla reflexão. Tal o exemplo do exército alemão, que se viu obrigado, em (1940), a bater, com algumas centenas de milhares de homens, um exército de vários milhares, dotado de um material, sob todos os aspectos, comparável ao seu.

Qualquer que seja, a noção dos efetivos não é mais o único elemento da potência; ela deve ser examinada, agora, sob um ângulo inteiramente novo, e, notadamente, sob o duplo aspecto de rendimento e eficiência.

a) A noção de rendimento — Numa divisão tipo americana de 18.075 homens, há somente 1.195 "infantes combatentes", ou seja, 6%.

Se lhe juntarmos os elementos que, como a artilharia e os carros, trabalham para o seu proveito imediato, chega-se, sem dúvida, a 12%, ou, no máximo, 15%. O restante não é senão "despesas gerais".

É possível haver uma organização que suporte semelhante carga em condições de sobreviver?

Isso é suficiente para explicar certos aspectos das primeiras missões da guerra da Coreia. O exército das Nações Unidas dispunha de uma forte superioridade material; não obstante, preso aos dois eixos únicos de estradas que constituíam o seu sistema vital, foi estrangulado a recuos espetaculares pela ação de inimigos pouco numerosos e pouco armados, porém que sabiam utilizar as zonas difíceis, nas quais seu adversário não estava em condições de assegurar o controle. Em compensação, cada vez que os exércitos sino-coreanos tentaram ataques maciços, fracassaram, não obstante a sua superioridade numérica, às vezes esmagadora.

Tomemos, agora, o exemplo da célula elementar, o Grupo de Combate. Seu objetivo essencial é o de servir a uma arma automática, dobrada como se deseja, de uma arma anticarro leve. Um chefe a 4 ou 5 homens são suficientes.

O efetivo suplementar, que lhe é atualmente adicionado, responde a três idéias falsas:

— A 1ª, é a de que é necessário manobrar em torno dessa arma, seja para cobri-la, seja para aproveitar o seu fogo. Ora, essas duas ações não podem ser realizadas com a eficiência desejável, senão pela arma automática vizinha.

— A 2ª, é a de que é necessário ter, em torno da arma, municiões em número suficiente. Ora, é exato que numa tropa bem instruída, a soma "fogo e movimento" constitui, quase sempre, uma constante. Se se desloca, atrai-se pouco. Se se acha estabilizado (quando se atira muito mais), a técnica moderna (viaturas com lagartas) permite alimentar os combatentes sem grande dificuldade.

— A 3ª, finalmente, é a idéia de que o grupo deve poder durar. Ora, como o aumento de homens implica, automaticamente, num aumento de perdas, esse objetivo não pode ser atingido.

As consequências imediatas desse estado de cousas são graves.

Em primeiro lugar, os homens são mal utilizados. Aquêles que não são combatentes propriamente ditos, ficam reduzidos ao papel de "valets d'armes", agindo passivamente. Seu rendimento seria de todo diferente, se também executassem os primeiros papéis.

Entretanto, esses "valets d'armes", representam bôcas para alimentar e consumir munições, muitas vezes sem nenhum rendimento. As necessidades do conjunto se acham consideravelmente acrescidas, sem nenhum proveito compensador.

Esse volume de necessidades repercute nas retaguardas, aumentando-as numa extensão muito mais geométrica que aritmética. Chega-se a este paradoxo: que a

retaguarda, destinada a manter a frente, sente-se, cada vez mais, na necessidade de manter-se e apela para a frente em seu auxílio.

Não é demais recordar os frequentes exemplos de unidades da frente, quando em repouso, serem chamadas a efetuar serviços em proveito de trabalhos de toda natureza. É isso uma completa inversão de valores. Enfim, o que é mais grave ainda, o excesso de efetivos acarreta o excesso de perdas. Seja na linha de frente, como na retaguarda, elas são tanto maiores quanto maior fôr a densidade das tropas. O poder destruidor do armamento moderno, muito particularmente a aviação, impõe não sejam dispostas no terreno senão formações extremamente diluídas. É precisamente o inverso que se verifica atualmente. O vazio do campo de batalha, cada vez mais indispensável, é, também, cada vez mais difícil de ser realizado, sobretudo na retaguarda.

Visto sob o ângulo de rendimento, o balanço atual é pois inteiramente negativo. Não é mais a noção de massa que deve dominar, mas a de velocidade: rapidez nos deslocamentos, nas paradas, nas concentrações, na manobra, em síntese. Sobre isso, é aflitivo constatar que, enquanto os exércitos, à base de infantaria, se deslocam a 4 km por hora, cobrindo etapas médias da ordem de 25 km diários, os exércitos atuais, à base de veículos automóveis, cuja velocidade pode atingir 40 km e mesmo mais, têm uma capacidade média de deslocamento que não excede de 60 km por dia. Com efeito, não se pode ter velocidade sem ligeireza e sobretudo sem "fluidez", noção que encontraremos mais adiante.

b) *Noção de eficiência* — Em consequência do desenvolvimento da Técnica, a noção de eficiência tende cada vez mais a se opor à noção de massa.

Quase sempre, são algumas armas bem colocadas, servidas por um pessoal de valor, que decidem da sorte de um combate.

Em torno de uma arma moderna, capaz de semear a morte num raio de várias centenas de metros, é desnecessário colocar homens passivos e inúteis. Doutro modo, é em vão, ainda, atacar esta arma com uma massa de indivíduos com inferioridade de armamento, sob pretexto de adquirir, pelo menos, a superioridade do fogo. Só permanece válida a manobra, ameaçada por elementos tão velozes quanto possível.

Assim aparece, novamente, essa noção de "fluidez", que já invocamos atrás.

Quanto maior a potência do armamento, menor deve ser o número do pessoal que o maneje. Um só avião, conduzindo uma bomba atômica, é muito mais eficaz que várias dezenas de aviões carregados de explosivos normais. Levando-se essa razão ao extremo, pode-se asseverar que, num conflito futuro, um dos meios mais eficazes poderia ser o combatente isolado, mais ou menos clandestino, conduzindo, aos pontos vitais do inimigo, um engenho de destruição maciça. Só o seu próprio isolamento lhe garantiria uma segurança quase total. Sem dúvida, não é isso senão força de imaginação; mas, talvez, seja, também, uma realidade, amanhã.

Todavia, poder-se-ia argumentar que não há rendimento sem coordenação de esforços, e que essa coordenação exige comando incompatível com uma tão grande dispersão. Essa crítica é igualmente inexacta: o desenvolvimento dos meios de transmissão, no decorrer da última guerra, revolucionou o exercício de comando; é nesse terreno que a solução deve ser encontrada.

De outro lado, importa que a instrução, em todos os escalões seja conduzida no sentido da iniciativa, fator importante de rapidez na concepção e execução da manobra. O comando de uma unidade, qualquer que seja ela, o próprio homem de fileira, deve ser treinado a agir sem ser, constantemente, "conduzido pela mão" pelo escalão superior.

No exército francês, êsse resultado, pôde ser facilmente obtido.

Pode-se objetar que os elementos muitos fluidos são incapazes de deter o inimigo, e se arriscam a ser rapidamente "submersos".

Esta consideração tem a sua importância, sobretudo no caso da França, que tem um interesse capital de impedir o franqueamento de suas fronteiras pelo inimigo.

Ela é, no entanto, errônea. Só um dispositivo rígido, estático, pode ser submerso. O mesmo não acontece com um dispositivo fluido e rápido, apoiado por um sistema de defesa territorial, do qual, como veremos adiante, participa a nação inteira.

Assim, sob o ponto de vista de eficiência ou de rendimento, a noção dos efetivos deve ser objeto de um novo exame. Acumular homens de nada serve, senão para aumentar as "despesas gerais" e multiplicar as perdas. Uma repartição mais judiciosa do pessoal, em função do armamento a servir e dos efeitos a tirar desse armamento, deve conduzir, sem dúvida alguma, a uma diminuição sensível do efetivo das forças verdadeiramente combatentes.

II — *A Nação armada* — Deduz-se, do que foi dito, que só uma fraca parte da população deve assegurar a defesa do país? Evidentemente, não; e, especialmente, no caso da França. Seria expô-la a uma invasão em massa que tentaria irromper sobre as suas defesas e submergir rapidamente a maior parte dos seus centros vitais. Foi assim que os Russos procederam com os Alemães, em 1944/1945.

Em presença de um tal perigo, é a população inteira que deve assegurar a defesa. Cada cidade, cada vila, cada ponto importante deve ser preparado para se tornar um centro de resistência defendido pela população local, que, prosseguindo nos seus trabalhos habituais, será organizada e instruída para poder imediatamente participar da luta. Através desses pontos fortes, escalonados em toda a profundidade do país, o avanço

adverso se diluirá e se perderá como a água na areia. A decisão pertencerá, então, aos elementos ligeiros, mais potentes e móveis, que contra-atacarão um inimigo assim entregue a si próprio.

Êsses últimos elementos não serão outros senão uma parte das praças de campanha propriamente ditas, mais especialmente encarregadas, por sua vez, da defesa das fronteiras ou à frente delas.

Em suma, o país deve ser provido de uma *lança* e de um *escudo*. Isso é, essencialmente, questão de *organização* e de *articulação*. Trata-se, assim, da Nação armada, na sua forma mais completa e a mais total.

Para que tenham todo o seu valor, *lança* e *escudo* deverão ser organizados em função das considerações já desenvolvidas atrás.

É na *lança*, em particular, que deverão se achar todas as características de fluidez, de capacidade de "manobra" que lhe permitirão cumprir sua tarefa, e notadamente de realizar rapidamente, no momento e no ponto desejado, as concentrações de meios necessários para surpreender e dominar o adversário.

Isso não será possível senão se os seus elementos constitutivos forem concebidos para um tal papel e a êle adaptados. Resulta disso, expormos a questão do "princípio divisionário", e examinar em que medida é êle ainda aplicável.

III — *Manobra e princípio divisionário* — Nascido da necessidade de "descentralizar", em consequência dos progressos do armamento, o princípio divisionário permanece inteiramente válido. Porém, no decorrer dos anos, têm sido êle totalmente falseado na sua aplicação.

A divisão, com efeito, não tem senão se acrescido com o tempo. É progressivamente aumentada de todos os novos elementos que a técnica traz. Daí resultar um peso contínuo, condenável sob o triplice aspecto:

— de um lado, não lhe dá a eficiência: em qualquer que seja

a hipótese, a divisão atual não pode conduzir uma ação sem reforços apropriados, notadamente em artilharia e carros;

— doutro lado, ele lhe tira toda a capacidade de manobra: em função de sua massa, é a divisão um ser impotente, inapto às ações e reações rápidas exigidas pelo combate moderno;

— enfim, a divisão tem um rendimento irrisório, conforme vimos atrás, o número dos verdadeiros combatentes não excedendo de 15%.

A prioridade que toma, em nossos dias, as noções de rendimento e de eficiência, em relação à noção de massa, deve tender para a revisão da própria estrutura da divisão, de modo a torná-la capacitada para *manobrar*, que é a sua verdadeira razão de ser.

Essa capacidade de manobra, com efeito, é mais do que nunca indispensável. É difícil conceber-se, particularmente no início de uma guerra, uma frente contínua barrando a Península Europeia, do Báltico ao Mediterrâneo; e, isso, não só devido ao poder destruidor dos exércitos, mas, também, pelas limitações exigidas pelos órgãos de retaguarda, cujo número, cada vez maior, é uma imposição do próprio volume das divisões. As brechas e os pontos fracos não poderão ser evitados. Para explorá-los, como para os defender, a manobra retomará uma importância capital, seja na ofensiva, seja na defensiva, onde só a manobra permite se opor à manobra.

Somente unidades, aliando a potência à mobilidade e à rapidez, disporão da capacidade de manobra necessária. Somente elas permitirão, ao comando, realizar, com a rapidez desejada, as concentrações necessárias, ou de salvar a sua liberdade de ação, esquivando-se à pressão de um inimigo superior. É nesse sentido que a divisão deve ser objeto de profundas reformas de estrutura, tanto na sua composição, como na sua articulação.

Comparada à divisão atual, a divisão do futuro será caracterizada:

— para volume igual, uma capacidade manobreira consideravelmente acrescida;

— para igual capacidade de manobra, um volume nitidamente reduzido.

IV — O homem e o material — Quanto mais aumente a potência do armamento, já dissemos, menos numeroso deve ser o pessoal que o serve. Essa idéia merece alguns desenvolvimentos.

Parece-nos bem que os constantes progressos, no domínio do material, não tenham tido, sobre a utilização do "homem", as repercussões profundas que correspondam à sua importância.

Do mesmo modo que os aperfeiçoamentos da máquina impõem, para determinada produção, uma diminuição da mão-de-obra necessária, todo o progresso nos armamentos deveria conduzir a uma redução sensível dos efetivos combatentes. Ora, é precisamente o inverso que se verifica, e o volume das unidades não pára de aumentar.

No que diz respeito ao próprio serviço das armas, seria vão recordar a necessidade de não oferecer ao inimigo senão objetivos tão diluídos quanto possíveis, ou o fato de que um carro, por mais potente que seja está a mercê de uma arma anticarro individual bem colocada e bem servida.

Seria, igualmente, em vão esclarecer que, a todo aperfeiçoamento do material, corresponde um acréscimo de pessoal encarregado de abastecê-lo e de o manter.

É nesse domínio, no entanto, que importa nosso sentido de rever os carros atuais.

De um lado, com efeito, a utilização dos diversos materiais necessários à batalha, de outro, o abastecimento e a manutenção desses materiais constituem problemas distintos. Esses problemas não são, nas grandes unidades atuais, suficientemente diferenciados, isso resulta numa multi-

plicação de meios que as tornam pesadas e desperdiça esforços.

A utilização do material é coisa relativamente simples.

Uma criança sabe, por instinto, utilizar um brinquedo que recebe de presente, por mais complicado seja ele; é questão de horas ou dias para penetrar nos seus segredos.

Guardadas as devidas proporções, essa mesma faculdade existe no homem jovem, e sua explicação racional deve permitir uma simplificação importante da instrução militar propriamente dita.

Essa última, ao contrário, deverá se interessar mais útilmente em dar as noções táticas indispensáveis, em desenvolver a iniciativa e em ensinar o trabalho em equipe.

Um tal programa é suficiente para aqueles que se pode chamar de "combatentes da frente", que devem, na medida do possível, ser eliminados de toda a preocupação que não o combate propriamente dito.

Quanto às questões de reabastecimento e manutenção, podem, sem nenhuma dúvida, ser objeto de economias substanciais, encaminhando-se resolutamente para a concentração dos meios em escalões apropriados, assim como pela utilização mais completa, à medida que se organize nas retaguardas, de uma *infraestrutura nacional* convenientemente dirigida, o que, para o exército francês, não é difícil alcançar.

Está-se, assim, em condições de distinguir:

— de um lado, os elementos combatentes propriamente ditos, com os "sustentáculos" imediatos, sem os quais não podem passar;

— de outro, os elementos de reabastecimento e de manutenção.

Numerosos problemas e, em particular, o da cobertura, tomam, assim, novos aspectos.

Constitui o de primeira categoria, com efeito, uma "faca de dois gumes", porém, que não é senão uma parte; deve ele estar constantemente com efetivo de guerra, dado o seu volume limitado. Com esses elementos de

base, a divisão atual diminui consideravelmente de volume e, com um dado efetivo, pode-se ter permanentemente um número muito maior de grandes unidades.

Quanto ao de segunda categoria, de interesse menos imediato para a batalha, e já reduzido por uma concentração de meios bem compreendida, pode, sem inconveniente, comportar uma proporção de pessoal das reservas, chamado em condições aceitáveis.

Não se trata, é óbvio, de criar, no seio do exército, categorias privilegiadas.

Afora o caso de especialização profissional de importância, que impõe uma seleção determinada, os demais são os mesmos homens, os quais, em sua mocidade, fizeram parte dos "elementos combatentes", e que passarão para as "retaguardas", à medida que forem avançando em idade; todos completando, no decorrer de seus períodos, a instrução essencialmente de "combate" que houverem recebido no decurso de seu serviço ativo.

V — *Influência da arma aérea* — Nenhuma nação, nenhuma coligação poderá vangloriar-se, em caso de conflito, de adquirir uma superioridade aérea tal que a aviação adversária seja totalmente varrida do céu. Por muito tempo ainda, a "superioridade aérea" será coisa local e temporária. De outro lado não obstante todos os aperfeiçoamentos atingidos pelo armamento antiaéreo, não é praticamente possível opor-se à aviação inimiga um "muro" intransponível.

O perigo aéreo, com efeito, não faz senão aumentar.

Para os exércitos, a multiplicação das armas de defesa e a sua articulação judiciosa, o disfarce, a utilização das cobertas e da noite tomam uma importância capital.

Mas isso não é senão paliativo. A única defesa eficaz reside na dispersão, único meio de realizar, em toda a extensão desejada, esse "vazio do campo de batalha" tão necessário, não obstante a potência do armamento terrestre.

Mas essa dispersão não deve ser realizada em detrimento da potência de coesão do conjunto. Ela não pode ser procurada senão num alívio da estrutura das unidades e numa articulação mais rápida dos seus elementos constitutivos.

Recuiremos, assim, novamente, sob a forma do imperativo categórico, na necessidade de conceber unidades que, possuidoras da potência e da mobilidade precisas para responder às necessidades da manobra, tenham também uma ligeireza e uma velocidade suficientes.

Todas essas qualidades, a divisão atual não possui, em nenhum grau.

VI — O comando — Muito se têm escrito, após Clausewitz, sobre o peso dos estados-maiores e a complexidade da cadeia de comando. O último estudo notável a respeito foi publicado pelo capitão Lidell Hart, na "Army Quarterly", de julho de 1950. Como todos os artigos desse autor, salienta numerosos problemas, que nos "deixam a pensar".

É fóra de dúvidas que os numerosos estados-maiores que se superpõem no interior do exército representam "despesas gerais consideráveis", as quais devem ser eliminadas.

Isso parece ir de encontro às idéias precedentemente desenvolvidas aqui, que conduzem ao alívio das divisões, portanto ao acréscimo de seu número. Mas essa oposição é muito mais aparente que real; é, na maior parte, uma simples questão de terminologia.

O que procuramos com efeito, é uma "célula tática de base" que reúna as qualidades de potência, de mobilidade, de ligeireza e rapidez reconhecidas indispensáveis e no interior da qual se efetive a "combinação" das armas de base. Pouco importa o nome que será dado a essa célula.

O comandante dessa célula tática não terá problema novo; unicamente consagrado ao com-

bate, necessitará muito menos de meios que os da atual divisão.

O escalão superior será concebido e organizado para manobrar um certo número de células-base. O número dessas células não é necessário seja fixado a priori; será, como a sua organização, essencialmente conseqüente da missão a desempenhar. Lidell Hart tem razão quando estima que um chefe pode facilmente acionar quatro ou cinco células subordinadas, e com vantagem, mesmo, se as circunstâncias o exigirem.

Com a condição de que cada célula conserve a liberdade de ação correspondente às suas possibilidades, tal concentração não poderá ter senão vantagens, e, dado o aperfeiçoamento dos meios de transmissões, não haverá nenhuma dificuldade em realizá-la.

Uma tal concentração é possível, nos diversos escalões da hierarquia, de modo a diminuir o número de intermediários que separam o comando em chefe dos executantes da frente.

Um ponto delicado é necessário precisar: é o de situar, na hierarquia, o ponto de soldadura entre os elementos combatentes e os elementos de reabastecimento e manutenção. Isso demanda um exame aprofundado, que saíra do quadro exposto. Convém lembrar, todavia, que este exame deve ser efetivado em função da idéia base, precedentemente emitida, isto é, as formações e estados-maiores da frente devem ser inteiramente livres de toda a preocupação que não seja o próprio combate.

Notemos, afinal, para terminar, a necessidade de colocar os quadros, em todos os escalões, no seu lugar na hierarquia. Por uma evolução progressiva, onde não é fácil de discernir as coisas, é corrente ver um escalão da hierarquia efetuar aquilo que pertence, apenas, ao escalão subordinado. Essa inversão de valores traz graves conseqüências; sobretudo, falsifica inteiramente o sentimento da iniciativa e das responsabilidades. Há um grande perigo, contra o qual importa reagir.

2ª PARTE

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

As considerações atrás expostas demonstram que o exército de terra moderno deve, a todo o preço, libertar-se da carga que o paralisa e lhe tira toda a eficiência combativa.

Não está no nosso propósito tirar conclusões definitivas, nem de construir, *ex-cathedra*, o esquema de um exército novo. Isso é tarefa de especialistas, sabendo libertar-se de todas as idéias preconcebidas e submetendo as suas concepções a uma esclarecida experiência.

Alguns dados essenciais, entretanto, parece ser necessário pôr à luz; eles não terão outro objetivo senão de precisar uma ordem de grandeza e não constituem, por si mesmo, senão um esboço sumário do conjunto do problema.

I — *A célula elementar* — Quer se trate de uma arma automática de infantaria, de uma arma anticarro, de um carro ou de uma peça de artilharia, a célula elementar deve ser limitada ao número estritamente indispensável para assegurar o serviço dessa arma, com exclusão de todo o elemento inútil, causa de peso e de perdas.

Os meios necessários para "durar" não devem ser procurados pelo engorgitamento da célula, mas pela própria multiplicação das células.

A célula não deve ser sobrecarregada de munição; o reabastecimento em munições deve ser assegurado pela retaguarda, que não deve ter outra preocupação senão o de levar à frente tudo o que essa última necessita.

Nessas bases, pode-se dizer que a célula da infantaria propriamente dita, o grupo de combate, não deveria ter um efetivo superior a 5 homens, com o comandante do grupo. Esse número é suficiente para assegurar o serviço de uma arma automática leve e de uma arma anticarro individual; raramente foi excedido esse efetivo em combate, durante

as operações de 1943/1945, época, no entanto, em que a infantaria francesa demonstrou uma eficiência sem par.

II — *A combinação das células elementares* — No escalão Pelotão, como no escalão Batalhão, para ficarmos apenas na infantaria, a combinação das células elementares deve obedecer aos cuidados maiores de liberar o combatente da frente de toda as preocupações ou servidões que não sejam as do combate.

É prudente asseverar não ser sempre oportuno reduzir o efetivo dessas formações nas mesmas proporções que as do grupo de combate.

Um comandante de Pelotão, com efeito, pode facilmente comandar 4 ou 5 grupos situados perto. Terá, às vezes, as suas possibilidades de ação fortemente acrescidas e poderá, em particular, dispor de uma arma leve de tiro curvo para completar os efeitos de suas armas de tiro tenso.

Por isso, o efetivo ótimo do Pelotão deverá situar-se entre 25 e 30 homens.

Do mesmo modo, a companhia poderia útilmente compreender 4 ou 5 Pelotões, com um peso que daria um efetivo de 120 a 150 homens.

Finalmente, o Batalhão é a unidade essencialmente encarregada de conduzir o combate; por isso, deve ser organicamente provido dos elementos necessários para lhe assegurar uma capacidade de ação suficiente.

Pode-se concluir que a organização a 5 companhias lhe daria um peso que seria o mais apropriado: o seu efetivo global seria, assim, da ordem de 600 a 700 homens.

Quanto ao escalão Regimento, cuja utilidade é incontestável em tempo de paz, para as necessidades da instrução e da mobilização, o problema se coloca em saber se sua permanência, nas formações de tempo de guerra, é desejável. Ele está ligado ao problema da célula tática de base.

III — *A célula tática de base* — É na composição desta célula que reside o problema essencial da estrutura moderna do exército.

Como já mencionamos anteriormente, importa, antes de abordar este problema, fazer abstração da terminologia corrente.

Que a célula de base chamada mais tarde divisão, brigada, ou qualquer outro termo julgado mais adequado, pouco importa.

O essencial é partir de uma definição que poderá ser a seguinte:

— *A célula tática de base é o complexo no interior do qual se efetua a combinação necessária entre a Infantaria, a Artilharia e o carro; é, de outra parte, o "pião" posto nas mãos do comando para realizar a manobra.*

É sobretudo nela que se devem encontrar as qualidades de potência, mobilidade, rapidez e ligeireza que vimos, de importância vital. É ela que, ao primeiro comando, deve estar livre de toda a preocupação que não a do próprio combate.

É evidente que se não pode imaginar ter um só tipo de célula de base, apta a responder a todas as necessidades.

Esse tempo ainda não chegou.

No estado atual das coisas, dois tipos principais de célula parecem indispensáveis: um, à base de infantaria; outro à base de blindados.

1) *A célula "infantaria"* — Uma tal célula seria destinada a fazer face às missões de caráter mais estático que dinâmico. Seus elementos constitutivos poderiam ser:

- 4 ou 5 batalhões de infantaria;
- 1 regimento de carros (apoio da infantaria e anticarros);
- 1 grupo de artilharia a 4 ou 5 baterias de 6 peças;
- 1 bateria antiaérea de 16 peças;
- 1 batalhão de engenharia;
- os elementos de comando e de transmissões correspondentes;

— 1 unidade de transporte, na qual uma parte seria especialmente concebida para efetuar, até o extremo da frente, os reabastecimentos e evacuações.

O efetivo global seria da ordem de 7.000 a 8.000 homens.

2) *A célula blindada* — Essa célula seria destinada a cumprir as missões de caráter mais dinâmico que estático. Poderia compreender:

- 2 ou 3 regimentos de carros, a 4 ou 5 esquadrões de 18 carros cada uma;
- 2 ou 3 batalhões de infantaria;
- 1 grupo de artilharia;
- engenharia, transmissões, etc., análogos aos da célula infantaria.

O efetivo de uma tal célula se situaria entre 6.000 e 8.000 homens.

IV — *A combinação das células táticas de base* — Esse problema já foi invocado atrás, no capítulo sobre o comando.

Um só órgão de comando pode acionar, sem dificuldade maior, 4 ou 5 células de base, acima citadas. A possibilidade de modificar, em função de sua missão, a natureza das células colocadas sob suas ordens, daria ao conjunto o máximo de rapidez.

É nesse escalão, além do mais, onde se encontrarão, naturalmente nos seus lugares, os elementos de "apoio" encarregados de fazer viver as células de base, bem como certas unidades da reserva geral, artilharia e carros em particular, destinados aos reforços eventuais.

No escalão superior, finalmente, ficaria colocado um órgão de coordenação, desempenhando o papel de exército atual, com um campo de ação muito maior.

V — *Conclusões* — Este rápido esboço pode ser resumido em algumas palavras:

- as formações atuais são muito pesadas, impotentes, ineficientes;

— para cumprir a sua missão, é preciso aligeirar a sua composição, modernizar a sua articulação.

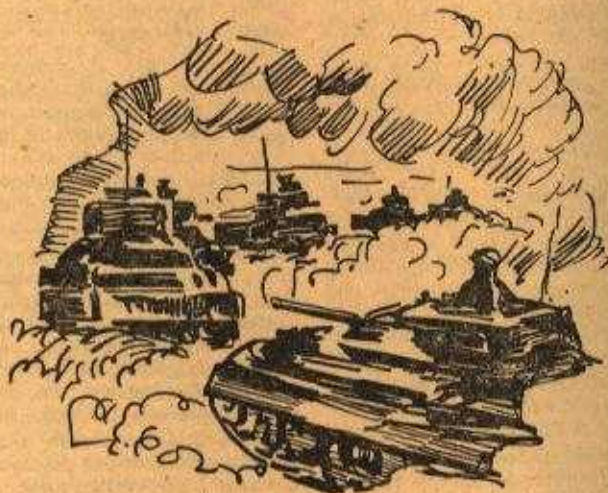
Amarradas às fórmulas desusadas, então anacrônicas para as exigências do combate moderno. Para que a divisão retome o seu valor combativo e responda às necessidades do comando, deve transformar-se e tomar a forma que atrás tentamos esboçar, nas suas linhas gerais, na célula tática de base.

É óbvio, dizer-se que esta transformação necessária não seria possível processar-se de hoje para amanhã. É por uma evolução dosada mas, entretanto, rápida; por um melhoramento progressivo le-

vado, de início, nas unidades de cobertura e tendente a realizar o essencial e deixando provisoriamente de lado o supérfluo que o movimento pode ser iniciado.

Que os especialistas destas questões se esforcem o necessário para sair das sombras do passado. Que façam obra criadora, que se orientem para soluções novas.

É a França, a par com a sua forte cultura militar, a tomar a iniciativa nesse domínio, a mostrar o caminho. Não é senão uma questão de vontade, porém, só a esse preço é que a segurança da Europa, partindo da França, poderá ser verdadeiramente assegurada.



EXERCÍCIOS NO TERRENO

Pelo Ten.-Cel. A. C. MONIZ DE ARAGAO

(Nota de Instrução baixada pelo Subdiretor do Ensino Militar da E.M.R., em 1950.)

I — INTRODUÇÃO

1. A instrução tática dos quadros visa, essencialmente, a ação.

a. As questões táticas jamais se apresentam em condições idênticas. Não existem modos de ação aplicáveis em qualquer lugar, tempo e circunstâncias. Cada problema exige uma solução própria, baseada:

- na exata compreensão da missão recebida;
- na escolha judiciosa dos processos de execução.

Por conseguinte, o Chefe, em qualquer escalão, deve, para decidir, proceder previamente a um trabalho de análise e síntese de certo número de dados. Emprega, para tanto, o sentimento e a razão.

b. As situações de guerra se caracterizam pela instabilidade. Os problemas táticos têm aspecto de urgência mais ou menos acentuado. Impõe-se que os Chefes se habituem a solucioná-los rapidamente.

Consequentemente, o método a seguir, na instrução dos quadros, deve ter em mira proporcionar julgamento e raciocínio rápidos.

2. A instrução dos quadros, como escola de ação, é ministrada através dos exercícios táticos de aplicação.

a. Os exercícios táticos de aplicação pressupõem o conhecimento dos diferentes processos de execução.

b. A progressão a observar na instrução dos quadros compreende, pois:

- um período prévio de estudos, que visa a iniciação e a preparação;

— um período ulterior de ação, que encara a execução e o adestramento.

Estudo e ação possuem, cada qual, processos próprios.

3. A iniciação e a preparação são ministradas pelos seguintes processos de instrução:

- leitura;
- palestra;
- demonstração;
- discussão dirigida.

Esses processos apresentam a vantagem de proporcionar uma iniciação completa, fácil e rápida. No entanto, encerram o inconveniente:

- de impôr aos instruídos a solução do instrutor e de impedir que adotem outras;
- de levar aqueles à passividade, sufocando a sua faculdade de reflexão e, até certo ponto, a sua personalidade.

Cumpra não abusar de tais processos, que só deverão ser utilizados na medida em que forem necessários à iniciação dos Quadros. O ensino será prosseguido e aperfeiçoado por meio da execução e do adestramento.

4. A execução e o adestramento são realizados mediante os exercícios táticos de aplicação, que asseguram o desenvolvimento da eficiência tática e da capacidade de comando.

a. Os exercícios táticos de aplicação (§§ 104 e 105 do Manual C-21-5), segundo o ponto de vista porque são encarados, classificam-se de várias maneiras.

Do ponto de vista do pessoal, dividem-se em exercícios ou mano-

bras e em exercícios ou manobras com tropa.

Do ponto de vista do local de execução, em exercício ou manobra na carta e em exercício ou manobra no terreno.

— Na carta:

Exercícios	}	para os Quadros
Temas		
Manobras		

— No terreno:

Exercícios	}	para os Quadros e Tropa
Temas		
Exercícios de Estado-Maior		
Exercícios Históricos		
Exercícios de Combate		
Exercícios de Posto de Comando		
Manobras		

b. O adestramento é conseguido pela prática da ação nas diferentes situações de campanha. É ministrado exclusivamente por meio de exercícios de aplicação. Abrange dois graus sucessivos. O primeiro se funda na resolução de situações destacadas. O segundo, na execução de operações, isto é, no desenvolvimento de um problema contínuo que apresenta situações encadeadas, mais ou menos estreitamente.

Através da resolução desses diversos problemas, os Quadros encontram oportunidade para desenvolver e aperfeiçoar o espírito de decisão e a personalidade.

5. Os exercícios no terreno, objeto particular da presente Nota, constituem processos de adestramento do primeiro grau. Recomendam-se, principalmente, na instrução dos quadros.

II — GENERALIDADES

6. O objetivo dos exercícios no terreno é desenvolver, nos Quadros, a eficiência tática e a capacidade de comando.

Essas qualidades repousam:

- no conhecimento dos regulamentos;
- na criação e no aperfeiçoamento dos reflexos necessá-

rios à elaboração rápida de decisões racionais;

— no hábito de traduzir essas decisões em ordens.

7. O conhecimento dos regulamentos é o alicerce sobre que se firma a instrução dos Quadros. É indispensável à formação da unidade de doutrina, que constitui a força de qualquer organismo militar.

É inútil, por ser evidente em demasia, ressaltar, ainda mais, essa imperiosa necessidade.

O estudo dos regulamentos garante:

- focalizar o seu espírito;
- evidenciar os princípios de emprego da arma;
- distinguir os processos de execução.

8. A criação e o aperfeiçoamento dos reflexos de comando é essencial à educação do Chefe.

A guerra caracteriza-se pela instabilidade resultante do desconhecido, mais ou menos acentuado, dentro do qual se vive e age.

O Chefe, para enfrentar as situações imprevistas que surgem em campanha, deve estar em condições de decidir instantaneamente. Para tanto, precisa possuir os reflexos desejados.

9. As ordens materializam as decisões. Verbais ou escritas, devem ser claras, precisas, simples e exequíveis. Além disso, sempre que possível, diretas e não dar lugar a interpretações.

Só o hábito proporciona a flexibilidade de espírito indispensável à elocução e redação de ordens com essas características.

III — O MÉTODO

10. O método recomendado nos Exercícios no Terreno é a Escola Ativa: o Método do Caso Concreto. É o único que satisfaz.

Consiste em:

— colocar os instruídos (chefes subordinados) em uma situação de guerra;

— fornecer-lhes todos os dados e informações que, no caso real em campanha, possuiriam para basear as suas decisões;

— obrigá-los a tomar, rapidamente, uma decisão. Isto é, a resolver com bom senso, apoiados nas prescrições regulamentares, o problema tático que lhes é proposto:

— exigir que, em seguida, traduzam a decisão tomada em ordens, verbais ou escritas.

Na realidade, "os Quadros, assim exercitados pelo estudo de casos concretos simples, adquirem gradativamente uma espécie de instinto das disposições exigidas por qualquer situação de guerra."

O método, para que produza bons resultados, deve seguir determinadas regras, consagradas pela experiência. Esses caminhos são:

- a Preparação do Exercício e
- a Execução do Exercício.

11. A preparação do exercício é, essencialmente, obra do Instrutor.

É necessário:

- inicialmente, definir com exatidão o assunto que é objeto de estudo (marcha de aproximação, ataque, etc.);
- em seguida, estabelecer o tema;
- finalmente, realizar, no terreno, um reconhecimento pré-

vio, tendo em vista o ensinamento que vai ser ministrado.

a. Escolha do assunto a ser estudado:

Não há grande coisa a dizer sobre isto. Ele é definido pelo programa de instrução.

Cumprido, entretanto, assinalar que cada sessão de instrução só deve comportar o estudo de um assunto. A observação dessa norma permite chegar a uma síntese mais aproveitável dos ensinamentos a recolher do exercício.

b. Organização do tema:

A organização do tema exige muito cuidado.

Cumprido:

— de início, eleger uma situação de guerra simples e lógica (hipótese geral);

— em seguida, colocar os Instruídos ("Chefes"), interessados nos problemas, no ambiente da unidade superior.

Esta última prescrição tem importância capital. O Chefe, qualquer que seja, atua sempre no cumprimento de uma ordem emanada do escalão hierárquico superior.

Conseqüentemente, a ordem do comando superior deve ser inteiramente redigida ou enunciada. Não são suficientes alguns vagos resumos. Esta exigência tem caráter imperativo.

A ordem do escalão superior deve compreender, obrigatoriamente:

- exposição sumária da situação (amiga e inimiga);
- missão da unidade, que vai servir de base à sessão;
- missão das unidades vizinhas ou que cooperam;
- disposições particulares a tomar;

Além disso, o tema deve ser esboçado com honestidade. Não se deve, sob o pretexto de querer ressaltar determinado ensinamento, forçar a situação. Tal procedimento encerra o risco de falsear o problema e concorrer consideravelmente para diminuir o interesse.

c. Reconhecimento prévio :

Organizado o tema, o *Instrutor* deve proceder, *pessoalmente, no terreno*, ao estudo dos diferentes problemas que constituirão o objeto do Exercício.

Este reconhecimento é indispensável. Permite orientar a sessão, de maneira a idealizar os incidentes com *verossimilhança*, dar vida ao trabalho, sancionar os erros cometidos e ressaltar os ensinamentos que se deseja ministrar.

12. A execução do exercício comporta, para cada problema proposto, três partes :

- a decisão ;
- a elaboração da ordem ;
- a conclusão.

a. A decisão constitui o resultado de um trabalho de reflexão, tanto mais rápido quanto mais exercitado fôr o espírito.

Só existe um método para chegar-se a uma *decisão raciocinada* : *proceder ao estudo da situação* (ver § 59 e Anexo I do Manual C-101-5).

Este estudo consiste na análise dos seguintes elementos :

- missão da unidade ;
- possibilidades do inimigo ;
- influência que o terreno pode exercer sobre as operações ;
- meios disponíveis.

A análise de cada um desses fatores deve ser feita segundo uma orientação *nitidamente objetiva*, de maneira que, a cada um deles, corresponda uma *conclusão*.

1º) A missão, principalmente para as *pequenas unidades*, é normalmente simples e estabelecida pela autoridade superior.

É indispensável :

- dela extrair o *térmo principal* e os dois ou três *térmos secundários*, que geralmente o acompanham ;
- desses dados deduzir, como conclusão :
 - seja um eixo de ação,

— seja um objetivo (ou objetivos sucessivos), a atingir em condições de tempo determinadas,

— seja um ponto a manter, etc. . . , etc. . .

— materializar essas conclusões na carta (flexa de direção, objetivos, limites de zona de ação, etc.).

2º) O inimigo — Há dois modos de estudá-lo :

- o primeiro, baseado nas suas intenções ;
- o segundo, nas suas possibilidades.

O primeiro é mau. Deve ser rejeitado sem apêlo. Apoiar-se em dados que podem ser falsos. É *impossível pressupor-se a vontade do adversário*.

O segundo, o único válido, consiste no exame das possibilidades do *inimigo*, resultantes de informações de toda natureza sobre ele obtidas. O que pode fazer o adversário para perturbar o cumprimento da missão, é a única coisa interessante. Por isso, é necessário estudar as possibilidades do *inimigo em função da missão*. As demais, que não apresentam interesse direto, devem ser abandonadas.

O estudo do *inimigo* deve conduzir a hipóteses simples e lógicas que, no entanto, não devem ser consideradas como certeza. Dessa maneira, se não se escapa dos imprevistos que toda ação de guerra comporta, atenua-se, de maneira apreciável, os efeitos da surpresa.

A conclusão, a que deve levar a análise do fator *inimigo*, consiste em dar resposta à seguinte pergunta : *Que pode o adversário fazer para opôr-se ao cumprimento da missão ?*

3º) O terreno não deve ser estudado tal e qual se apresenta, como faria um topógrafo. O valor intrínseco não encerra, no caso, senão um interesse secundário. Deve ser examinado em decorrência da missão e do *inimigo*.

Trata-se, pois, de separar, no estudo tático do terreno, tudo que possa:

de um lado	seja facilitar	}	a missão
	seja dificultar		
de outro	seja facilitar	}	a ação do inimigo, de acordo com as hipóteses formuladas
	seja dificultar		

As conclusões, a que se chegar, devem ser materializadas na carta com lápis de cor, a fim de ressaltar a importância tática dos acidentes do terreno.

4º) Os meios — É necessário realizar desde logo, o balanço dos meios. Em seguida, é conveniente classificá-los de acordo com as suas características, encaradas em função da missão e do terreno.

Esta análise, que repousa no conhecimento profundo das características dos diferentes meios, permite classificá-los conforme:

- sua capacidade de movimento (a pé, hipo, auto) e
- sua capacidade de fogo.

5º) A decisão é a síntese das conclusões a que conduzirá a análise dos quatro fatores acima referidos. Comporta sempre:

- a impressão sobre o inimigo;
- a intenção;
- o emprego dos meios;
- as informações necessárias para dirigir a operação.

Cumprido ressaltar, como fundamental, que esses itens são interdependentes e guardam, entre si, absoluta coerência.

A Tática não é uma ciência exata como a matemática. A solução de um problema tático nada mais é do que um balanço dos diversos dados, aos quais se vêm juntar inúmeros imponderáveis. Não existe solução perfeita, mas há muitas soluções boas. Tanto na instrução, como na guerra, o indissolúvel é:

- que o Chefe tenha uma intenção simples e lógica (questão de bom senso);

— que empregue os meios, de que dispõe, em completa harmonia com a intenção estabelecida.

b. A ordem (ou ordens) constitui a tradução, verbal ou escrita, da decisão. Deve ser simples, precisa, clara e concisa.

"O que é bem concebido enuncia-se claramente,
E as palavras, p'ra dizê-lo,
[nascem facilmente]."

A ordem, verbal ou escrita, deve, em princípio, possuir cinco parágrafos (§ 67 do Manual C-101-5):

1. Situação (Informações sobre as tropas amigas e o inimigo).
2. Intenção.
3. Missões dos elementos subordinados.
4. Prescrições relativas aos serviços.
5. Instruções referentes às comunicações e ligações.

É necessário "ter na mão" os subordinados, antes pelo enunciado preciso da missão do que pela enumeração de uma série de medidas de execução, que, cerceando-lhes a iniciativa, pode tornar-se, até, ofensiva à responsabilidade e dignidade de cada um.

c. A conclusão é tarefa do Instrutor. Completa e coroa o exercício. Consiste na apresentação de uma solução completa do problema proposto.

O Instrutor deve definir-se claramente. Empenha a sua autoridade e prestígio. Conduz-se de maneira a apresentar a sua solução como uma boa solução para a questão proposta, a que pensa ser a melhor, e nunca como a solução padrão.

IV — REGRAS A OBSERVAR NA DIREÇÃO DE UM EXERCÍCIO NO TERRENO

13. Os exercícios no terreno devem ser executados segundo as normas seguintes:

a. Preparação do exercício (ver § 11).

b. Colocar os Instruendos no ambiente de guerra desejado e propor-lhes o problema a resolver com clareza.

Isto não quer dizer que os Instruendos devam estar de posse de todas as informações que desejarem. Em qualquer situação real de guerra, há sempre um certo *coeficiente de desconhecido*, que não é possível eliminar totalmente. O Instrutor, no entanto, deve evitar transformar o problema tático em adivinhação.

c. Dar aos Instruendos o tempo necessário para refletirem e efetuarem, se for o caso, os reconhecimentos que se imponham.

Os reconhecimentos devem ser realizados como o seriam no caso real.

O processo, muitas vezes empregado, de realizar um reconhecimento geral, fazendo abstração da situação estabelecida no tema, é mau. Falsa o problema. Os Instruendos devem executar os reconhecimentos dos Postos de Observação a que poderiam chegar no caso real e nas condições de segurança aplicáveis ao mesmo.

d. Obrigar os Instruendos a decidirem.

A decisão deve ser escrita. Para tanto, os Instruendos possuirão cadernetas de ordens (policopistas), onde registrarão as suas decisões, fazendo entrega das cópias ao Instrutor.

Esta prescrição é imperativa. Obriga os Instruendos a precisarem as suas idéias. Evita, durante a discussão das soluções tomadas, os subterfúgios. Só se discute, com proveito, sobre bases sólidas.

e. Fazer os Instruendos redigirem a ordem, de acordo com a decisão que assentaram.

As ordens — quer sejam verbais ou escritas — devem ser registradas na caderneta.

1. Discutir a solução.

A discussão das soluções tomadas pelos Instruendos constitui a parte essencial do Exercício. E, por isso mesmo, a mais delicada. Deve ser conduzida com muito método para não cair em generalidades inúteis.

O método pode ser o seguinte:

— análise dos fatores da decisão;

— discussão da Intenção. Esta parte deve ser dirigida com grande largueza de vistas. Cumpre admitir as soluções lógicas e evitar a corrida atrás da solução ideal;

— discussão do emprego dos meios.

g. Apresentar a solução completa do problema.

h. Ressaltar os princípios e os processos que devem ser retidos.

14. As normas acima expostas prevêm:

a. inicialmente, o estabelecimento da decisão;

b. em seguida, a redação da ordem;

c. finalmente, a discussão da solução.

Um outro processo consiste em:

a. inicialmente, analisar os dados do problema;

b. em seguida, tomar a decisão e fazer redigir as ordens;

c. finalmente, criticar a solução estabelecida.

O primeiro caminho é o melhor, pelas seguintes razões:

a. aproxima-se mais da realidade;

b. permite dar mais vida e interesse ao Exercício. Obriga os Instruendos a tomarem rapidamente "um partido", desenvolvendo-lhes, em melhores condições, os reflexos.

É evidente que os Instruendos têm que fazer *mentalmente* o trabalho de análise, exigido por qualquer decisão. Por isso, nos primeiros exercícios, talvez seja conveniente seguir o segundo processo, a fim de dar aos Instruendos um método de raciocínio. Entretanto,

é indispensável voltar, logo que possível, ao primeiro que é o único verdadeiramente instrutivo, pois permite assentar a discussão sobre uma base sólida e precisa: a solução tomada.

V — CONCLUSÃO

15. Os exercícios no terreno devem apresentar o aspecto de uma sucessão de pequenos episódios.

A cada episódio corresponde um problema a solucionar, que comporta, sempre:

- o estabelecimento da decisão;
- a redação da ordem;
- a discussão das soluções dos Instruendos;
- a exposição da solução do Instrutor.

Os diferentes episódios podem ser apresentados de um ou de vários pontos de estacionamento. Cabe ao Instrutor ligá-los entre si, através de uma curta exposição, que coordene os problemas sucessivos, componentes do exercício.

16. *Urge evitar que o Exercício no Terreno degenera em um discurso sobre incertas e vagas generalidades. Cumpre não confundir Exercício no Terreno com palestra no terreno.*

Bibliografia

1. *Instrução de Quadros*, pelo Gen. LA LAURENCIE, em que o autor se inspirou para organizar o presente ensaio.
2. *Nota sobre a maneira de conduzir a Instrução de Quadros*, pelo Cap. A. C. MONIZ DE ARA-GÃO (1939).
3. *Manual C-21-5*.
4. *Manual C-101-5*.
5. *A Instrução Militar Moderna*, pelo Ten.-Cel M. POPE DE FIGUEIREDO.
6. *Cavalaria — Notas sobre a Instrução*, II parte, pelo Cmt. COLIN.
7. *Conferências sobre a Instrução*, pelo Gen. NOEL.
8. *Ensaio sobre a Instrução*, pelo Gen. BRALLION.
9. *Regulamento para a Instrução dos Quadros e da Tropa*, 1939.



A OPERAÇÃO ANFÍBIA DE VELLA LAVELLA

Pelo Ten.-Cel. W. H. ALLEN, Jr.

Traduzido do "The Field Artillery Journal", pelo 1º Ten. D. HECTOR HUGO DEL BOCA para a Revista Militar (Argentina) e desta pelo Major FLORIANO MOLLER

O termo operações anfíbias apresenta um quadro mental de nuvens de bombardeios, um manto protetor de aviões de caça sobre a cabeça de praia e a praia, por sua vez, oculta sob uma densa cortina de fumo das bombas e granadas pesadas dos vasos de guerra, cruzadores, destróiers e barcos-torpedos; o oceano transbordando de navios de transporte e de desembarque, rodeados, por enxames de barcas de desembarque. A mente dos artilheiros fica obruçada com ondas de caminhões-anfíbios desembarcando obuses de 105 mm e a seguir canhões e obuses pesados surgindo das bocas escancaradas dos LST (1) rodando por sobre os arrecifes em direção à praia. Simultaneamente, algumas centenas de metros terra a dentro, a artilharia leve a lançar suas granadas sobre o inimigo, eficazmente dirigida pelos aviões de observação que revoloteiam no ar.

Consideramos este quadro, atualmente, completo e perfeitamente normal. Mas, alguns de nós, talvez, possamos recordar uma classe muito diferente de guerra anfíbia, uma guerra de "homens pobres", vivida nos quase olvidados dias dos primórdios da 2ª Grande Guerra.

Tais são as operações anfíbias nas Ilhas Salomão centrais, em meados de 1943.

A 11 de agosto de 1943, o Comando das Forças do Pacífico Sul designou, como Força de Desembar-

que Norte, sob o comando do General de Brigada Robert B. McClure, as seguintes unidades:

35º R.I.; 64º G.O.; 3ª Cia. do 65º B.E. Comb.; o Grupo de Reconhecimento da 25ª D.I.; o 4º Batalhão de Fuzileiros Navais; o 58º Batalhão de Construções Navais e um Destacamento de Base Naval.

A missão desta Força de Desembarque era a de capturar a ilha de Vella Lavella, destruir as forças inimigas, defender esta ilha depois de ocupada, construir um aeródromo e estabelecer e acionar uma base naval secundária.

Vella Lavella, o objetivo, é uma ilha tropical em forma de girino, medindo 50 km de extensão, por 30 km de largura, montanhosa, coberta por uma densa e cerrada vegetação, com exceção de algumas pequenas plantações de coqueiros. A estreita praia de areia da costa é coberta até à margem por densa vegetação, exceto nos raros bosques de coqueiros; apresenta poucas praias, todas alcantiladas, estreitas e obstruídas por arrecifes a curta distância da costa. Correntes periódicas, acarretando bancos de areia, interrompem a continuidade da costa, de quilômetro em quilômetro. Poucas sendas nativas cruzam a ilha; não há estradas, dignas deste nome. Aqui e ali os nativos limpavam pequenas clareiras, nas quais cultivavam trepadeiras de taro (2). Suas

(1) LST — Barcas de desembarque de carros de combate.

(2) Plantas silvestres que possuem uma raiz comestível.

pequenas aldeias se abraçam na linha da costa. A pesca em canoas e o cultivo de suas sementeiras são suficientes para atender às necessidades primitivas dos nativos.

Cerca de 130 km a Noroeste da ilha, está situado BOUGAINVILLE, nesse tempo com seu poderoso conjunto de bases aéreas, apoiado pelos aeródromos de Rabaul, 300 km mais adiante para N.O.

A base aérea aliada mais próxima estava nas ilhas Russel, 300 km a S.E. Os soldados e marinheiros cedo aprenderam que a identificação aérea era fácil. — todos os aviões tinham o cuidado de mostrar a "almôndega vermelha" (3).

Os informes dos guarda-costas esclareciam que a população japonesa da ilha era constituída principalmente de sobreviventes dos barcos e barcaças afundados na feroz batalha naval de junho/julho de 1943, em torno dos golfos de KULA e de Vella (4). Igualmente suspeitava-se que existisse um depósito e um abrigo numa das pequenas enseadas da ilha, para atender ao ativo tráfego noturno de barcaças, mas a sua situação exata era desconhecida, tão bem dissimulados estavam pela densa vegetação, na fotografia aérea.

A 21 de julho, uma turma de oficiais havia sido desembarcada de uma lancha patrulheira, a fim de reconhecer o local para o aeródromo, as praias de desembarque e as áreas de reunião e de estacionamento. Esta turma informou que a melhor área estava situada na Costa Leste, próximo de umas palhoças denominadas Barakoma. A patrulha informou que esta área estava livre de japoneses. Na noite de 12/13 de agosto, um destacamento avançado das forças de desembarque, incluindo o Cap. M. G. Hatch, do 64º G.O., desembarcou das lanchas patrulheiras para fazer um reconhecimento final. O destacamento tomou contacto com um missionário protestante, que vivia na ilha há muitos anos e que

os advertiu sobre os japoneses, nas áreas de desembarque. Havendo sido prevenidos para não se exporem a uma surpresa e serem vistos ou mesmo capturados, o destacamento avançado pôde fazer pequenos reconhecimentos, antes do dia D.

As informações disponíveis para a artilharia, antes do desembarque, eram escassas; em verdade, apenas umas poucas cópias mal litografadas de um mosaico não controlado, na escala de 1:20.000. Nesse mosaico estava delineada a linha da costa; terra a dentro, nada, salvo a selva compacta, interrompida apenas por ocasionais camadas de nuvens, a meudo, justamente onde a informação era mais necessária. Sobreposto ao mosaico havia um reticulado imperfeito. Estereofotos da zona de desembarque, se é que havia algum disponível, nunca chegaram ao Grupo de Obuses, o qual, durante a "fase de planejamento" da operação encontrava-se estacionado nas ilhas Russel, a 120 km do P.C. da Força de Desembarque Norte, em Guadalcanal.

No dia 15 de agosto de 1943, o dia D, pela manhã, o primeiro escalão rompia a escura bruma, rumo ao Golfo de Vella. As 0624 horas, o primeiro grupo de barco destróiers de transporte punha em terra a primeira vaga de infantaria, na localidade de Vella. Para alívio do comando, nenhum disparo foi ouvido, enquanto a central de tiro, os topógrafos e as turmas de transmissões da artilharia, a bordo dos LCI (5) aguardavam a sua vez para desembarcar.

Entretanto, a calma foi curta. Tão logo o sol equatorial dissipou o nevoeiro, romperam no ar os silvos dos "Vals" (bombardeiros navais japoneses em voo picado), o "pop-pop" das 40 mm, o ruído das 20 e 50 mm e o estalido das bombas.

A caça mais gorda, os LST, "amplios e lentos alvos", em um dos

(3) Referência aos símbolos nipônicos.

(4) Relatório de guerra do Almirante King, págs. 108 a 112.

(5) Barcaças de desembarque de infantaria.

quais haviam sido embarcados as 2ª e 3ª baterias, enchia os olhos rasgados, mas astutos, dos pilotos dos bombardeiros de Tojo. Felizmente a sua pontaria fôra deitada a perder por 8 metralhadoras calibre .50 do grupo de obuses, as quais faziam fogo de seus reparos a. aé. de fabricação improvisada, armados sobre a cobertura do LST, enquanto os barcos a vela lutavam inutilmente para pôrem em funcionamento as suas duas .50, resfriadas à água. Os anfítrôes reconheceram prazerosamente, às metralhadoras do Grupo, o mérito de haverem salvo o seu barco.

Os planos de desembarque previam o referente aos LCI para alcançarem a praia, mas logo se verificou que, por causa dos arrecifes não localizados previamente, apenas uma LCI, de cada vez, poderia alcançar a praia indicada. Para desembarçar a marcha dos LST, os artilheiros haviam transportado todo o seu material a bordo dos LCI. Uma vez em terra, os cmts. de bateria e suas seções, com o oficial de informações do grupo, partiram para reconhecer posições de tiro nas áreas escolhidas previamente.

Quando, às 0915 h, o LST encostou na margem, verificou-se que a rampa de acesso era alguns metros mais curta do que a de tamanho conveniente para firmar-se na praia de coral. Acidentalmente encontrava-se próximo uma dúzia de engenheiros que haviam saltado de um LST, um pouco mais adiante, e, com a ajuda das espáduas dos artilheiros, fizeram uma rampa de pedras, sobre a qual se pôde proceder à descarga (os arrecifes eram então desconhecidos). O problema seguinte era que, uma vez em terra, as viaturas não encontravam uma breja para penetrarem na selva e que chegasse até a água. Aqui, novamente o indispensável "bulldozer" da engenharia viria abrir caminho e desembarçar uma pista que serpenteava por entre as gigantescas árvores da ilha. Tão logo as primeiras viaturas rebocaram os 105 mm para a terra, os sérvientes começaram a

lidar com as rações de 30 dias, camburões de gasolina e as quotas de munição amontoadas até o teto dos LST.

Os destacamentos de unidades de serviço na costa era um luxo desconhecido nas primeiras expedições do Pacífico Sul. Ainda que, junto à cobertura dos transportes, os artilheiros-estivadores estivessem se sufocando sob um Sol tropical, não necessitavam que lhes admoestasse para o trabalho. Os quatro pesados LST que chegaram à praia, estreitamente unidos, ofereciam um alvo irresistível aos aviadores nipônicos que vinham aos pares, durante o dia. Os retardatários do destacamento de desembarque, que procuravam abrigo na selva, ficaram desalentados depois de verem os efeitos de uma bomba de 200 kg. que explodiu sobre um pelotão de soldados americanos. Verificaram que, sendo impossível construir abrigos na praia de coral, os costados de aço dos barcos, pelo menos, ofereciam alguma proteção contra os fragmentos das bombas e o violento bombardeio.

Ao anoitecer, encontrava-se em terra o primeiro escalão da força de desembarque em uma área de 600 metros de extensão por 300 m. de profundidade. Os obuses apontavam para o mar, a única direção para onde tinham campo de tiro e os canhões a. aé. de 90 mm e aparelhos de radar do grupo não podiam ser empregados. A luz de uma lua cheia, os aviões inimigos zumbiam a noite inteira sobre a ilha, explorando com "very-lights" e jogando uma bomba aqui e acolá, para em seguida fazerem uso de seus canhões. Felizmente, a selva ocultava as tropas e, tendo os LST retornado para junto dos navios de transporte, os aviões nipônicos tinham dificuldade para localizar a tropa que aguentava imóvel o seu fogo. Havia, por casualidade, uma peça de reserva da 3ª Bia. — à luz do dia viu-se os estragos feitos por uma bomba de 200 kg que havia arrazado o seu local durante a noite.

A manhã seguinte revelou mais

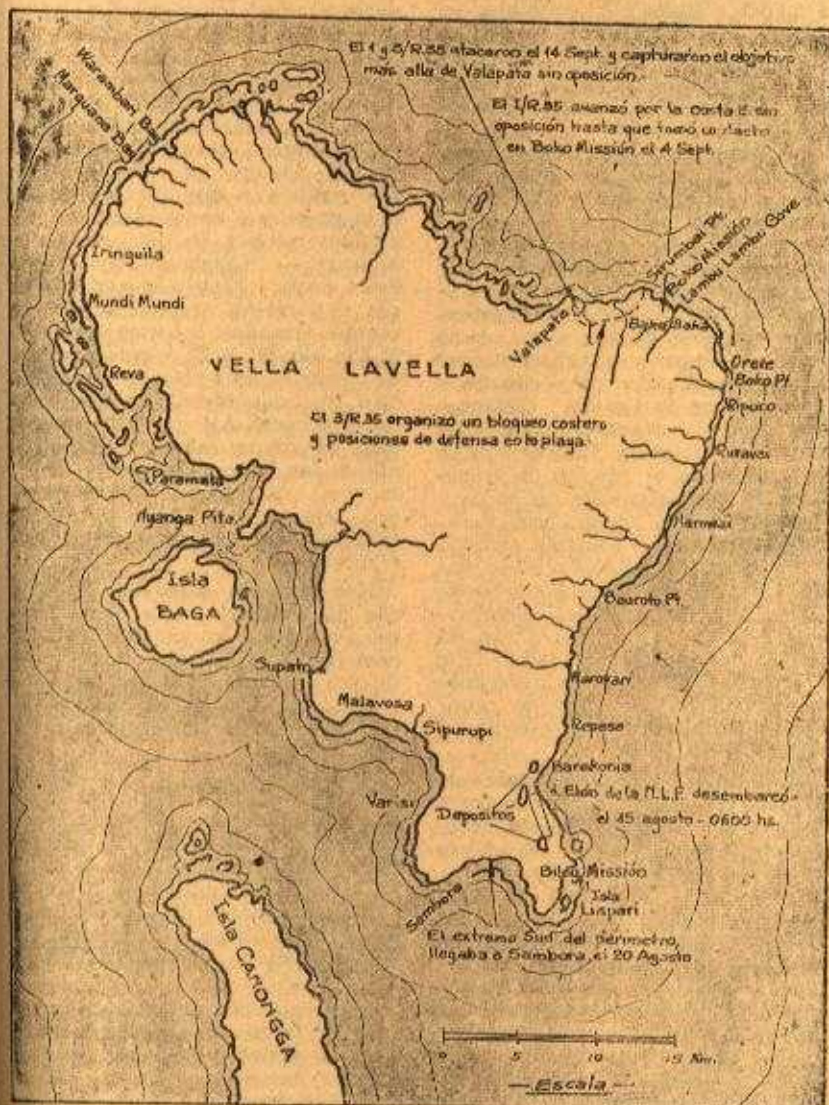
alguns danos. Um aparelho radar a. aé. foi crivado de estilhaços e alguns depósitos haviam sido atingidos.

A 18 de agosto, o restante do grupo (a 1ª Bta e a Bta. de Comando e Serviços, com exceção de um pequeno escalão em Guadalcanal), chegou a Barakoma. Um homem foi morto e alguns gravemente feridos em virtude de um ataque aéreo, logo após o seu desembarque e antes que tivessem tempo de cavar suas tocas (foxholes). Ninguém, que estivesse bem abrigado, foi ferido em mais de 300 ataques aéreos sofridos enquanto o grupo esteve em Vella Lavella. As baixas principais foram produzidas pela epidemia de impaludismo, de tal modo que o efetivo do grupo ficou reduzido a 27 oficiais e 455 soldados, ao terminar a ação.

A 18 de agosto, o perímetro defensivo havia sido ampliado de modo a compreender a península ao Sul da ilha, desde Barakoma a Sabora, numa posição defensiva de 8.500 x 10.000 m, mais ou menos. Dentro desta área, começou-se o reconhecimento das posições das quais se poderia executar o tiro de apoio, em todas as direções do perímetro, isto é, em um setor de 6.400 milésimos. O reconhecimento não era uma questão simples, pois as posições deveriam ficar situadas em uma das pequenas clareiras abertas pelos nativos, ou então dever-se-ia abrir uma na espessa floresta. Felizmente, três clareiras apropriadas foram encontradas depois de muito caminhar pelas trilhas dos nativos, mantendo-se a direção pela bússola. Em seguida, apresentou-se o problema de colocar as baterias nas clareiras, todas as quais se encontravam a oeste da projetada pista de aterrissagem e no interior da península. Considerou-se viável arrastar as viaturas através da selva, cortando arbustos e taros, evitando as árvores gigantes. Por sorte, os primeiros dias da ocupação foram totalmente secos; as baterias puderam entrar em posição com o auxílio de alguns tratores empresta-

dos pelo Batalhão de Construções Navais, deixando estes, as trilhas, em mau estado. Mas, tão logo começou o transporte da munição para as posições de bateria, caíram algumas fortes chuvaradas e o caso ficou muito pior. As viaturas empregavam guinchos para subir as resvaladiças ladeiras, mas logo em seguida as trilhas também se tornaram intransitáveis para os "6 x 6". A solução requerida era a de cobrir os caminhos com troncos (corduroy). A construção e conservação de vários quilômetros de estradas revestidas de troncos é uma tarefa pesada para a engenharia, pois exige uma enorme quantidade de trabalho. Outras tarefas, que os artilheiros tiveram que efetuar, foram as de fortificar os espaldões dos obuses, cavar extensas trincheiras no estacionamento, estender, a pé, uma extensa rede de fios telefônicos e efetuar levantamentos. As tarefas desta natureza foram dificultadas pelo envio de grandes reforços para o G-4 da força de desembarque e que, por vezes, atingiu a 2/3 do efetivo e todas as viaturas de 2 1/2 ton para descarregar os LST.

A manutenção das viaturas motorizadas não era feita de acordo com os regulamentos, por falta de tempo disponível, pois as 17 viaturas de 2 1/2 ton do grupo figuravam preeminentemente nos cálculos de G-4 e foram utilizadas permanentemente para transportar tudo o que poderiam carregar os LST para os depósitos, através de um barro espesso. Deixavam de transportar somente quando se destruíam: — não havia nenhum instante disponível, mesmo para uma simples manutenção de rotina. Somente a dedicação da seção de manutenção do grupo as conservou de algum modo em funcionamento. Trabalhos tais como troca de dinamos, transmissões, embreagens, juntas, universais faziam-se todos os dias. Sendo quase nula a remessa de peças sobressalentes para Guadalcanal, o recurso era tornar-se canibal. Os integrantes da seção de manutenção estavam continuamente rondando em torno da



ilha; qualquer viatura imobilizada mais de um dia era limpada como por abutres. Esses trabalhos eram feitos debaixo de toldos suspensos sob as gotejantes árvores da selva, a meuado metidos até os joelhos, no barro. Os motoristas passaram a não tomar conhecimento dos continuos alarmes anti-aéreos (em geral ouvidos após a explosão das bombas).

A infantaria estabeleceu pequenos postos avançados nas costas Este e Oeste da ilha, a alguns quilômetros do perímetro defensivo. Com estes postos avançados se encontravam os observadores avançados de artilharia. O fio de campanha "W-110" (CPD-1) foi estendido até esses postos, assim como aos P.O. da praia, aos observadores avançados situados no perímetro e aos pelotões de ligação. O lançamento e a conservação destas linhas foi efetuado inteiramente a pé, mantendo as seções de transmissões completamente ocupadas.

Os trabalhos topográficos realizados, incluindo o controle vertical, e foram em uma fôlha reticulada de 1/20.000, por determinação do Gen. Cmt. da Força de Desembarque Norte, com a cooperação da Seção de Informações, sendo feito o levantamento de todo o perímetro defensivo, inclusive os caminhos e instalações; a regulação foi feita sobre a água.

A 29 de agosto estava organizado o plano de defesa do perímetro e começaram os trabalhos do aeródromo, o qual deveria ser aberto na selva virgem e nivelado com coral triturado. Materiais de construções, rações, bombas e centenas de outros artigos necessários em uma base avançada, eram descarregados dos LST. O trabalho era consideravelmente interrompido por continuos ataques aéreos, dos quais o primeiro aviso era frequentemente a detonação das próprias bombas. Os aviadores nipônicos iludiram a detecção pelo radar, voando a baixa altura, ocultos pelo terreno elevado do norte da ilha.

A 30 de agosto, o I Btl. do 35° R.I., recebeu ordem de capturar a área do Boko Mission —

Kakolope Bay para permitir a instalação de um pósto de radar em Sirumbai Point, na zona Nordeste, uns 30 km ao Norte do perímetro defensivo. Este pósto de radar tornaria possível reconhecer os aviões inimigos logo que partissem de Bougainville.

Para evitar ser descoberto antes do tempo, o I Btl. marchou pela costa Este, seguindo em fila indiana uma trilha paralela à linha da costa. Alguns informes escassos dos nativos e dos guardas-costas indicavam que havia cerca de 100 a 200 japoneses na área de Boko Mission — Kokolope Bay e que estes eram sobreviventes dos barcos e barcaças afundados, pobremente armados e equipados. A 3ª Cia. do 65° B.E. recebeu ordem de construir uma estrada na esteira do I Btl., tão rapidamente quanto fosse possível. Até que a "estrada" fosse aberta na selva, a artilharia não poderia acompanhar a coluna; todavia, esta augurou que, carecendo a infantaria de oposição, poderia bastar-se com suas metralhadoras e morteiros.

Não obstante, o pelotão de ligação da artilharia, com observadores avançados, foi enviado à frente com instruções de enviar informes diários ao Cmt. do G.O., inclusive sobre área de possíveis posições de tiro ao longo do itinerário de marcha.

A 4 de setembro, o I Btl. havia atingido a enseada de Lambu-Lambu, sem novidade. Os nativos comunicaram a presença de muitos japoneses na área de Boko Mission — Baka-Baka, situada a 1 km à Oeste da enseada de Lambu-Lambu, entre o btl. e seu objetivo, Sirumbai Point, alguns quilômetros a Oeste.

No mesmo dia, a 1ª Cia., seguida pela 3ª Cia. e com a ajuda de guias nativos, deslocou-se pela trilha, na direção de Boko Mission. Cerca das 14,00 horas, os guias, havendo atingido o terreno elevado situado a uns 20 minutos do caminho de Boko Mission, recusaram ir mais longe. A 1ª Cia. se dirigiu para Boko Mission, a fim de tomar contacto com o inimigo. A uns 500 me-

tros ao Sul do lugar onde os nativos deixaram o btl., os primeiros pelotões da 1ª Cia. chegaram a um local onde a trilha se bifurcava em três direções. O pelotão do Tenente King enviou uma patrulha para cada nova trilha. As patrulhas das trilhas da esquerda e do centro encontraram japoneses cavando abrigos ao longo das mesmas. Mataram alguns, entre os quais um oficial que tinha consigo uma carta mostrando minuciosamente a organização da defesa, na área de Boko Mission — Kokolope Bay. O exame dos mortos inimigos e do equipamento e armamento capturados indicavam que o btl. teria que lutar contra soldados fortes, bem equipados e organizados, bem diferentes dos famintos vagabundos que os informes mencionavam. A carta apreendida indicava que esses japoneses não estavam na ilha por casualidade, mas sim com um propósito bem definido.

O croquis japonês, um trabalho tosco, na aparência, foi imediatamente enviado para a retaguarda, ao primeiro escalão de comando do regimento, onde a secção de interpretação começou a trabalhar com ele. Ao mesmo tempo, o Cmt. do I Btl. requisitava apoio de artilharia. Tão logo este pedido chegou ao Cmt. do 84º G.O., a 3ª Bia., sob o cmdo. do Cap. Grieve, foi designada para deslocar-se para Ruravai.

A solução mais fácil, e simples para deslocar a bateria teria sido pelo mar, embarcada num LCM até uma pequena praia existente em Ruravai. Infelizmente as poucas embarcações disponíveis estavam sendo utilizadas para transportar abastecimentos para a infantaria. Em consequência, a bateria começou a deslocar-se pela "estrada" que a engenharia estava construindo ao longo da costa. O "caminho" era uma pista mais ou menos paralela à trilha da costa e feita com um "bulldozer" D-8, que serpenteava por entre as gigantescas árvores da selva e através dos eventuais bosques de coqueiros. Mediante o emprego de ma-

chados, pás e guinchos, as viaturas de 2 1/2 ton, rebocando os 105 mm fizeram bastante progresso. O maior obstáculo eram os numerosos arroios. Estes eram vadeados na barra de areia que fechava a embocadura dos arroios e onde as águas eram pouco profundas. Num rio em que a água era demasiadamente profunda para vadeá-lo, os soldados de engenharia construíram uma ponte com cavaletes de troncos de palmeiras que teria provocado admiração aos engenheiros de estradas do país.

Para unir os troncos entre si, dispunham de pregos em más condições. Se bem que algum artilheiro, em seu fôro íntimo, tivesse titubeado em cruzar essa ponte num "jeep", a bateria passou com suas viaturas de 2 1/2, carregadas de munição. Ao anoitecer de 6 de setembro, a 3ª Bia. estava em posição, em Ruravai.

A 7 de setembro, a bateria estava em posição em Sirumbai Point e pôde figurar no mosaico japonês. Para observar e poder efetuar a correção, o observador avançado se dirigia para fora da enseada, em uma canoa nativa, ao longo da costa e frente à região ocupada pelo inimigo, procedimento este que se tornou normal com o progressivo avanço ao longo da costa. As transmissões eram asseguradas, da canoa para o observatório da praia, por meio de um aparelho rádio SCR 284 (RAD-200) e daí à posição de tiro, por meio de fio telefônico. Esta linha, constituída com fio "W-110" (CPD-1), com a extensão de uns 8 km, foi lançada a mão, não estando ainda aberto ao trânsito a "estrada" para a enseada de Lambu-Lambu. O grupo de obuses confiava, para assegurar a ligação com as suas baterias, nos pesados aparelhos de rádio SCR 284 e 193 (RAD 200 e 300), sendo, nessa ocasião, as séries dos SCR 600 um projeto para o futuro. Um avião de observação teria sido de incalculáveis utilidade, mas tão pouco este havia feito a sua aparição nas Salomão.

Enquanto isso, o oficial de ligação da artilharia, Ten. Doyle; o

oficial de operações do Grupo de Obuses e o Cmt. do I. Btl. estavam estudando o croquis capturado. Patrulhas haviam comprovado a existência de algumas posições japonesas assinaladas na carta e os nipônicos haviam efetuado alguns ataques a posições do I Btl.

Nesse meio tempo, o III Btl. do 35º R.I. havia chegado a "Lambu-Lambu", para auxiliar o I Btl. nas operações em torno do Boko Mission. Os soldados americanos, baseando-se em experiências anteriores, prepararam-se para uma luta árdua e difícil. Os japoneses estavam bem fortificados e, sendo a visibilidade, o campo de tiro e os movimentos sumamente restringidos pela selva, os americanos aguardavam estoicamente a costumeira batalha, lenta e sangrenta, contra uma posição defendida com fanatismo e até a morte.

Com o auxílio de um par este-reoscópico e os informes das patrulhas e algumas fotografias isoladas, as seções de informações e operações haviam traçado o delineamento das posições inimigas sobre a cópia litográfica do mosaico apreendido. As posições inimigas não se estendiam demasiadamente terra a dentro. As altitudes de diferentes elevações identificadas no mosaico e a observação de outros pontos que podiam ser vistos de observatórios próximos proporcionaram bons dados das posições inimigas nessa mesma foto.

A medida que os infantess se convenciavam cada vez mais da exatidão do mapa capturado, iam sentindo, mais e mais, a necessidade do apoio de artilharia. Sendo o setor Sul da ilha completamente seguro, havendo chegado um btl. do 145º R.I. e tendo o Btl. de fuzileiros navais enviados os seus canhões de 155 mm (de defesa de costa), a 8 de setembro, — os órgãos de comando do Grupo e a 1ª Bia. partiram para Ruravai. Uma vez que a distância de Ruravai à linha de frente era de 9.000 m, a 11 de setembro o comando e a 3ª Bia. puseram-se em marcha para Lambu-Lambu com a mesma dificuldade em abrir um caminho por

terra como no avanço inicial para Ruravai.

O grande intervalo entre as Baterias pode parecer um tanto incorreto, mas havia motivos. O principal era as dificuldades de encontrar posições para duas baterias em Lambu-Lambu. Outra razão era que, se bem que a 1ª Bia., em Lambu-Lambu, atirasse a curta distância sobre as posições inimigas e por cima da nossa infantaria, todavia, nas empinadas encostas e nas estreitas faixas da praia, teria consideráveis espaços mortos. A 3ª Bia., atirando a longa distância com carga 7, podia fazer fogo de enfiada sobre as posições inimigas. Assim, os efeitos da dispersão foram reduzidos ao mínimo e esse efeito teria sido igualmente benéfico se não se soubesse onde estavam exatamente os embasamentos das posições inimigas. Por último, o deslocamento para a frente aliviava os elementos de transmissões, excessivamente sobrecarregados.

As 0800 de 8 de setembro, o I Btl. começou o ataque, precedido por uma preparação de artilharia de 10 minutos, com cadência máxima. O informe do Cmt. do I Btl. assim narra os acontecimentos:

"O ataque foi executado de acordo com o plano e não se encontrou oposição. O inimigo havia se retirado justamente antes do assalto de nossas companhias, tornando possível a captura do objetivo do dia, sem disparar-se um tiro."

Nos cinco dias seguintes, a infantaria continuou o seu avanço para Oeste, retardada unicamente pelos percalços do terreno difícil. Os avanços de cada dia mostravam sinais da precipitada retirada inimiga. A infantaria passou por entre grandes depósitos de viveres, munição, rações e áreas de estacionamento bem construídas, assim como grande número de pontos fortificados. Evidentemente a região havia sido uma base de suprimento japonês, de modo a permitir o abastecimento de guarnições afastadas, por meio do tráfego noturno de barcas. O sinal da precisão do tiro de artilharia foi

encontrado em toda a região capturada. Observaram-se explosões de granadas de 105 mm nos espaldões de morteiros e obuses de campanha. Encontraram-se japoneses mortos, com pás e picaretas em suas mãos, como se estivessem trabalhando no momento, em suas tocas. Esta missão foi cumprida com o consumo de apenas 1.600 projéteis de artilharia. A 15 de setembro, o I Btl. atingiu o seu objetivo e estabeleceu uma posição defensiva em torno do pósto de radar.

O conceito em que os soldados americanos tinham a sua artilharia ficou expresso em uma carta do Cmt. do 35º R.I., nos seguintes termos:

"O superior desempenho, das 1ª e 3ª Bias., durante o período compreendido entre 4 e 14 de setembro, inclusive, permitiu aos I e III Btl. do 35º R.I. coroarem os seus objetivos com um mínimo de perdas de vidas.

"Consoante meu leal saber e entender, esta é a primeira vez que, nas operações das linhas Salomão, a artilharia foi empregada tão corretamente e com esplêndidos resultados na cooperação com a infantaria para a captura de uma área fortificada e com tão poucas baixas. Sem o auxílio das 1ª e 3ª Bias. do 64º G.O., os I e III Btl. teriam que enfrentar sangrentos e

demorados combates para atingirem os seus objetivos.

"Em nome dos oficiais e praças do I e III Btl. do 35º R.I., desejo saudar aos oficiais e praças do 64º G.O. e em especial as 1ª e 3ª Bias., pelo seu esplêndido trabalho."

Esta ação não foi senão uma das menores no esquecido Teatro de Operações, mas permitiu algumas lições para os artilheiros mais jovens.

Quase nenhum dos requisitos exigidos para as sucessivas operações anfíbias foi realizado previamente. A superioridade aérea era fraca e transitória. Os barcos de assalto eram em número sumamente insuficiente. A artilharia, — um Grupo de Obuses 105, rebocado por viaturas de 2 1/2 ton, não estava convenientemente organizado, nem equipado para a guerra anfíbia e, na selva, estava reduzido em seu efetivo; não tinha material de transmissões moderno, nenhum avião de observação, poucas e inadequadas viaturas, nenhuma carta merecedora deste nome, nenhum escalão superior de artilharia e nem serviço de suprimentos. Terreno mais desfavorável, não existe. Mas, seu bem instruído pessoal, adestrado na guerra das selvas, resolutamente conquistou o aplauso e a admiração da infantaria que apoiava.



Caracterização das ações da Infantaria antes do ataque

IV

Major AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA,
Instrutor da E.E.M.

XI — ATUAÇÃO DOS ELEMENTOS DE SEGURANÇA

A) Vanguardas

1 — Missão:

A missão de uma vanguarda é impedir o desnecessário retardamento do grosso da tropa e protegê-lo contra a surpresa, a observação e a intervenção terrestre inimiga, à sua frente. A vanguarda assegura ao grosso o tempo e o espaço necessários ao seu desdobramento e preparo para a ação.

Quando toma contacto com o inimigo, a vanguarda ataca ou toma outras medidas que assegurem ininterrupto avanço do grosso.

Quando estabelece contacto com forças inimigas importantes, a ação da vanguarda depende do plano do emprego do grosso. O Cmt de Vg recebe previamente ordens sobre a conduta a adotar. Se há suficientes informações sobre o inimigo antes do contacto, as ordens para o Btl Vg podem ser mudadas: de uma missão de Vg para uma missão de ataque, numa ação coordenada do RI. Em tais casos, a operação é uma operação normal de ataque.

2 — Contrôle:

Na OGO da unidade que destaca a Vg, além da missão da Vg são prescritas:

- sua composição;
- itinerário (s) ou zonas de marcha (ou de ação);
- o PI ou linha inicial de contrôle;

- a hora que deverá liberar estes pontos ou linha;
- os objetivos de marcha, inclusive o objetivo final de marcha;
- a distância da qual o grosso a segue;
- quaisquer instruções especiais tais como acidentes do terreno que deve apoderar-se ao longo do itinerário ou zona de marcha; velocidade de progressão, etc.

O Cmt do RI ou da coluna mantém-se em íntima ligação com o Cmt da Vg, fornecendo-lhes todas as informações recebidas durante o curso do movimento.

Quando o contacto é iminente, o Cmt do RI entra em contacto pessoal com o Cmt da Vg, a fim de obter informes de 1ª mão sobre os quais baseia a sua ação futura. As viaturas podem se deslocar seja sob o contrôle do Btl ou das Cias.

As viaturas necessárias ao combate marcham com as Cias ou se deslocam ou por lanços atrás dos elementos a pé, porém imediatamente disponíveis para a ação. As não necessárias marcham entre as 2 colunas a pé, da reserva.

B) Vanguardas a pé nos movimentos descobertos para o contacto

1 — Valor e composição:

O valor e a composição de uma Vg variam com os fatores estudados anteriormente (situação amiga e inimiga, terreno, missão, etc., etc.).

Não deve ter efetivo maior que o necessário à segurança. É tanto mais forte quanto menor a distância do inimigo.

a) Quando o RI progride em uma larga frente, pode empregar 2 Btl I em 1º escalão e estes se cobrem com Vgs no valor de 1 Cia Fzo reforçada (neste caso a Cia se articula em ponta, escalão de reconhecimento e escalão de combate, e seu reforço geralmente pode constar de 1 Pel CC, 1 Pel Mtr P e Peças de FAC 75; o Pel Mrt 81 pode estar em apoio direto ou mesmo reforçando-a).

b) Para um RI, marchando em uma só coluna quando o contacto é provável ou iminente, a Vg tem, em geral, o valor de 1 Btl reforçado. Estes reforços geralmente compreendem 1 ou 2 Pels da Cia PCC do RI, 1 Pel Mrt P, 1 Pel de Eng Cmb. Elementos de CC do BCC da DI ou outros podem, também, reforçar a Vanguarda (valor variável de 1 Pel a 1 BCC). Além disto, pode ser reforçada com elementos de Art AAérea. Com ela vão os destacamentos ligação da Artilharia de apoio, e 1 DCAT, quando existe aviação tática em apoio à coluna.

c) Quando o RI marcha em 1 só coluna, e a marcha é coberta por elementos de segurança da unidade superior ou quando, apesar do contacto ser provável, o inimigo não é muito forte, a Vg de 1 Cia Fzo reforçada pode ser suficiente. De qualquer modo, porém, é de toda vantagem que esta Cia seja destacada do Btl testa do RI.

2 — Dispositivo da Vg:

a) O dispositivo da Vg deve ser tal que proporcione a sua própria segurança e tenha suficiente escalonamento para poder manobrar.

A Vg geralmente é precedida por elementos de reconhecimento do escalão superior. Se o Cmt da Vg considera necessário, pode organizar e enviar à frente elementos de reconhecimento ou de segurança. Um Btl Vg compreende, da frente para a retaguarda:

— Reconhecimento motorizado ou Destacamento de Segurança Motorizado;

- Escalão de Reconhecimento (ponta e testa);
- Escalão de Combate;
- A Reserva.

As distâncias indicadas na figura n. 1 são somente para serem usadas como guia; as distâncias em cada caso dependem: do terreno, do tipo e iminência do contacto inimigo e da natureza dos reforços dados ao Btl.

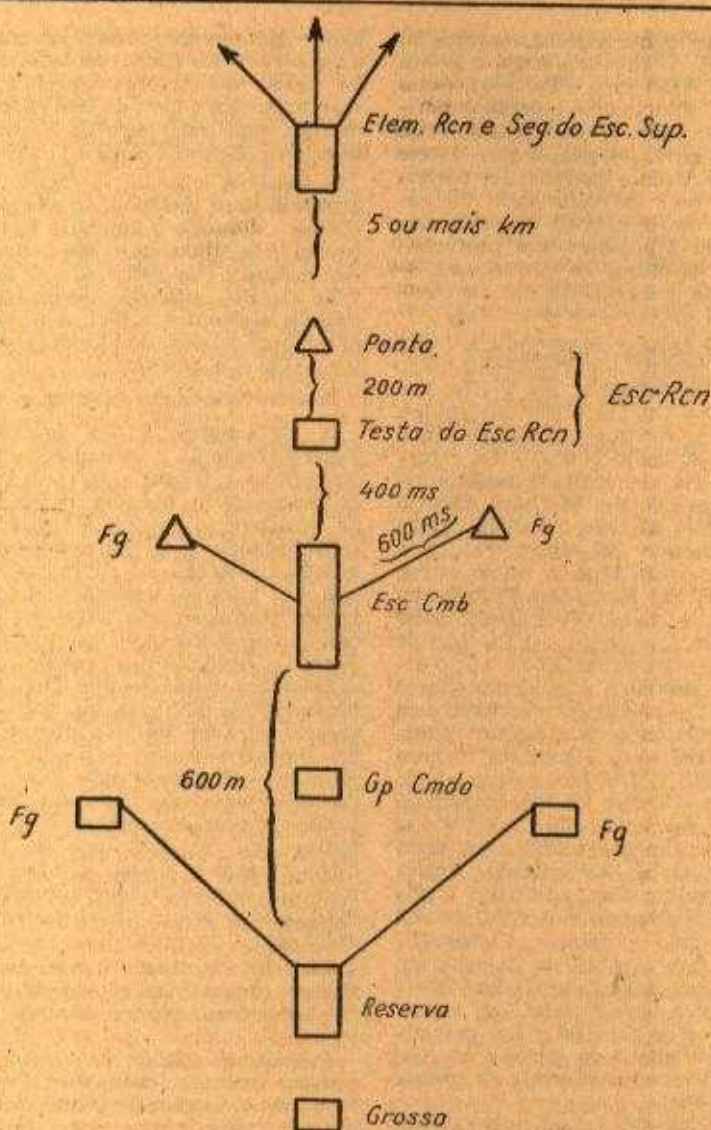
b) Se os elementos de reconhecimento do escalão superior não dão segurança adequada para a Vg, esta organiza um Destacamento de Segurança Motorizado (DSM), com elementos orgânicos ou de reforço. O DSM pode constar do Pel Rec do RI, se está reforçando a Vg, reforçado com Fzos (1 GC até 1 Cia), armas de apoio e CC.

Se o Pel Rec não está disponível, o DSM é formado de elementos orgânicos e de reforço disponíveis para o Cmt da Vg ou do Grosso. O DSM pode constar de CC e Fzos transportados sobre os CC. Este DSM se deslocará a uma distância prescrita pelo Cmt do Grosso ou de Vg máxima de 8 km ou 1/2 h de marcha (a 15 KPH), à frente da ponta.

A Vg de efetivo menor que um Btl I, geralmente, não tem reserva.

c) A ponta é lançada pelo escalão de reconhecimento. É o elemento testa da vanguarda. Geralmente consta de 1 GC e, normalmente, não é reforçada. A ponta marcha em coluna por 2, uma de cada lado da estrada, com uma distância mínima de 10 passos entre os homens e sua profundidade média é de 50 m; de dia está à frente da testa do escalão de reconhecimento da ordem de 200 m. Entre a ponta e a testa desse reconhecimento pode haver elementos de ligação lançados pela testa do Esc Rcn. No cumprimento de sua missão, articula-se como o esc cmb de 1 Vg.

d) O escalão de reconhecimento é lançado pelo escalão de combate. Geralmente consta de 1 Pel Fzo reforçado com peças de FSD 57, Mtr e CC. Observadores avançados de Art, Mrt P e Mrt 81 podem marchar com o esc rcn. O Cmt do esc



VANGUARDAS A PÉ

FIG. 1

ren usualmente marcha na testa do esc rcn. O Esc Rcn lança a ponta (1 GC) e fica com o Pel (—), como *testa*. Contacto com a ponta é mantido pelo rádio ou por elementos de ligação enviados pela *testa*. O esc rcn geralmente marcha em coluna por 2, uma de cada lado da estrada, com distâncias entre os homens de 5 passos e sua profundidade é da ordem de 75 metros; de dia, está à frente do esc de combate da ordem de 400 metros.

e) O escalão de combate é o elemento básico de ataque da Vg. Consta usualmente de 1 Cia Fzo reforçada (menos o Pel que enviou com o esc rec que, por sua vez, lançou 1 GC como *ponta*). Os reforços do esc de combate podem incluir Pel CC, Pel Mrt, Pel FSR 75 e Pel Mrt 81. Se 2 Pel CC estão reforçando o Btl Vg, 1 Pel pode reforçar o DSM e o outro o esc cmb. O Pel Mrt e Pel FSR 75, ou elementos destes Pels, geralmente reforçam o esc cmb. O Pel Mrt 81 usualmente é colocado em apoio direto ao esc cmb, e os observadores dos Mrt geralmente marcham com o esc rcn ou com a *ponta*. Além desses reforços, elementos de rcn de Eng, Art, Mrt P, e elementos do Pel Rem e Sap do Btl marcham com o esc cmb. O Cmt do Esc Cmb geralmente marcha na testa do esc cmb; no entanto, estará onde melhor lhe aprouver e informa rapidamente o Cmt da Vg de qualquer mudança na situação. O esc cmb geralmente marcha em coluna por 2, dos dois lados da estrada, com uma distância de 2 passos entre os homens e sua profundidade média é de 150 m; de dia, está à frente da reserva, da ordem de 600 m.

f) *Reserva*: é constituída pelo Btl Vg menos o esc cmb, o DSM e os destacamentos de segurança do flanco (quando enviados). A reserva é o principal elemento de manobra da Vg. Seu Mrt P e Eng estão reforçando a Vg ou estão em apoio direto ao Btl, usualmente se deslocam com a reserva e à sua rtg. Do mesmo modo, o grosso dos CC (no caso de 1 BCC ou 1 Cia reforçar a Vg). A Artilharia de

apoio geralmente desloca-se atrás da reserva. Os Cmts das Unidades de apoio ou reforço geralmente marcham com o Cmt do Btl Vg, que marcha com seu grupo de Cmdo à testa ou próximo à testa da reserva.

A reserva marcha à frente do grosso, a uma distância fixada pelo grosso. Quando o contacto é iminente, é da ordem de 1.500 metros. As viaturas que estão sob o controle do Btl, mas não necessárias, com os elementos a pé; marcham por lanços curtos, no intervalo entre a Vg e o Grosso.

3 — *Modo de ação da vanguarda*;

A Vg cumpre a sua agressiva missão, fazendo o reconhecimento do terreno à frente e de cada lado do itinerário de marcha, reduzindo as resistências inimigas isoladas, reconhecendo e preparando tanto quanto possível, o itinerário de marcha para o deslocamento do grosso (remoção de obstáculos, reparação de pontes e balisamento de pistas). Reconhece as regiões que apresentam vistas dominantes e extensões sobre o grosso, ou que ofereçam ocultamente aos elementos de reconhecimento e inquietação inimigos. A menos que haja ordem em contrário, ataca sem hesitação e repele os elementos de cobertura ou de segurança do inimigo, ou resiste à ação inimiga durante um espaço de tempo que permita o desdobramento ou o desenvolvimento do grosso.

Quando o contacto é iminente, o Cmt de Vg marcha com o Cmt do Esc Cmb para receber informes de 1ª mão.

Quando não puder mais avançar, ocupa e mantém os pontos chaves do terreno, particularmente aqueles que cobrirão, das vistas inimigas, o desdobramento e o desenvolvimento do grosso e que oferecerão boa observação e desenfiumento para o emprego da Artilharia.

— Os DSM e Pel Rcn, efetuando reconhecimentos a uma certa distância, protegem a coluna contra surpresas de forças motomecanizadas e asseguram informes oportunos do terreno e do inimigo ao Cmt da Vg.

— A ponta e o esc ren geralmente limitam sua segurança frontal à observação, não lançam patrulhas nos flancos.

— O esc de combate toma a seu cargo o lançamento de patrulhas de flanco, a pé até 600 m, e motorizadas acima destas distâncias. Estas flanco-guardas são enviadas para pontos que evitem fogos diretos a distância média (600 m) que permitam observação sobre o esc cmt ou que facilitem o ocultamento de elementos fortes de reconhecimento ou de infantaria. Se o terreno não permite o movimento de viaturas através do campo, os flanco-guardas deixam suas vtrs e vão a pé para aqueles pontos selecionados. Quando o esc cmb passa, a flanco se desloca rapidamente para a testa do esc cmb. Quando o contacto com o inimigo se torna iminente e tem início a marcha de aproximação, os escalões da Vg vão-se desdobrando progressivamente, até chegarem ao desenvolvimento e atacar. As vtrs das Clas cerram à frente e são entregues às suas Clas. Quando a ponta toma contacto com o inimigo, imediatamente desenvolve-se e ataca a resistência. O Cmt do esc ren, reúne-se ao Cmt da ponta e, após um rápido exame de situação, engaja imediatamente o esc ren, se a ponta não venceu a resistência. O Cmt do esc cmb que cerrou à frente, examina a situação e, quando a situação aconselha, engaja o escalão cmb. Sempre que possível, o esc ren e o esc cmb atacam por um rápido desdobramento, de preferência a um ataque frontal. Se o esc cmb não é capaz de reduzir o inimigo, imobiliza-o pelo fogo e procura localizar os seus flancos. Se o inimigo retira-se ou é destruído, sem exigir que a reserva haja intervido, o esc cmb rapidamente, retoma o movimento.

Se fôr necessário, a reserva continua ou reforça o ataque do esc combate (e neste caso a ação toma o aspecto de um ataque normal), ou conquista e mantém um terreno favorável ao desenvolvimento ou à manobra do grosso. Em todas estas fases, o Cmt de Vg está atento e vai dirigindo progressivamente o

emprego dos seus elementos de apoio e reforço (Clas Pte Pes, Mrt P, CC, Art, etc.) de modo a cumprir a sua missão.

— Durante curtos altos, observadores dos elementos avançados são enviados a pontos de observação próximos para cobrir a frente e os flancos. Durante grandes altos, a fim de ter completa segurança em torno, é necessário ocupar pontos críticos do terreno que controlem os itinerários ou eixos de marcha.

C) *Vanguardas motorizadas nos movimentos descobertos para o contacto*

1 — *Valor e composição:*

A Vg de 1 RI, em marcha motorizada, é de valor equivalente à de 1 RI a pé e as medidas relativas à sua composição, quando o RI marcha em 1 ou 2 colunas, à pé, também se aplicam nas marchas motorizadas.

2 — *Dispositivo de Vg:*

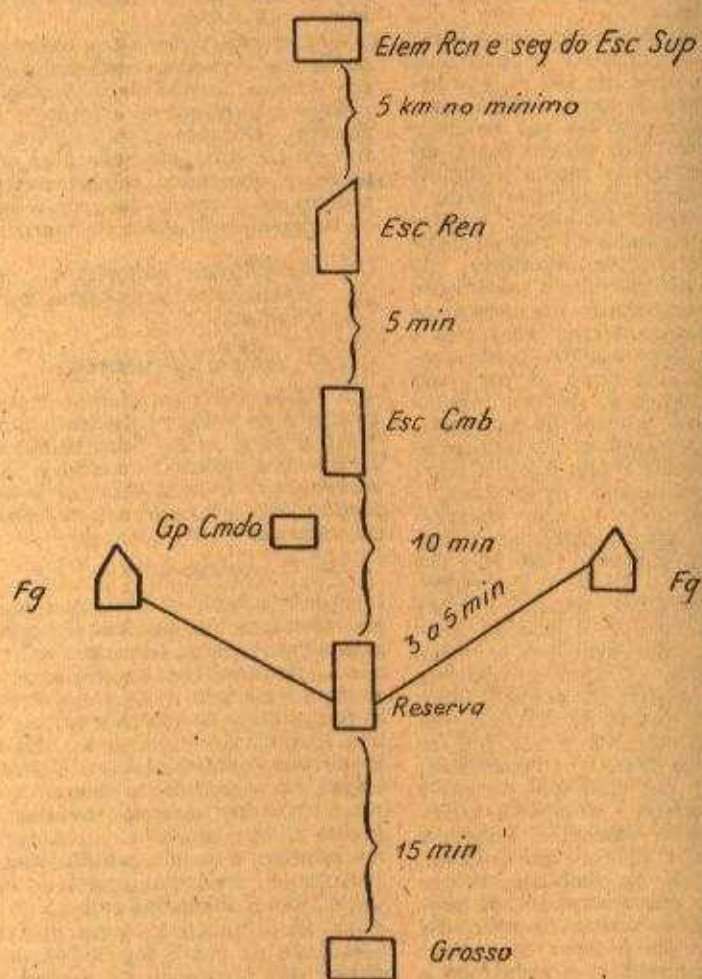
a) Elementos de Ren ou forças de cobertura dos escalões superiores, normalmente, precedem a Vg.

b) A diferença de dispositivo, entre a Vg a pé e a Vg motorizada, é que, nesta, não existe a ponta.

c) A distância entre as vtrs e elementos componentes é determinada pela visibilidade, ameaça aérea, tipo do terreno, reconhecimento amigo disponível e natureza do inimigo e suas possibilidades.

A fig. n. 2 dá uma indicação do dispositivo e distâncias guias.

d) Se o Cmt da Vg sente que os elementos de ren e seg do esc superior são incapazes de prover a alerta e proteção que ele deseja, constitui Destacamentos de Segurança Motorizados e Destacamentos de Reconhecimento Motorizados (DSRM). Se o Pel Ren está reforçando a Vg, ele pode ser reforçado de modo a constituir um ou mais destes destacamentos. O DSRM tem a missão de reconhecer o inimigo e deve ser suficientemente forte para destruir pequenas forças retardadoras inimigas e bloqueios de estradas. Também evita que a Vg, enquanto embarcada,



VANGUARDAS MOTORIZADAS

Fig. 2

receba um ataque de surpresa. Quando não há necessidade destes destacamentos, o contacto físico com os elementos de rcn é feito pelo uso de destacamentos de ligação motorizados.

e) O esc cmb usualmente consta de 1 Cia Fzo Reforçada. Os reforços constam geralmente de 1 a 2 Pels CC, 1 Pel Mrt 81, 1 Pel Mrt P, 1 Pel FSR 75, 1 Pel E Cmb, além de observ avançados do Pel Mrt P e Art. O Esc Cmb destaca o esc rcn, do valor de 1 Pel Fzo mais 1 Pel CC. O Esc Rec marcha à frente do esc cmb da ordem de 5 minutos e o esc cmb marcha à frente da reserva da ordem de 10 minutos. A velocidade de trabalho é da ordem de 15 KPH e marcha em coluna aberta.

Mesmo que se transportem em viaturas transporte blindadas (rolamento misto ou sobre lagartas), os elementos apelam para iniciar o combate.

f) A reserva motorizada consta do Btl I reforçado menos: o esc cmb, os DRM ou patrulhas de flanco (flanco-guardas); desloca-se da ordem de 15 minutos à frente do grosso. As patrulhas de flanco só são lançadas pela reserva e operam de modo semelhante às patrulhas motorizadas das Vgs a pé, indo porém a distâncias maiores (da ordem de 3 a 5 minutos).

g) O Cmt de Vg e seu grupo de Cudo geralmente marcham na testa da reserva.

3 — Conduta da Vanguarda :

As operações de uma vg mltz são semelhantes às de uma a pé. Devido ao aumento da vulnerabilidade das tropas embarcadas em viaturas, particular atenção é dada à segurança dos flancos.

Para combater, o esc cmb e o esc rcn desembarcam e combatem a pé. Quando a resistência hostil não pode ser vencida pelo DSM, DRM ou rcn e esc cmb e quando o contacto se torna iminente para toda a vg, o Cmt da vg prontamente desembarca a reserva. Os transportes de pessoal são mantidos sob controle centralizado para uso futuro. A vg atua na marcha de

aproximação ou no ataque como foi prescrito para uma vg a pé. Os elementos motorizados do esc de combate e da reserva, geralmente apelam ao entrar na zona sujeita aos fogos observados com observação terrestre da artilharia inimiga já assinalada em posição (da ordem de 5 km).

D) Flanco-guarda a pé, nos movimentos descobertos

1 — Missão :

A missão do Btl flanco-guarda é proteger o grosso da observação terrestre e ataques do flanco. No caso de um ataque no flanco, a flanco-guarda dá tempo ao grosso para desdobrar-se para enfrentar esta ameaça, ou permitir a ininterrupta passagem do grosso.

A missão da flanco-guarda é por natureza defensiva, em contraste com a ofensiva missão de uma vanguarda.

2 — Valor e composição :

O valor e a composição de uma flanco-guarda de 1 RI reforçado pode variar até 1 Btl I reforçado. Este reforço pode constar do Pel Rcn, 1 ou 2 Pel PCC, 1 Pel Mrt P, 1 Pel Eng Cmb, Dest Lig de Art. A Fg normalmente recebe material de Eng necessário para construir obstáculos e efetuar demolições.

3 — Dispositivo :

O dispositivo depende do terreno, itinerários, existência do inimigo e processo de movimento de Fg.

O dispositivo deve dar segurança à frente, flanco e retg da Fg e ao flanco do grosso. Assim sendo, o seu dispositivo, no caso de marchar paralelamente ao grosso, é articulado em ponta, esc rcn, esc cmb e reserva. O cmt da Fg pode controlar seu movimento, regulando sua velocidade de marcha pela do grosso, e designando sucessivos objetivos de marcha às suas Cias. Quando possível, nas marchas a pé, as vtrs necessárias ao combate se deslocam com ou imediatamente à retg de sua unidade.

4 — Conduta :

a) A missão de Fg é essencialmente defensiva. Ela empregará patrulhas para a sua segurança, à frente, nos flancos e à retaguarda.

b) As operações de Fg são conduzidas especificamente sobre os itinerários que favoreçam um ataque contra o flanco da tropa.

c) Quando em uma zona na qual uma ação inimiga possa ser prevista numa direção bem defendida, a Fg ocupa uma posição que cubra as vias de acesso até que o grosso tenha escorado. Aproveita ao máximo os acidentes do terreno, tais como cursos d'água, cristas, desfiladeiros e estabelece bloqueios e destruições.

d) A Inf a pé designada para missão de Fg deve começar a marcha antes do grosso, a fim de que este já a encontre em condições de cumprir a missão quando passar pelo ponto crítico.

e) Quando várias regiões oferecem perigo e devem ser ocupadas, a Fg se articula em escalões e files se deslocarão sucessivamente. Geralmente terão que ser motorizados.

f) Quando existe um itinerário paralelo ao eixo da marcha e o inimigo pode atacar em qualquer parte, a Fg marcha como uma força de cobertura, distribuída em escalões em toda a profundidade para poder atuar em qualquer região. Neste caso, manterá uma reserva em posição central para intervir onde necessário.

g) Quando a Fg não pode manter a sua posição juxtaposta ao grosso, é enviada outra Fg e a antiga reverterá ao grosso.

E) Flanco-guardas motorizadas

1 — Quando uma unidade de grande efetivo está marchando a pé, é desejável possuir uma flanco-guarda motorizada. — A Fg opera juxtaposta ao grosso, deslocando os seus escalões por lanços, de um a outro acidente importante do terreno. O Cmt da Fg mantém uma reserva móvel.

2 — Quando a unidade que a destaca é motorizada, a flanco-guarda adota o dispositivo de 1 Btl atu-

ando isolado, isto é, opera como um destacamento. Opera juxtaposto ao grosso, aumentando a sua velocidade de marcha e enviando destacamentos de segurança necessários, quando seu itinerário divergir do grosso.

Seu dispositivo é semelhante ao de 1 Vg motorizada.

Geralmente, é desnecessário fixar limites entre a Fg e o grosso. Casos haverá, porém, em que a coordenação entre a Fg e Btls de 1º escalão pode sugerir a fixação de limites entre estes elementos.

F) Retaguardas nas marchas a pé

1 — Missão :

A missão da retaguarda é proteger o grosso de um ataque pela retaguarda.

Nos movimentos retrógrados, a retaguarda retarda a força de perseguição inimiga.

2 — Composição e valor :

O valor é variável, de acordo com a situação, o terreno e o inimigo. Pode variar de 1 Pel Fzo reforçada a 1 Cia Fzo Reforçada.

3 — Dispositivo :

Assemelha-se à de 1 Vg invertida e geralmente não tem reserva. O esc cmb lança para trás o esc ren, e este por sua vez envia a ponta, ou então envia 1 destac retardador motorizado. O modo de ação desses escalões é análogo ao da flanco-guarda. A retaguarda segue o esc motorizado do RI. As distâncias entre os diferentes elementos são as mesmas que as da Vg.

G) Retaguarda motorizada

A retaguarda é motorizada sempre que possível, a fim de ter uma velocidade igual ou maior que a do grosso. Opera de maneira semelhante à flanco-guarda (atitude defensiva), e seu dispositivo é semelhante à de uma Vg invertida. Deve estar preparada para efetuar demolições e obstruções e obstáculos. Em condições normais, a ponta fica atrás do esc ren da or-

dem de 2 minutos, o esc. ren. fica distante do esc. cmb. da ordem de 5 minutos e o escalão de combate, atrás do grosso da ordem de 10 minutos.

H) *Alerta AC e AAé e contra agentes químicos*

1 — *Anticarro* :

O sistema de alerta anticarro inclui uma rede de informações e uma de comunicações, ambas cuidadosamente coordenadas para assegurar informes contínuos e prévios da presença e da ação de forças inimigas motorizadas.

O sistema de alerta abrange os elementos de reconhecimento e segurança sob a direção do regimento e os homens de vigilância anticarro equipados com os meios de dar alerta.

Patrulhas motorizadas, operando bem à frente e nos flancos, são auxiliares particularmente valiosos dos sistemas de alerta. Os escalões superiores devem tomar as medidas necessárias à coordenação do sistema de alerta regimental com os das unidades vizinhas e com os elementos de reconhecimento e segurança de unidades superiores. Todos os elementos de observação e reconhecimento, tanto aéreos como terrestres, devem informar imediatamente os indícios de engenhos blindados. Estes informes são dados ao comandante mais próximo, sem seguirem os canais competentes. Alertas oportunos exigem meios de comunicações rápidos e seguros.

2 — *Antiaéreo* :

A primeira exigência de segurança antiaérea é um eficiente sistema de alerta no RI. Elementos de vigilância do ar são colocados aos pares, como sentinelas duplas, para cobrir a frente, flancos e retaguarda do Regimento.

Dão alerta da aproximação de qualquer avião não identificado.

Quando necessário, são designados homens de ligação para receberem os sinais dos vigias do ar.

3 — *Contra os agentes químicos* :

Cada comandante tem a responsabilidade de tomar as medidas que proverão a segurança de suas tropas contra os agentes químicos.

Os meios previstos para a segurança contra o ataque de agentes químicos compreendem uma rede de alerta adequada, preparação de equipamento de proteção individual e coletiva, medidas para a rápida descontaminação dos indivíduos, equipamentos, suprimentos e medidas táticas que diminuam os efeitos dos agentes químicos.

Uma rede de alerta adequada compreende o reconhecimento para localizar e definir as zonas contaminadas; sentinelas para prevenir ataques de gases e um sistema de alerta para alertar a tropa quando um ataque de agentes químicos for iniciado ou estiver iminente. O equipamento coletivo compreende abrigos à prova de gás ou coberturas de proteção para equipamentos e suprimentos e descontaminação dos equipamentos e suprimentos.

O equipamento individual consiste principalmente em máscaras contra-gases e vestimenta protetora. O homem deve ser treinado e disciplinado no uso deste equipamento. Um descuido a esse respeito resulta em grande número de baixas e acarreta perigo de provocar pânico.

A pronta descontaminação do pessoal, equipamento, suprimentos, e zonas ocupadas reduz o número de baixas e as perdas de equipamento e suprimentos.

As medidas táticas consistem no dispositivo da tropa que tire proveito, tanto quanto possível, do terreno desfavorável para a concentração dos gases e em evitar ou evacuar, na medida do possível, as zonas gasadas. As posições sobresalientes para as unidades e armas de apoio são escolhidas antecipadamente.

I) *Defesa antiaérea*

Os Pels Mtrs da Cia Ptr Pes fornecem-na à Vg, Fg e Rtg.

Eles podem ser distribuídos por toda a profundidade da coluna, ou

podem proporcionar a proteção por sucessivos lanços de Secções, para posições de tiro próximas do itinerário de marcha. As armas são montadas nos transportes respectivos e manipuladas por guarnições reduzidas. A defesa antiaérea do escalão motorizado é proporcionada pelas mtr .50 das vtrs com elas equipadas. Vigias antiaéreas ocupam pontos sucessivos próximos ao itinerário de marcha. Estes vigias são destacados tanto pelo escmb como pela reserva. Quando ultrapassados, incorporam-se à cauda da reserva e outros vigias são destacados conforme as necessidades. Quando reforçado por unidades de AAA, estas serão responsáveis pelo conjunto de DAA e da coluna.

J) Defesa anticarro

1 — No RI tipo II :

A cada Cmt cabe o emprêgo das unidades AC orgânicas de reforço. As armas AC podem ser distribuídas da seguinte forma : — Os canhões do Pel AC ou outros em reforço podem ocupar posições sucessivas ao longo do itinerário de marcha. As unidades AC devem ter prioridade nas estradas, a fim de proporcionar uma proteção AC contínua, visto necessitarem de rápidos deslocamentos para posições sucessivas.

No caso dos movimentos motorizados, os canhões AC são distribuídos pelo escmb e reserva de maneira a proporcionar segurança ao longo de toda a Vg.

2 — No RI tipo I :

Um ou mais Pels PCC reforçarão a Vg e sua mobilidade permitirá o seu emprêgo em quaisquer direcções.

CONCLUSÃO

A) A doutrina apresentada

Do estudo feito, podemos concluir as seguintes idéias básicas :

- 1 — A subdivisão dos movimentos em 2 grandes classes :
 - Movimentos administrativos ;

— Movimentos táticos.

- 2 — A caracterização destes movimentos conforme ao estudo do inimigo :

- Não se considera o inimigo terrestre ;
- Considera-se o inimigo terrestre.

- 3 — A concepção dos diferentes tipos de formação nos movimentos para o contacto, de acordo com o tipo de contacto que o estudo do inimigo terrestre autorizou a concluir.

Assim :

- para o contacto remoto :
 - a coluna de estrada ;
- para o contacto provável : — a coluna tática ;
- para o contacto iminente : a marcha de aproximação.

- 4 — A facilidade de concepção do problema, da decisão do chefe, de assimilação das necessidades de segurança e planeamento dos EM e da tática de execução das marchas, uma vez que o simples enunciado do tipo de contacto conduzirá à mesma associação de idéias à respeito do tipo de formação e das medidas de segurança.

- 5 — A generalização do conceito de movimentos táticos, englobando todos aqueles que face ao inimigo terrestre impõem medidas administrativas e táticas semelhantes.

Assim vemos os movimentos táticos englobando :

- os movimentos para o contacto ;
- os movimentos para longe do inimigo ;
- os movimentos de recolocação tática das tropas, face ao inimigo.

- 6 — E finalmente, a caracterização destes tipos de contacto, dos tipos de formações, as necessidades de segurança e as medidas táticas.

cas e administrativas que cada um necessita.

B) A doutrina atual

- 1 — A atual doutrina compartimenta o estudo dos movimentos de Infantaria em 2 fases :
 - A marcha em segurança ;
 - Os preliminares do combate ofensivo e nestes :
 - a marcha para o combate ;
 - a aproximação.
- 2 — Nesta doutrina, as seguintes características táticas definem :
 - a marcha em segurança : quando não se prevê o emprego do grosso ;
 - os preliminares do combate ofensivo : quando se prevê tal emprego.
- 3 — Não há previsão do tipo de movimento, quando o fator inimigo terrestre não é considerado.
- 4 — Não generaliza, no quadro geral dos movimentos, aqueles realizados sob as mesmas características táticas e sim, somente para aqueles em busca do contacto.

C) Comparação

- 1 — Se compararmos as duas doutrinas, poderemos estabelecer as seguintes semelhanças entre elas :
 - a) apesar da doutrina atual separar em 2 faixas, os movimentos rumo ao inimigo e a doutrina atual dar numa só faixa, podemos associar estes movimentos assim :
 - marcha em segurança — coluna de estrada ;
 - marcha para o combate — coluna tática ;
 - aproximação — marcha de aproximação.
 - b) Com ligeiras nuances e atualizações, as técnicas e a denominação de movimentos para o contacto.

táticas recomendadas seja pela EEM, seja pela doutrina atual, são idênticas.

2 — As dissimilaridades são :

- a) Na doutrina atual não há separação nítida das 2 idéias a respeito da :
 - inexistência do inimigo terrestre ;
 - existência do inimigo terrestre.
- b) Assim, não há separação dos movimentos em :
 - administrativos ; e
 - táticos.
- c) A concepção geral dos contactos não é bem fixada em relação ao inimigo terrestre e ao invés de relacionar diretamente ao inimigo, compartimentos indiretamente, associando ao emprego dos grossos (que é uma consequência da futura ação inimiga).
- d) A separação conceitual de marcha em segurança e preliminares do combate cria denominações, de um lado psicologicamente inconveniente, porque em conceito marcha em segurança não pode ser assim considerado num TO ; de outro lado, denominando de preliminares verdadeiros movimentos no curso dos quais há verdadeiros ataques (como no combate de encontro e ações contra resistências descontinuas).

D) Concluindo

Para a perfeita atualização convém :

- 1 — Aplicar os arts. 337 e 342 do nosso C-100-5, e dêles retirar as idéias de contacto remoto : contacto provável, e contacto iminente.
- 2 — Em face do acima, abolir as denominações de marcha em segurança e preliminares do combate ofensivo e adotar a denominação de movimentos para o contacto.

3 — Associar os tipos de formações aos tipos de contacto, e assim adotar :

- para o contacto remoto
 - a coluna de estrada ;
- para o contacto provável
 - a coluna táctica ;
- para o contacto iminente

— a marcha de aproximação.

4 — Criar, em face da apreciação da existência ou não do inimigo terrestre, os conceitos de :

- movimentos administrativos ;
- movimentos tácticos.



EXPLANAÇÃO DE IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA

Cap. ESTEVAM MEIRELES, Instrutor-Chefe do
Dep. Ed. Física da A.M.A.N.

Educação física é a educação geral do indivíduo através da atividade sadia e interessante que o capacitará a usar inteligente e cooperativamente suas qualidades como um cidadão útil, mesmo sob o mais violento estado emotivo (*).

O treinamento físico deve desenvolver, pois, qualidades morais e intelectuais. De fato, consideramos melhor atleta aquele que, possuindo melhores habilidades físicas, emprega mais inteligentemente a sua energia e dá provas de um caráter mais forte. O homem deve possuir igualmente educados o físico, o caráter e a inteligência. Faltando qualquer destes valores, a eficiência pessoal decrescerá proporcionalmente.

No treinamento físico, nenhuma destas facetas deve ser descuidada.

A mulher, ressalvada a sua diferenciação fisiológica, se destina, na sociedade moderna, a desempenhar as mesmas atividades que o homem e no mesmo pé de igualdade.

Existe e sempre existirá, porém, por uma contingência natural e para gáudio nosso, a feminilidade na mulher, fruto de sua particular fisiologia e morfologia. Assim, a mulher e o homem buscarão, pelo treinamento físico metódico, desenvolver qualidades físicas, morais e intelectuais.

Um método de treinamento físico se compõe dos processos a se empregarem para consecução de determinados objetivos que redundarão em adestramento físico. No método em adoção no país visa-se

a educação física pelos exercícios analíticos (flexionamento e educativos), que desenvolvem no homem os meios físicos (fôrça, agilidade, resistência e coordenação); pelos exercícios sintéticos (marchar, trepar, escalar, equilibrar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender-se, nadar), que constituem as atividades naturais do homem; pelos desportos e competições desportivas, que o ensinam a lutar e a porfiar, empregando tôdas as suas qualidades.

O treinamento físico deve ser diário. A continuidade e a regularidade dos trabalhos são a melhor garantia de rendimento do plano de treinamento.

Deve começar-se moderadamente e graduar a intensidade progressivamente. A intensidade de um trabalho se avalia pela quantidade de trabalho realizada na unidade de tempo, de modo que, de dois trabalhos iguais, será mais intenso ou mais forte o que fôr realizado em menor tempo. Condição a intensidade do trabalho os tempos de repouso durante a realização. A supressão destes períodos de repouso entre um exercício e outro redundará em intensificar o trabalho.

O homem treinado resiste mais ao cansaço. Será máquina com melhor rendimento. A resistência ao cansaço só virá, se a intensificação dos trabalhos fôr feita gradualmente até poder ser traduzida por índices excelentes. O trabalho físico deve ser adaptado ao instruendo. Assim, uma turma, quan-

(*) Conceito expresso por uma comissão de técnicos norte-americanos, após 9 anos de pesquisas.

to mais treinada estiver, deverá, relativamente, perfazer maior soma de trabalhos, o que é o único meio de garantir-lhe o valor físico atingido.

Esta adaptação será feita tanto em dificuldade, quanto em intensidade. Ela representa um fator importante no programa de treinamento físico.

Devem prover-se trabalhos compatíveis com o grau de treinamento e a capacidade dos instruendos. Assim como não é indicado um trabalho forte ou difícil demais em relação à turma, não o será também um trabalho muito fraco, logo tornado desinteressante.

Esta é a principal explicação do fato de os exercícios combinados e, por isso mais complexos, das chamadas séries calistênicas, serem mais interessantes que os flexionamentos simples do método francês. É a dificuldade e energia maiores naqueles que nestes que os torna mais compatíveis e mais interessantes para os instruendos já dotados de certa dose de coordenação motora para acharem fáceis de mais os flexionamentos simples. A dificuldade é uma fonte notável de estímulo na pedagogia, quando ela é progressivamente graduada para os instruendos.

Este é um dos principais cuidados que deve ter o responsável pelo treinamento físico: verificar, por todos os meios, se o treinamento físico é compatível em dificuldade e intensidade com as turmas de instruendos, para se atingir o fim que se tem em mira da maneira mais interessante e eficiente.

O indivíduo, submetido a um programa de treinamento físico

pela primeira vez, passa por três estágios:

Estágio da adaptação — Caracteriza-se pela presença de dores musculares e maiores sensações de cansaço. Neste estágio, que em média dura oito a dez dias, os trabalhos físicos devem ser menos intensos, para permitir a adaptação do organismo ao novo regime. É bom lembrar que trabalho menos intenso quer dizer apenas a introdução de pequenos períodos de relaxamento (para descanso) entre a execução de um exercício e outro e nunca modificar a forma do exercício para um trabalho leve. É importante o instrutor levar em conta a existência deste estágio inicial, para não se desviar dos objetivos com as queixas de cansaço e dores musculares ou mesmo morais por parte dos instruendos, particularmente quando são estudantes.

Estágio de preparação — Passado o primeiro estágio, os instruendos já não sentirão demasiado o cansaço. Estão adaptados à atividade física e aptos a levar uma vida normal, como dantes. O plano de treinamento físico agora vai, metodicamente, levá-los a conseguir índices que traduzem vigor físico excelente.

Estágio de conservação — Attingidos os índices excelentes, o objetivo do programa é manter, por todos os meios, os instruendos nestes valores.

Estimula-os a se conservarem em forma física pela ginástica, pelos desportos e pelo regime saudável de vida.

GRANDE DEPÓSITO DE FERRO VELHO

COMPRA E VENDE EM LARGA ESCALA

Especialista em molas, peças usadas para qualquer tipo de automóvel
PREÇOS SEM COMPETIDORES

José Fonseca Filho

Paga-se sempre os melhores preços em todas as compras

Ferro, Bronze, Alumínio, Metal, Chumbo e Cobre

Compra-se também Carros usados de qualquer tipo e estado de conservação
RUA PADRE BELCHIOR, 222 — TEL. 2-6333 — END. TELEG. "ZEREXO"

BELO HORIZONTE

DISCUSSÃO SOBRE A DEFENSIVA

Comandante de Infantaria **LUIS SAEZ LA-RUMBE** (Publicado na Revista Espanhola Ejército, n. 124, de Maio/1950)

Trad. do 1º Ten. **DIÓGENES VIEIRA SILVA**

1 — SUA IMPORTANCIA

Defensiva: tema sempre interessante, mas com especialidade hoje, quando o enorme crescimento industrial reservou apenas a uns poucos Estados o privilégio de manter um armamento ofensivo suficiente e constantemente renovado, o que obriga às que outrora foram grandes nações — hoje pigmeus comparadas com os colossos — a pensar como se defenderão quando o conflito surgir e até que a ajuda da grande potência aliada chegue.

Todos os regulamentos e tratados de Arte militar, ao examinar as duas atitudes, ofensiva e defensiva, afirmam a superioridade da primeira e a preconizam como único meio de alcançar a vitória. Certamente, assim seria para a nação que pudesse desde o primeiro momento da guerra, iniciar um violento ataque e mantê-lo até a completa destruição do adversário ou a quebra de sua vontade de lutar. Mas, esta idéia está cada vez mais difícil de ser atingida.

Sem nos deixarmos levar do desânimo pela pouca importância que os textos bélicos concedem ao valor da defensiva, examinemos alguns fatos que talvez nos falem mais que as palavras.

O Exército alemão, na última guerra, obteve vitórias durante mais de dois anos de constante ofensiva. Por que perde a iniciativa ao fim deles? Porque as batalhas defensivas de seus adversários o desgastaram e porque o tempo ganhou com estas batalhas

permitiram ao inimigo acumular os necessários meios para, por sua vez, passar à ofensiva. Indiscutivelmente, a ofensiva decidiu a vitória dos aliados: na Líbia, na Tunísia, na Itália, na Rússia e na França. Entretanto, nenhuma dessas ofensivas teria chegado a se produzir, sem as duas grandes vitórias defensivas dos aliados: a batalha da Inglaterra e o desgaste constante do Exército alemão no solo russo, que culminou com o desastre de Stalingrado. No momento em que a Alemanha se dispunha a fazer a preparação de seu desembarque nas Ilhas Britânicas, a Inglaterra, *defendendo-se*, lhe infligiu a primeira derrota, obrigando-a a renunciar a seus projetos de invasão, obrigando-a a mudar a direção de sua linha de operações e com isso o curso da guerra, abatendo ainda o domínio da Luftwaffe no ar, castigo do qual não mais se refaria durante toda a guerra.

Durante todo o avanço alemão na Rússia, o Exército soviético, *defendendo-se*, desgastou constantemente as forças germânicas, atacou sem cessar as suas extensas linhas de comunicações, abatendo a retaguarda com guerrilhas e sua defensiva — que não exclui o ataque, como a ofensiva não exclui a defesa — o levou à vitória de Stalingrado, que lhe permitiu tomar a iniciativa e começar, por sua vez, uma farte contra-ofensiva.

Pode alguém duvidar de que essas duas vitórias aliadas, conseguidas defensivamente, quando a ofensiva era patrimônio exclusivo

do Eixo, foram tão decisivas quanto a ofensiva aliada na Líbia e até mesmo o desembarque na normandia? Se a cada uma das batalhas travadas no decorrer da guerra se assinalasse um valor representativo da parte proporcional que teve na vitória total, não se teria de computar àquelas um coeficiente tão elevado quanto a estas?

Examinaremos, agora, outro exemplo. Em vinte e cinco anos, 1914-1939, passou o Exército Francês de sua teoria da "ofensiva a todo o transe" à da "defensiva a todo o custo", esta última, se não expressada como a anterior, pelos menos confirmada pela sua atitude. As duas concepções, diametralmente opostas, o conduziram ao fracasso. Em um caso, desprezou a ofensiva; no outro, concedeu ao fogo — a partir de uma posição que acreditava invulnerável — um valor decisivo. Eis o perigo de basear uma doutrina nas consequências de uma guerra, de maneira rígida e exclusivista, sem antes haver analisado cuidadosamente todos os fatos e fatores que intervieram no resultado.

Resumindo: nem desprezo pela defensiva, nem confiança absoluta na fortificação, esquecendo que a reação ofensiva é a única que recolhe os frutos de uma inteligente defesa. Tão importante é uma quanto outra, e ambas, harmonicamente coordenadas e cooperando, cada qual, no triunfo da outra, devem ser as que proporcionam a vitória.

O único que não pode deixar de ser ofensivo é nosso espírito, o espírito do Exército, mas sem esquecer que as circunstâncias podem nos forçar a adotar uma atitude defensiva que, se for inteligentemente preparada e executada, tornará possível, mais tarde, obter a compensação no ataque.

II — SUAS FORMAS

Se terminada a primeira guerra mundial, com seus carros e aviões em estado embrionário, se atribuiu ao material uma importância decisiva, que diremos hoje, depois de termos contemplado o enorme

desenvolvimento da arma blindada e da aviação, e quando a bomba atômica deixou uma grande inter-rogação suspensa sobre o futuro?

A guerra atual é, antes de tudo, uma "guerra de indústrias"; mas isso não nos deve desanimar, a nós profissionais da farda, senão, pelo contrário, estimular a nossa atividade, pois precisamente esse aumento e complicação do armamento exige um aumento semelhante na moral do soldado e na capacidade do comando.

A segunda guerra mundial foi, ainda mais que a primeira, um triunfo da massa, da opressora superioridade em homens e material. Fala-se de estratégia de aniquilamento e estratégia de esgotamento. Se se tivesse de dar um nome ao modo pelo qual os aliados conseguiram a vitória, eu o chamaria de "estratégia de nivelamento".

Pode-se perguntar: e a defensiva, ante isso, tem algo a fazer? Antes de responder, porém, examinemos brevemente as modalidades da defensiva. Todas as atitudes da defesa, enumeradas pelos tratadistas militares, podem se resumir em duas fundamentais: defensiva estática e defensiva que poderíamos chamar dinâmica, em oposição à primeira. Uma não cede terreno; a outra o perde, esperando contra-atacar quando o ataque principal inimigo tiver se revelado e quando a reserva encarregada dele estiver disposta no tempo e espaço.

Ao preparar-se para a guerra nos últimos tempos, todos os países optaram por não perder espaço, levando a defesa à própria fronteira ameaçada e organizando as grandes linhas fortificadas frente ao provável inimigo.

Sempre foi o sonho dourado dos Estados modernos encontrar a panacéia defensiva que os permitisse sentir-se tranquilos e invulneráveis aos ataques de qualquer agressor. Sucessivas manifestações desse desiderato são as praças fortificadas do século XVIII, os campos entrincheirados do XIX e, recentemente, as famosas linhas Maginot e Siegfried. A guerra relâmpago,

empregada pelos alemães no princípio da última conflagração e as enormes concentrações de armamento e material depois, deram cabo das concepções defensivas antiquadas e saltaram sobre todas as linhas organizadas para a defesa. Como consequência, a defensiva foi desprezada e a fortificação chegou a ser considerada, por alguns, como uma coisa inútil. Fracassou a fortificação? Sob certo aspecto, sim. Mas fracassou só para aqueles que lhe pediam mais do que que podia dar. Se se quer a linha fortificada como uma pista no terreno da qual não possa passar o inimigo; se se deseja a posição defensiva como uma muralha na qual se desmorem todos os esforços do atacante, a fortificação fracassou. Mas, se a uma organização construída com critério tático, apenas se pede que desgaste o inimigo e que retarde o seu avanço, então não pode fracassar. Um ataque cuidadosamente planejado até em seus menores detalhes de execução e montado com luxo de materiais modernos quebrará sempre a posição defensiva. Deve-se conformar em enfraquecer as pontas de lança do ataque inimigo que atravessarem a nossa couraça defensiva. Que rompam, sim, mas rompam tarde e penetrem pouco; que, quando o inimigo ameace algo vital, possa estar já o contra-ataque preparado e o desgaste que se tenha produzido o coloque na pior situação para resisti-lo.

Hoje, menos que nunca, deve-se pensar em abandonar a fortificação — eterno recurso do débil contra o forte —; mas fortificação, como antes foi apontada, para ser empregada com critério tático, não como uma simples construção de obras ingentes, massivos enormes de cimento e ferro.

E chegados a este ponto, já podemos traçar a questão definitiva: Qual deve ser a nossa preparação defensiva para a guerra? Se procedermos logicamente, a melhor maneira de responder a essa pergunta será estudar primeiro a forma do ataque futuro.

III — O PROBLEMA DEFENSIVO ATUAL

Sem nos deixarmos levar pelas fantasias dos que prognosticam uma guerra de tipo científico, o que se convencionou chamar de guerra de computadores, na qual os sábios, em seus laboratórios, manejariam os comandos de terríveis engenhos bélicos e sem crer demasiado na rápida destruição do mundo por uma super-bomba — chama-se de atômica ou de hidrogênio —, é evidente que tampouco podemos pôr a planejar uma defensiva pensando que a futura guerra será como a passada.

Nossa missão não é apenas conhecer os armamentos e a tática ultimamente empregados e sim prever as variações que possam ocorrer, estando preparados para as novas formas de combate. Por esquecer isso, e se encastelarem nas velhas teorias de 1918, foram derrotados os franceses tão rapidamente em 1940. A Alemanha, a única nação que estudou as mutações que poderiam os novos meios de luta introduzir na tática, conseguiu triunfos inacreditáveis em prazos de tempo inverossimilmente curtos, ante a surpresa dos seus inimigos que, aferrados a suas idéias anacrônicas e rotineiras, não estavam em condições de se adaptarem aos novos procedimentos. Depois aprenderam suas lições. Que não possa nos suceder o mesmo é o que devemos pretender. E, sob esse aspecto, encontro algo de timidez para revolucionar as concepções e falta de imaginação ao pensar na guerra futura.

Hoje em dia o problema defensivo se complica. O ar é o caminho de invasão e nele não se podem organizar posições nem construir linhas fortificadas. A única defesa ativa é a própria aviação e, se o inimigo possui o domínio do ar, qualquer ponto da superfície terrestre pode se converter em dado momento em frente de combate. Dir-se-á que as unidades aerotransportadas são lançadas somente na proximidade das frentes, em conexão com um ataque terrestre e que não podem de-

pender do ar para seus abastecimentos. Assim foi até agora. E quem garantirá que o mesmo continue a ocorrer para o futuro? Não é necessária muita imaginação para supor que, na próxima guerra, serão transportados e abastecidos pelo ar verdadeiros exércitos. A ponte aérea de Berlim foi um ensinamento a respeito. Se assim é, cabe aqui a pergunta: Vale a pena enterrar nas fronteiras toneladas de cimento e aço — com o gasto e esforço que isso supõe — para que o inimigo não se preocupe ao menos em atacar essas fortificações? Não serão provavelmente as ratoeiras de uma grande parte do Exército?

Já nosso clássico disse que casa com duas portas é ruim de guardar; mas, neste caso, as portas são muito mais.

Antes se ficava de guarda frente à fronteira terrestre e a costa era mantida com a defesa artilheira e uma ligeira vigilância, pois o desembarque era uma operação muito difícil e arriscada. Hoje, o desembarque naval e o aéreo são operações frequentes, que obtêm êxito com o prévio domínio aéronaval, no primeiro caso, e do ar somente, no segundo. Como saber agora a direção do possível ataque? Em que lugar teremos de estabelecer as defesas?

É necessário que se abandone o antiquado conceito de fronteira militar. Fronteira militar, no sentido do trecho de terreno por onde pode vir um ataque inimigo, não é apenas o limite terrestre com outro Estado e toda a extensão das costas de um país, senão toda a superfície do território nacional. É que se olvida que uma agressão pelo ar pode chegar em menos tempo e com mais surpresa que pela fronteira terrestre ou marítima: Pode-se duvidar hoje de que as grandes potências disporão, no primeiro dia de guerra, de muitos milhares de aviões de grande capacidade? Tão pouco crédito concedemos à técnica que não admitimos a aterrissagem, em quase

toda espécie de terrenos, dos aparelhos de amanhã?

Então, se não podem as defesas ser orientadas em uma determinada direção, porque seriam envolvidas — sem dúvida alguma — por mar ou por ar; se a dilatada extensão das costas oferece amplo campo aos desembarques; se todo o Exército mobilizável não bastará para cobrir, com aceitável densidade, fronteiras e costas, e se, ainda que tal fosse possível, poderia essa defesa ser ultrapassada pelo ar, qual será a solução? Não possuo autoridade suficiente para admitir opinião em tão grave e árduo problema, mas timidamente ocorrem-me algumas idéias:

- Classificação do território nacional em zonas principais e zonas secundárias, para fins de defesa.
- Organização de todos os pontos-chaves e zonas vitais, em toda extensão e profundidade da nação e não só nas fronteiras ameaçadas, a fim de que, se estas são forçadas ou ultrapassadas pelo inimigo, este não encontre o caminho livre a todos os objetivos.
- Autonomia das Grandes Unidades de batalha e das Unidades territoriais, adstritas permanentemente às zonas fortificadas.
- Organização da defesa ativa, além da passiva, em todos os núcleos populosos de certa importância.
- Abandono da defensiva estática e planejamento de uma defensiva essencialmente dinâmica, baseada na criação de grandes ouros defensivos nas zonas classificadas como vitais e Grandes Unidades, o mais móveis possível, em situação de se poderem concentrar com rapidez para contra-atacar.

Risquemos das mentes aqueles esquemas defensivos ideais de linhas paralelas que se sucediam em profundidade e aquelas classifica-

ções em zona avançada, zona de ação, zona de retaguarda e zona do interior.

Esqueçamos o que tem sido até agora e pensemos com lógica no que será, no futuro.

Se, com as desalinhavadas idéias expostas neste artigo, conseguí excitar a imaginação e suscitar a polêmica, ainda que à custa da incursão em graves erros, dou-me por satisfeito.



O PAPEL DO ÁTOMO NA TÁTICA

HANSON W. BALDWIN, do "New York Times"

Trad. da "Revista Militar" (Argentina), pela Redação

Encontra-se em face de realização uma peça de artilharia que pode acionar um projétil atômico bem assim espoletas atômicas para projéteis teledirigidos. O General J. Lawton Collins, Chefe do Estado-Maior do Exército Americano, declarou recentemente:

"Estas armas potenciais e as chamadas bombas atômicas "baby", transportáveis em aviões médios e leves e que podem ser utilizadas taticamente, contra tropas em campanha, podem levar a modificar o nosso conceito sobre as armas atômicas, embora, por enquanto, se as considere úteis apenas contra alvos estratégicos, tais como cidades ou grandes concentrações industriais."

As espoletas atômicas para projéteis teledirigidos podem integrar alguns dos vários tipos de bombas atômicas atualmente existentes, modificado talvez em sua forma e tamanho, para adaptar-se a um fuzete ou a outro projétil. Há problemas mecânicos definidos, no conjugar a bomba com o projétil, mas não são de todo insuperáveis, com o tempo, hão de ter solução.

QUESTÃO DE PESO

A peça de artilharia que tenha de lançar um projétil atômico apresenta, entretanto, muitos problemas peculiares e distintos. Se bem que a bomba atômica tenha sido reduzida em peso e volume, não cabe dúvida que, mesmo a bomba atômica "baby" ("baby" em tamanho, mas não em potência), é um objeto ainda bastante pesado e volumoso.

Um projétil naval de 16 polegadas pesa de 900 a 1.300 kg e um tubo de 16" já é consideravelmente maior que qualquer peça de artilharia empregada na guerra terrestre. Mas, mesmo que a bomba atômica fosse modificada de modo que pudesse ser lançada de uma espécie de peça de artilharia, a instalação para suportar o golpe do disparo, assim como diferentes modificações de ordem mecânica, acarretariam um peso próprio considerável. O problema não é impossível, uma vez que a solução apareça desde logo, especialmente a partir do momento em que o transporte da bomba possa ser feito por meio de projéteis teledirigidos (em vez de balas ou aviões), o que será provavelmente muito mais simples e menos dispendioso.

A referência feita pelo General Collins a uma peça de artilharia que poderia disparar uma arma atômica, provavelmente se refere à denominada "RW" (guerra radiológica), para a diferença da bomba atômica.

A "RW" AO ALCANCE DE TODOS

Louis Johnson, em parte importante de seu recente informe dedicado à guerra radiológica, assim afirmou:

"Deve recordar-se que toda pilha atômica de tamanho adequado (por exemplo, as Hanford, Oak Ridge), sem entrar em considerações sobre a sua finalidade de emprego, é uma fonte potencial de quantidades significativas de agentes "RW" e as armas "RW" podem

cair em mãos de qualquer outro país, disponha ou não de bombas atômicas.

Quantidades militarmente importantes de agentes "RW" estão ao alcance fácil, como produtos secundários e, inclusive, como produtos residuais das pilhas atômicas Hanford e outras.

Teoricamente, esses pós e gases, fluidos e partículas radioativos e com diferentes durações de vida química, poderão ser acondicionados em cilindros cobertos de chumbo ou protegidos de algum outro modo e, a seguir, poderiam ser lançados e dispersados para contaminar a região que se desejar. Portanto, os agentes "RW" podem ser utilizados na guerra terrestre, à semelhança do gás, dos campos de minas ou das fortificações, para tornar difícil a utilização de determinada área pelo inimigo.

DIFICULDADES A VENCER

Há, todavia, muitas dificuldades a vencer, antes que o "projétil RW" possa ser devolvido satisfatoriamente e, inclusive, parece haver limitações importantes no emprego das armas "RW". O "enfraquecimento" químico dos agentes radioativos provoca um problema importante no tocante ao armamento. É obviamente um trabalho difícil a construção de um recipiente com proteção suficiente para proteger os utilizadores da arma contra a radiação e suficientemente forte para suportar o choque do disparo de um canhão e que seja, entretanto, de tamanho e peso adequados para o seu emprego pela artilharia de campanha.

Mas, ainda quando se tenha conseguido desenvolver esta "arma atômica", suas limitações táticas serão severas. Necessitar-se-iam de grandes quantidades de projéteis "RW" para tornar perigosamente rádioativa qualquer área extensa. Contudo, "os efeitos da radiação", como afirmou o Secretário da Defesa em seu relatório, "não aparecem imediatamente com a intensidade que seria conveniente alcançar sobre uma área

considerável." Em outras palavras, as tropas poderiam mover-se através da área contaminada e inclusive permanecer nela durante algum tempo e serem capazes mesmo de lutarem duramente, dois ou três dias e ainda mesmo uma semana depois da exposição, dependendo tudo isso da intensidade da radiação.

"Os cálculos indicam que seria extremamente difícil tornar intransponível uma área de extensão considerável, mediante o emprego de materiais radioativos. A evacuação em ordem, das áreas contaminadas, sempre seria possível", afirma o relatório Johnson.

Os agentes "RW" são apenas um meio de contaminar um terreno radioativamente. A explosão de uma bomba atômica, abaixo ou próximo da superfície, produziria considerável radiação residual, grande parte dela de intensidade perigosa.

Por sua vez, uma bomba preparada para explodir a 500 ou 600 m de altura produziria um choque amplo, calor, radiação, fulgor e danos consideráveis sobre uma área extensa, mas, 90 segundos depois seria completamente seguro percorrer o terreno. A radiação residual não provocará consequências posteriores. O mesmo aconteceria ainda quando se fizessem explodir muitas bombas atômicas.

EMPREGO DAS BOMBAS "BABY"

Estas considerações levam a sugerir que as novas bombas atômicas "baby" poderiam ser utilizadas taticamente na ofensiva ou na defensiva, com grande sucesso, contra concentrações de tropas inimigas, postos de abastecimento e de comunicações, produzindo o maior dano possível. E inclusive, o ataque atômico poderia preceder um ataque com tropas.

Por outro lado, nem os projéteis "RW", nem a bomba atômica, explodindo na ou próximo à superfície, parecem oferecer uma defesa impenetrável. As dificuldades imensas que existem para contaminar com radioatividade grandes

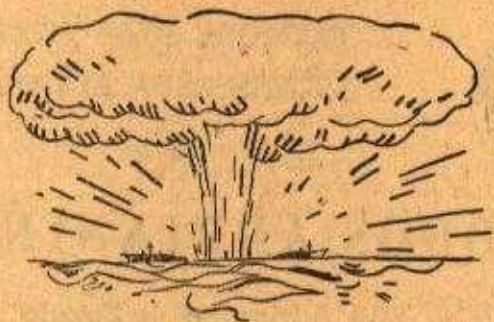
superfícies de terreno são de grande transcendência.

Em todo caso, nosso único inimigo potencial, a União Soviética, conta com um processo bárbaro para solucionar tais problemas defensivos. Durante a guerra os russos marchavam sobre campos minados sem cuidar de primeiro limpá-los de minas. Sabiam suportar suas perdas e continuar atacando. Tudo leva a crer que resolverão o problema "RW" do mesmo modo.

Em resumo, os progressos conseguidos e os aperfeiçoamentos futuros das novas armas atômicas indicam que, ao menos no presente, nossa defesa da Europa Ocidental tem sido reforçada. As duas novas armas compensam, de certo modo,

a superioridade numérica russa no ar e em terra.

Mas, dispomos de poucas bombas, realmente poucas. Todavia, continua sendo necessário usá-las com cuidado, tanto do ponto de vista tático, como do estratégico. Além disso, seria impossível tirar proveito delas, empregando-as taticamente, antes de se conquistar e manter a superioridade aérea sobre a Europa Ocidental, o que é uma façanha provavelmente acima das nossas possibilidades presentes e seria certamente muito pouco acertado contar demasiado com estas novas armas, pois é indubitável que, se formos capazes de realizá-las, os russos também o serão.





LIBERDADE E DISCIPLINA

Cel. ALUIZIO DE MIRANDA MENDES

I — INTRODUÇÃO

Apresentamos aos jovens Oficiais do Exército uma síntese dos conhecimentos essenciais acerca desses dois grandes conceitos tão necessários à compreensão da vida moderna e de seus problemas fundamentais.

Tal é a magnitude do assunto, que não lhe quisemos dar cunho pessoal. Não se trata, portanto, de trabalho original nem de idéias próprias. É antes um condensado de idéias dos mais eminentes mestres da filosofia contemporânea e o *substratum* de noções básicas sobre princípios morais relativos ao comportamento dos indivíduos perante a sociedade em que vivem e de seus deveres para com ela.

Nosso objetivo é tão só de mostrar a perfeita identidade existente entre essas duas noções, que se confundem ou se completam, provando que, de sua nítida compreensão, redundam fecundos benefícios para o cidadão e para a coletividade. Ambas constituem os alicerces sobre que repousam as instituições dos povos indepen-

des e donde dimanam a ordem e o progresso indispensável ao engrandecimento da pátria.

A maioria dos males que nos afligem provém de sua incompreensão ou falta de justa percepção. A confusão — voluntária ou involuntária — que fazemos de liberdade com licença, de liberdade com desenfreado desregramento e da disciplina com a escravidão, faz que percamos a exata noção dos deveres morais que temos para conosco e para com o Estado ou a sociedade.

II — GENERALIDADES

(O Estado e o Ideal Comum)

O Estado não é só o povo, o território e o governo; é um conjunto de pessoas livres, livremente unidas entre si para o bem comum, a fim de gozarem em paz o que lhes é próprio e de fazerem justiça a todas indistintamente. É uma unidade coletiva — uma grande associação — de fato uma realidade, forma completa de síntese que, como tudo que dela pro-

vém, constitui a base de nossas instituições. É um formidável organismo coletivo — material, espiritual e moral — um organismo vivo de ordem superior.

A Pátria é apenas o nome sentimental do Estado.

Assim concebido, o Estado é o representante, a própria encarnação do ideal coletivo do povo que congrega, donde emana a autoridade que o constitui. Esse ideal, note-se desde já, é o princípio espiritual necessário à vida da sociedade, que sómente pode viver e durar se souber congregar e coordenar todos os esforços individuais para os fins supremos a que ela se destina.

É uma grande ilusão pensar que um povo pode viver sem autoridade do Estado e sem ideais; porque viver, em sua essência última, é pôr-nos em perfeita harmonia com o mundo exterior e físico que nos rodeia, com a sociedade de que somos parte e com a humanidade de que somos membros. O homem é apenas parte de um todo. Assim o povo, como os indivíduos, não podem subsistir sem um fim por atingir, que lhe é ordenado, um alvo nobre e elevado de seus afetos e de suas ambições. Por isso, os atos humanos se distinguem uns dos outros de acôrdo com os fins que têm por objeto realizar. Tais fins só podem ser altruistas ou egoístas, pessoais ou impessoais, morais ou imorais conforme visem este alvo ou dêle se afastem.

O objetivo da conduta moral dos indivíduos só deve ser, portanto, a sociedade (ou, mais nobremente, a pátria) na sua mais ampla e geral aceção: Um ser genuinamente particular, de natureza especial e diferente da de suas partes, dotada, além disto, de personalidade própria e distinta da dos indivíduos que a constitui. O apêgo ou amor a êsse grande organismo coletivo é que caracteriza a devoção dos homens. Diz-se, por esta razão, que o ato moral é o que tem por objetivo fins inteiramente impessoais. E como fóra dos indivíduos existe apenas os

grupos formados por sua reunião, isto é, os grupos sociais (família, exército, igreja, sindicato, etc.), cujo conjunto forma a sociedade, agir moralmente é agir tendo por objeto o interesse coletivo, isto é, o interesse geral dêstes grupos ou o do grande agrupamento que constituem. Este interesse passa então a ser o ideal comum, espécie de denominador comum, que mostra o real valor de cada um.

(Os valores Humanos)

Mas, os homens não são, infelizmente, todos iguais. E muito menos valem o mesmo peso e as mesmas medidas. Aferem-se tais valores pela combinação de fatores diversos. Há profundas diferenças físicas, intelectuais, morais e de bens de fortuna que os separam e distinguem. Nem poderia ser de outra maneira. Intervêm então a noção de valores humanos indispensável à divisão do trabalho e à sua eficiência. Cada indivíduo é uma fração da sociedade. Estes valores são os numeradores destas frações cujo denominador é o ideal comum. O que cumpre é conhecer o verdadeiro valor dêstes numeradores para os aplicar corretamente na sociedade, de acôrdo com sua importância.

Segundo a abalizada opinião de vários filósofos, a valia dos homens pode ser aferida segundo as seguintes condições:

- 1ª. O que a gente é: quer dizer a personalidade em seu sentido mais genuíno, compreendendo, portanto, a saúde, a força, a beleza, o temperamento, o caráter moral, a inteligência e seu desenvolvimento;
- 2ª. O que a gente tem: verbi gratia, a propriedade, aí compreendida todos os bens de fortuna;
- 3ª. O que a gente representa: isto é, a opinião de todos à cerca de cada um. É o que cada um representa na opinião geral e consiste na honra, posição e glória.

O que a gente é — a valia de cada um, consoante este primeiro conjunto de condições — é o que a própria natureza estabeleceu para distinguir os homens entre si. Já os velhos gregos diziam, em sua grande sabedoria: "Como é maior para a felicidade a causa que nasce de nós mesmos do que a que nasce de todas as outras coisas!" Porque, sem dúvida nenhuma, para o bem-estar do indivíduo e até para a sua própria maneira de ser, o essencial é o que se encontra nele mesmo, o que se produz dentro de seu laboratório íntimo.

No cenário da vida — neste imenso palco onde todos representamos alguma coisa — uns se fazem de soldados e alguns de generais, uns de príncipes e outros de conselheiros, uns de mendigos e alguns de milionários, etc. Estas diferenças só existem no exterior; no interior, como núcleo, há sempre o mesmo personagem disfarçado em todos os demais: Um pobre ente frágil e delicado com suas misérias e preocupações. Mas, dentro de todos bruxuleia a chama do mesmo espírito imortal. A diferença de uns e de outros pela saúde, força, beleza, caráter e inteligência mostrar-nos-á quão grotescas são todas as exterioridades.

É claro que um mendigo sadio vale mais do que um milionário enfermo. De tal maneira a saúde excede os bens exteriores, que ninguém quer perdê-la. É o bem supremo da existência. Porém, a realeza do gênio imortaliza o homem.

Quando, há mais de três séculos, por ocasião do coroamento do rei da Inglaterra, desfilava o suntuoso cortejo pelas ruas de Londres, no meio das caleches reais, dos nobres e cortesãos, de mistura com fardões e condecorações fulgurantes — no fim — entre os serviais da corte orgulhosa, marchava a pé um homem envergando pobre sobrecasaca, comprada por seis chilins; um homem tão simples que a multidão nem sequer reparara. Entretanto ninguém mais se lembra agora do nome do rei nem se recorda dos soberbos braços que por ali bri-

lharam desfilando. De há muito que o cortejo se inverteira por força das sentenças inapeláveis da história e o nome do pobre e humilde servial, que vestira, sem flôres, modesta redingote, há muito que é um farol iluminando o mundo: William Shakespeare!

Um caráter sem laca, despojado dos venenos da intriga e da bajulação, uma inteligência brilhante e fecunda, uma saúde perfeita num corpo forte e bonito são os dons mais preciosos de nossa pobre existência e valem mais do que tudo. Aí está o exemplo de Shakespeare. O que o homem é em si próprio, aquilo que o segue por toda parte, mesmo na solidão e incluso na morte; o que ninguém lhe pode dar nem tirar e, indiscutivelmente, muito mais valioso do que tudo mais que se possa possuir. Mas, quantos gastam miseravelmente o tempo, as forças, a seiva intelectual e o próprio ideal! Ou não trabalham apesar do tempo de que dispõem, ou trabalham mal, caprichosamente, sem saber quem são, onde querem ir ou como devam marchar. Que diferença, em igualdade de condições e de recursos, entre o que sabe e prevê e o que vai às porções, atoa ou às tontas!

Em geral não temos necessidade de faculdades extraordinárias para realizar uma obra qualquer, basta certa média superior; o resto é fornecido pela energia e por sábias aplicações. Porém, se não temos necessidade de gênio para produzir, menos ainda para alcançarmos a nossa plena liberdade. Por isso é que devemos aprender o preço do tempo, quando não contamos com todos os lazeres, que é geralmente o nosso caso. O que é sumamente precioso é o querer, um querer profundo: querer ser alguém, atingir alguma coisa; ser já, pelo desejo, este alguém qualificado pelo seu próprio ideal.

O que a gente tem não deixa de ter também a sua importância. Mas, esta só é real e positiva quando a fortuna se integra ou se solidariza no patrimônio geral da coletividade para servi-la e, não, para fraudá-la e corrompê-la. Neste particular, ca-

be notar, desde logo, que as necessidades humanas podem ser judiciosamente divididas em três grandes categorias, segundo a opinião dos epicuristas :

- 1°. as necessidades naturais e indispensáveis, isto é, as que não sendo satisfeitas provocam dor e são, em princípio, o alimento, a moradia e o vestuário ;
- 2°. as necessidades naturais, porém não indispensáveis, quer dizer, a satisfação dos desejos sexuais... pelo matrimônio ;
- 3°. as necessidades que não são naturais nem indispensáveis, tais como o luxo, a abundância, o fausto e o esplendor ; seu número é infinito e sua satisfação muito difícil.

Pintando os caracteres, disse La Bruyère com admirável concisão :

"S'il est vrai que l'on soit riche de tout ce dont on n'a pas besoin, un homme fort riche c'est un homme qui est sage. S'il est vrai que l'on soit pauvre par toutes ces choses que l'on desire, l'ambitieux et l'avare languissent dans une extrême pauvreté."

Muitos séculos antes, dizia Sócrates, vendo alguns objetos de luxo expostos à venda : "Quantas coisas há que não necessito !"

Eis aí o verdadeiro conceito da riqueza e da pobreza, porque é indiscutivelmente muito difícil, se não impossível, determinar o limite de nossos desejos razoáveis no que tange à fortuna. De fato, a riqueza, conforme diz o provérbio, é como a água salgada ; quanto mais se bebe mais sede dá ; o mesmo ocorre com a glória. Esta avidez é que é reprovável e acintosa. Moralmente os homens somente devem buscar a satisfação das duas primeiras categorias de necessidades retro apontadas. Fora disto, "a riqueza da alma é que é a única riqueza ; os demais bens são todos fecundos em dores."

O acúmulo de riqueza nas mãos de poucos, a busca do supérfluo, geralmente prejudica o interesse coletivo, máxime, nas democracias

cujo fim primordial é de proporcionar o maior bem para o maior número.

Invés da virtude, o princípio que está dominado nas democracias atuais é o do número — da quantidade brutal e indiscriminada, sem seleção — e o do dinheiro, erigido como um deus. Destarte, está ela concorrendo, quicá, involuntariamente, para a desmoralização dos eternos valores humanos, com o implantar a realidade de Pluto ou a da Bestialidade. Com efeito, a fortuna, ou por outras palavras, o supérfluo com o ócio sem dignidade, é que acabou com os maiores impérios da terra. Nunca se proclamou com tanto caradurismo a subordinação da qualidade à quantidade, da idéia ao dinheiro, da atividade à preguiça, a sujeição ignominiosa do homem à coisa, do que agora. E isto é bem uma etapa decisiva para o comunismo. Porque este é apenas uma tentativa de unificação material da sociedade, pelo número indiscriminado, a revolta das massas contra o império do dinheiro, ganho pelos meios tortuosos da fraude e da corrupção.

Desde que o mundo é mundo, "temos visto os homens como as nações caírem do cimo de uma alta fortuna — de um grande poder — pelos mesmos defeitos que os levaram a obtê-la. E a vida tem isto de contraditório : se fôr muito miserável, é penoso suportá-la ; se muito feliz, é horrível perdê-la". Indo-se no âmago deste pensamento, veremos que uma coisa equivale à outra. A virtude está sempre no meio termo.

O que a gente representa, isto é, a nossa existência na opinião dos outros, é de importância relativa, por isto que a inveja e o ódio surgem, em grande parte, desta representação.

A natureza humana traz consigo três grandes defeitos : A ambição, a vaidade e o orgulho. Há um justo limite para as nossas ambições razoáveis ; ultrapassá-lo é cair em vícios degradantes. O orgulho, segundo o definem os entendidos é a convicção íntima firmemente adquirida, de nosso imenso

valor próprio, mesmo que este seja apenas uma presunção. A vaidade é o desejo de fazer nascer esta convicção nos demais. O orgulho é a elevada estima de si mesmo provindo de seu interior e a vaidade é a tendência de adquiri-la do exterior. Em geral, os orgulhosos e vaidosos são como os zeros escritos à esquerda dos números, ou nada valem ou só servem para dividir, como nas frações decimais.

O que a gente representa somente tem valor quando está representação se funda no mérito e na honradez. Fazer bem feito o que nos é devido, eis no que consiste a honra. E quando um homem de mérito e honrado ocupa uma posição adrede escolhida, dele se poderá dizer que "sume superbiám quaesitám meritis", ou em outras palavras, ostenta a soberba permitida pelo mérito, segundo a famosa sentença de Horácio. Para estes homens, um método sempre esclarece, uma doutrina dirige, a fé anima e o amor exalta: Seu trabalho é sempre fértil e a virtude e o trabalho aparecem como sendo o que, na realidade, sempre foram, fontes de felicidade e os instigadores de todos os mais nobres e mais enérgicos sentimentos: sentimento de sua própria força, orgulho de se sentir um operário solidamente temperado e admiravelmente preparado para realizar grandes serviços aos seus semelhantes e ao seu país.

(A Liberdade, a Disciplina e os Valores Humanos)

Em geral, fazem-se nos homens combinações infinitas de saúde, de força, de beleza, de poder, de inteligência, de bondade, de maldade, do gênio, das riquezas, das dignidades, da nobreza, dos caracteres, da capacidade, da virtude, dos vícios, da fraqueza, da estupidez, da pobreza, da impotência, dos temperamentos e das baixezas. Tudo isto, combinado de mil modos diferentes, misturados e compensados uns pelos outros, formam os diversos tipos e todas as condições humanas, que dão a

justa medida de todos os seus valores.

Os homens conhecem perfeitamente bem o forte e o fraco de seus semelhantes. Sabem muito bem quais os que lhes são iguais, quais os que lhes são superiores e quais os que lhes são inferiores. Daí nascer entre eles a amizade ou o ódio, o formalismo ou o respeito, a soberba ou o desprezo, a admiração ou a inveja e a suspeita ou a confiança.

Mas, como aferir todos estes valores? É possível dar a todos as mesmas oportunidades? Eis o problema e é nisto que se cifra toda dificuldade; é nele também que se assenta todo regime democrático digno deste nome. A seleção dos valores é o verdadeiro fundamento dos povos livres que desejam, em paz, viver e prosperar.

Nem todo mundo, porém, admite que o desenvolvimento das atividades do Estado moderno seja compatível com o respeito devido aos valores humanos. Surge desta oposição (ou confusão) toda sorte de desentendimento, que tanto abalo vem causando à nossa pobre e turbada humanidade.

De fato, para os anarquistas, toda e qualquer autoridade é uma "exploração do homem pelo homem". Para eles, o Estado é apenas a força e "a negação permanente da liberdade". Não pode haver pleno desenvolvimento dos valores humanos senão dentro de um mundo livre de toda e qualquer sujeição, de toda e qualquer disciplina. Por isso, para eles, o Estado é o mais completo agente de desmoralização que há, uma vez que corrompe os governantes pelo exercício do poder e venaliza os governados, precisamente porque é a força inibidora das liberdades essenciais dos cidadãos. Imagine-mos, por um instante, um mundo assim concebido e composto desta caleidoscópica variedade de valores, um mundo inteiramente livre, sem disciplina nem subordinação, sem hierarquias; semelhante mundo seria o Céu ou o Inferno, mais provavelmente o Báratro, o caos indefinível e atroz.

Já os individualistas liberais limitam a ação do Estado e consideram que todo acréscimo de suas atribuições constitui constante ameaça à liberdade. Para estes, como para os anarquistas, a essência do Estado é a força. Seu papel deve, pois, limitar-se ao exercício das atribuições que exigem o seu emprego; exatamente as que não podem ser exercidas pelos indivíduos isoladamente considerados, tais como a defesa nacional e a manutenção da ordem pela administração da justiça no interior. Desde que saia deste quadro funcional, em lugar de proteger a liberdade, o Estado passa a cerceá-la ou destruí-la. É o endeusamento do indivíduo contra o poder onímodo do Estado. Mas, o individualismo levado às suas últimas conseqüências conduz ao anarquismo com acabar por negar a mesma individualidade, que presume defender e a liberdade, que tem em vista conservar.

Os socialistas, por seu turno, querem que o Estado exerça, com maior ou menor rigor, atribuições puramente econômicas em suprimindo a propriedade individual e a dos instrumentos de produção pela propriedade coletiva dos mesmos, a fim de impedir a exploração da classe proletária pela classe capitalista. O socialismo aspira o estabelecimento de uma sociedade sem classes cujo Estado, invés de proteger os interesses individuais, ampare tão só os da coletividade. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

Parece haver, em tudo isso, duas falsas concepções: uma, da natureza do Estado ou da sociedade e, outra, da própria liberdade.

Se considerarmos a sociedade como realidade moral, fonte aonde vem alimentar-se a vida moral do indivíduo; se considerarmos que o Estado é a própria encarnação do interesse geral, não pode haver nenhuma oposição entre a ação do Estado (ou de seus agentes) e a liberdade. Porém, é necessário que os agentes do poder público sejam os primeiros a respeitar as leis e exercer a justiça com toda isonomia e equanimidade. Num

país onde haja dois pesos e duas medidas, para se aferir o mesmo direito, não pode haver liberdade, ação disciplinada e sociedade organizada.

Confundimos, por outro lado, e voluntariamente, a liberdade com a licenciosidade; a independência absoluta, a faculdade de se fazer tudo o que se quer. Desde então toda regra, toda norma ou qualquer lei, surge como se fôra limitação da liberdade, por imaginarmos que esta é um fato natural e partirmos de certo otimismo: crença entre os anarquistas de que a natureza dos indivíduos é funcionalmente boa; crença entre os liberais de que há perfeita harmonia entre os interesses particulares, que é também hipótese de todo em todo injustificável. A liberdade — a liberdade justa, a que a sociedade tem o dever de fazer respeitar — é precisamente o produto de uma regulamentação. "Je ne puis être libre — disse Durkheim — que dans la mesure où autrui est empêché de mettre à profit la supériorité physique, économique ou autre dont il dispose pour asservir ma liberté, et seule, la règle sociale peut mettre obstacle à ses abus de pouvoir."

A liberdade é "uma conquista da sociedade sobre a natureza"; o que a constitui, é a "subordinação das forças exteriores às forças sociais" e só se realiza depois "que os homens se elevam acima das coisas para fazer a lei". A disciplina é tão somente o respeito às normas ou regras estabelecidas. Por causa disto, todas as vezes que um agente do poder público ou qualquer cidadão infringe a lei ou uma norma qualquer, está abusando da liberdade de alguém e ameaçando a de todos.

Quanto mais se complicarem as relações sociais, mais minuciosa deve ser esta regulamentação para salvaguardar a liberdade e, por conseguinte, tanto mais vastas serão também as atribuições do Estado. Ser livre é, pois, obedecer às leis das coisas para incliná-las habilmente no rumo de nossa vontade.

Destarte, e em sã consciência, não pode haver confusão, oposição ou contradição entre os conceitos de liberdade, de disciplina e dos valores humanos pela forma por que devem ser encarados.

III — A LIBERDADE

A liberdade, segundo Montaigne, é o direito de fazer tudo o que as leis permitem. Logo, supõe ela, como primeira condição, a existência de normas jurídicas que garantam os direitos individuais. As leis são instituídas para benefício da comunidade. Sobre este benefício não pode prevalecer nenhum benefício particular. A dispensa, em benefício de um particular, de norma ditada para o benefício da comunidade, é ilícita. Por isso, estas normas somente devem ter por objeto o bem comum e só podem proibir os atos prejudiciais à sociedade. Seus caracteres essenciais são:

- 1ª normas que digam respeito apenas às relações mútuas e externas dos homens entre si;
- 2ª normas que procedam de uma autoridade exterior e legitimamente reconhecida por todos;
- 3ª normas cujo caráter obrigatório está garantido pelos poderes exteriores do Estado.

Observe-se, de um lado, que, etimologicamente, a palavra lei vem do latim *deligere* — eleger — porquanto a lei indica o caminho que temos de seguir em nossa vida e, por outro, deve a lei regular não somente as relações externas dos cidadãos, nunca podendo intrinsecar-se dentro do seu foro interior e proceder de autoridades que receberam, para isto, incumbência nacional.

Ademais, "a positividade do Direito descansa na covação de sua obrigatoriedade; sobre este elemento se edifica toda a ordem jurídica. Mas, é preciso também que esta obrigatoriedade tenha para ajudá-la, a atuação psicoló-

gica coletiva. É necessário defender a liberdade onde quer que ela esteja ameaçada. Considera-se como existindo esta garantia, quando a força motivadora de suas prescrições se sente ajudada pelos poderes psicológicos sociais, que justificam a afirmação das normas jurídicas, como fundamento das ações, inclusive contra todo motivo individual que as contradiga".

Nossa Carta Magna diz textualmente: "Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

Por isso, esta obrigatoriedade atinge a todos e, principalmente, aos detentores do poder público. Porque estes, se não derem o exemplo de obediência à lei, de acatamento às suas prescrições; se não sofrerem as suas sanções como todo e qualquer cidadão, não haverá efeito psicológico capaz de garantir a sua imperiosa efetivação. O que não é lícito, é proibir a uns o que se permite a outros, estabelecendo restrições desnecessárias sob pretextos fúteis. Neste particular, todo bom como todo mau exemplo vem de cima. Tal como "o amor, a liberdade requer que diariamente a reconquistemos. Continuamente a estamos perdendo e, como no amor, depois de cada vitória temos a ilusão de poder gozá-la em sossêgo, sem necessidade de novas lutas. A batalha pela liberdade, porém, é interminável. Jamais está tranqüilo o seu campo de luta."

A liberdade exige constante e contínua vigilância. E é isto o que nos falta. Não são muitos os que, invariavelmente, se colocam ao lado da lei, máxime, quando ela exige ou solicita esta solidariedade. O mal vem de longe, assim já dizia Confúcio no seu tempo: "Para cada homem que se coloca ao lado da honestidade, há cem que colocam a honestidade de lado". Não é, pois, digno o indivíduo se furtar ao testemunho verídico e honesto ou deixar de apoiar a autoridade no cumprimento do dever. É antes pusilanimidade revol-

tante só visível, nos tempos atuais, entre os povos inferiores.

A liberdade é um legado. Recebêmo-lo dos nossos antepassados e, indiviso, temos que transmiti-lo aos nossos descendentes. Não nos esqueçamos que viemos de um mistério — mistério anterior ao berço — e caminhamos para novo mistério — mistério posterior à sepultura. O presente, disse Eduardo Salazar, nossa vida — pausa leve entre o ontem e o amanhã, entre o passado e o futuro, entre o berço e o sepulcro — é simples continuação entre os que nos precederam no mundo e os que ao mundo virão. Nesta passagem pelo clarão que nos ilumina as consciências, nosso dever é de sermos homens livres dentro da lei, da ordem e da justiça.

Amemos, sobretudo, a Liberdade como um todo e nas suas múltiplas manifestações: liberdade de pensamento — homens sem torturas nem inquietações; liberdade de associação e de reunião — homens unidos para o bem e para o progresso; liberdade de palavra na tribuna, na imprensa, no púlpito, no rádio, no lar, nas ruas e nas praças — cada qual desfrutando o dom divino de dizer o que lhe apraz e de incitar que se faça o que se deve dentro dos justos limites da ordem e da lei; liberdade de consciência e de culto para que cada um adore o seu deus como queira e entenda; liberdade civil e política; liberdade de locomoção e todas as suas mil manifestações, porque a Liberdade é um todo uno e indivisível. Não se pode retirar nenhuma de suas manifestações sem suprimi-la ou aniquilá-la.

A Constituição Federal brasileira garante-nos esta grande Liberdade, fazendo apenas as seguintes restrições: No tocante à inviolabilidade de consciência e de crença, interdiz os cultos religiosos que contrariem a ordem pública e os bons costumes. Declara franca a liberdade de reunião, contanto que seja sem armas, podendo, entretanto, a polícia designar-lhe o local. No concernente à liberdade de pensamento, prevê censura para

espetáculos e diversões públicas, proíbe o anonimato e a propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça e de classe e declara que cada um, no uso de sua liberdade de pensamento, responde, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. As leis que preceituam estes abusos são unicamente o Código Penal e a chamada Lei de Imprensa. A ordem de uma autoridade administrativa não é lei; os regulamentos, quando vassados nas disposições constitucionais, têm força de lei, mas, não são lei, por isso que não podem revogá-las. Lei é a forma legal votada pelo Congresso e sancionada pela autoridade competente. Fora destes casos, é completa a independência dos cidadãos civis e militares.

Longe, pois, de se excluírem, liberdade e disciplina, como termos opostos, a primeira somente é possível por intermédio da segunda. Invéz da norma ser apenas e meramente aceita com resignada docilidade, merece amada e respeitada, afirmada a cada instante e, em sua defesa, os cidadãos devem acudir com presteza e solicitude.

Além das restrições apontadas pela Constituição, há outras, impostas pela consciência pública ou pelas obrigações morais. A obediência à lei é questão de vontade e, sobretudo, de domínio de si próprio, que é a primeira condição de todo verdadeiro poder, de toda liberdade digna deste nome.

Sermos livres é dirigir, por meio de uma escolha refletida, todos os nossos pensamentos, sentimentos e ações. E isto só é possível se meditarmos que, embora não possamos dirigi-los em seus mínimos pormenores, poderemos sempre dar-lhes a direção de conjunto. Só seremos, pois, livres quando, após termos escolhido o nosso rumo justo e legal de conformidade com nossas tendências mais profundas e nosso gosto, mantemos a direção escolhida apesar de todas as tentações e apesar das mil distrações e de todas as paixões que seduzem nossas inclinações e

nossa vontade. Não poderemos guardar determinada direção se não formos capazes de manter uma idéia fixa e dominante constantemente presente em nosso espírito. Esta idéia é a do cumprimento do dever e a de nossos solenes compromissos para com nossos semelhantes e para com a Pátria de que somos filhos.

IV — A DISCIPLINA

(A Conduta e a Regularidade)

Preliminarmente não nos esqueçamos de que a característica fundamental de todas as ações comumente denominadas de morais é o preestabelecimento de regras, normas ou leis que as determinam. Conduzir-se moralmente é agir de acordo com as normas que determinam a conduta a manter em cada caso — a direção escolhida — antes mesmo que se tenha sido obrigado a tomar determinado partido.

O domínio da moral é o domínio do dever. E o dever é uma ação prescrita, ordenada ou fixada. A obediência à lei é o dever fundamental do cidadão. Este dever, entretanto, não deve ser concebido sob forma puramente passiva. Toda violação da lei é um atentado à regra do justo e do injusto na sociedade.

A moral nada mais é do que um sistema de regras de ação que predeterminam a conduta. Dizem como e quando se deve agir em cada caso. Eis porque todo ato arbitrário, toda violação do direito, toda a ilegalidade, que sejamos ou não pessoalmente a vítima, deve encontrar-nos prontos e decididos a corrigir a injustiça cometida.

Estas normas, precisas e definidas com clareza, fixam o comportamento dos homens nas diversas situações que se apresentam. Uma determinam quais devam ser as relações dos esposos entre si; outras, a maneira pela qual os pais devem conduzir-se perante os filhos; outras, fixam as relações das coisas com as pessoas e, outras, enfim, as relações

de subordinação ou dependência dos homens entre si. Estas regras estão, em geral, enunciadas nos códigos, leis e regulamentos e sancionadas de maneira precisa, embora haja algumas que são apenas inscritas na consciência pública e universal, mas que, nem por isso, deixam de ser acatadas e respeitadas.

Em vista disto, existe sempre certa constância nas ações morais dos homens, quaisquer que sejam as disposições pessoais do agente que as desempenha. A moralidade supõe, pois, certa aptidão em repetir os mesmos atos nas mesmas circunstâncias e, por consequência, implica certo poder de contrair hábitos, certa necessidade de regularidade.

(A Autoridade)

Mas, a regularidade não é tudo, por isso que uma norma não é uma simples maneira habitual de agir; nada de rotina; é talvez um certo modo de atuação, fazendo que não nos sintamos livres de modificá-lo à nossa vontade. Enquanto os hábitos são forças inferiores que atuam dentro de nós, forças exteriores compõem-nos à adoção das normas estabelecidas em virtude de certa representação mental de dois ou mais indivíduos, unidos por um laço social de subordinação. Há, pois, dentro da idéia de regra ou norma, a idéia de autoridade, isto é, o ascendente que exerce sobre nós todo poder moral, livre e espontaneamente reconhecido como superior a nós mesmos. Em face desse ascendente agimos no sentido que nos é prescrito, não porque o ato assim reclamado nos atraia sempre nem porque estamos inclinados a cumpri-lo, mas, simplesmente porque existe, na autoridade que não-lo dita, não sabemos quê, não-lo impõe. E nisto precisamente que consiste a obediência consentida.

Esta autoridade não é imposta por ninguém, nem por simples decretos; ela é que se impõe pela integridade moral, pela força da experiência, saber, honradez,

dignidade, espírito de justiça, nobreza, funções sociais, inteligência, força de vontade com todas as suas principais manifestações, perfeita regularidade de atitudes, de atos e de gênio. O que dá autoridade não é a idade, nem o tamanho, nem a força física, nem as ameaças, nem os berros e nem mesmo os castigos; é, sobretudo, a uniformidade de humores, serena firmeza, modo de agir pleno de sentido e de razão que nos acautela do capricho e da violência desnecessária; percepção de sua própria superioridade intelectual, moral e plena posse de uma vontade dominadora. Esta percepção e o reconhecimento desta superioridade, mantida pela reputação e aumentada pela imaginação, acarreta o *prestígio*. Num grande homem tudo deve estar no mesmo nível e nas mesmas medidas. No verdadeiro homem de autoridade, descobrimos sempre, ao lado das rudes qualidades da vontade, a bondade que trata e cura as feridas causadas pelo duro exercício do comando.

No tocante às sanções, o chefe só aja com sabedoria quando puna com certeza e proporcione estritamente o castigo à falta. A alma de um verdadeiro chefe é um miraculoso equilíbrio entre a bondade e a dureza. Se se inclina muito para o extremo rigor somente obtém obediência de qualidade inferior e não suscita o entusiasmo nem a devoção; se cede à bondade ou ao enternecimento — à moleza, em suma — não terá forças para estimular as energias nem poderá opor-se aos instintos, que impelem os subordinados à inércia ou à anarquia.

Há outra espécie de chefe para a qual chamamos a atenção dos incautos. Referimo-nos aos que querem adquirir autoridade moral esforçando-se por enfraquecer a de seus concorrentes por meio da zombaria, chufa, mofa ou gracejos de mau gosto erigidos de críticas finas e por cujo intermédio pensam reforçar a sua própria autoridade e conquistar a confiança de seus chefes e subordinados. Tais motejos só são

admissíveis entre iguais e com discrição. Fora daí sente o mau odor da covardia e do cinismo.

O exercício regular e rigoroso da autoridade é que a reforça. A autoridade põe ordem em tudo e ordena a estima, o respeito, a obediência, tornando assim possível a verdadeira educação. Por esta razão, a moral não é apenas um sistema de hábitos, é também um sistema de comandos, de ordens, e de honestas imposições.

A autoridade é, pois, uma verdadeira pressão, exercida sobre a inteligência e o livre arbítrio dos subordinados. Esta pressão é, sobretudo, moral porque não usa da violência física senão posteriormente e a título de sanções justas e merecidas.

O agente do poder público, a qualquer título que o encaremos, é o elemento garantidor da disciplina social e o esteio sobre o qual se apoiam as liberdades individuais, o Direito e a Justiça.

(O Espírito de Disciplina)

Desta ligeira exposição surge uma noção indispensável: O espírito de disciplina.

A disciplina, já o dissemos, é a obediência às leis, normas ou regras gerais, dentro da regularidade dos atos exigidos e do acatamento respeitoso às autoridades ordenadoras destes atos. Tem ela por objeto regularizar a conduta de forma que os mesmos atos se repitam nas mesmas condições determinadas.

O espírito de disciplina é a primeira disposição fundamental de todo temperamento moral. Assim, um caráter inconstante, irregular, móbil, maneirado, indolente ou maldizente, que nunca chega nas horas devidas e raramente é encontrado no seu posto, cujo trabalho é mal feito e que, para tudo, encontra prontas e fáceis desculpas, só pode ser um temperamento imoral, por isso que lhe falta o elemento primordial do homem digno e honrado: a Vontade. Com efeito, o que há de mais absoluto num dado temperamento, é a faculdade de se de-

minar, essa aptidão de se deter, espécie de inibição, que nos permite conter nossas paixões, nossos desejos desenfreados, nossos hábitos mal educados e de lhes ditar a lei conveniente. Porque um ser humano é um valor especial capaz de pôr em tudo o que faz o sinal distintivo que lhe é peculiar, pelo qual se reconhece e se distingue de todos os outros. A posse de si mesmo é o domínio soberano da vontade sobre todas as faculdades sem exceção e sobre o próprio organismo. Ela se reveste do que se costuma chamar de calma exterior perfeita; não, a que provém da fraqueza, mas, do sangue-frio e do império de si mesmo; calma que se transforma facilmente em energia tão logo seja necessário. É o mais precioso auxiliar da disciplina. Só seremos chefes verdadeiros se soubermos triunfar de obstáculos excepcionais e só os venceremos se dermos constantemente provas duma vontade tensa no seu mais alto grau.

No mundo em que vivemos não existe nada de infinito e por causa disto o homem é um ser limitado. Como tal tem limites e só pode ser parte de um todo: Fisicamente, é parte do universo; moralmente, é o numerador de uma fração, isto é, parte da sociedade. Destarte, não poderá ultrapassar os limites que o todo impõe as partes. Se este limite necessário vier a faltar, se as forças morais que nos rodeiam não estiverem em condições de moderar ou conter nossos desejos e paixões — não sendo mais a atividade humana contida por coisa nenhuma — sofrerão a liberdade, o direito e a justiça das outras partes e bem poderemos imaginar o caos que nos adviria desta liberdade absoluta e desta indisciplina generalizada. Por este motivo o homem não pode contrariar as leis físicas e sociais. Daí a interdependência entre liberdade e disciplina e a utilidade desta, cujo fundamento essencial é a obediência.

Obedecer, e em primeiro lugar, às leis do espírito, às exigências da ação disciplinada para realizar

o ideal coletivo é o único uso lícito da liberdade, que não destrói a liberdade.

Toda disciplina tem um duplo objetivo: realizar certa regularidade na conduta dos indivíduos e designar-lhes fins precisos que limitem seu horizonte. Este limite é indispensável para que, dominando-se, possa resolver os problemas da vida com inteligência e sagacidade. Assim, invés de se lançar do décimo andar de um edifício, transformará essa queda fatal em cinquenta quedas sucessivas e seguras, que o levarão ao chão. E da mesma forma por que soube resolver este intrincado problema, imposto por suas limitações, assim também poderá resolver os de maior transcendência. Graças ao seu espírito de disciplina e à sua unidade de doutrina, que o ensinou a aproveitar o saber das gerações passadas, aprendeu a cruzar os mares, a subir muito acima das nuvens e a atravessar os continentes e os oceanos com rapidez incrível, a se pôr instantaneamente em comunicação com o mundo inteiro. Com gesto quase que maquinal, ao olhar para pequenino instrumento preso no seu pulso, põe-se em sincronismo com todos os mundos ignorados do universo infinito. E assim se elevou de simples verme preso à crosta terrestre à estatura de um deus.

Graças a quê? — À sua meditação e à sua perseverança disciplinada e livre. O gênio, disse alguém, é uma longa paciência. O pouco basta a cada dia, se a cada dia se ajunta este pouco. O importante não é só a regularidade, mas também a continuidade.

Existe ainda um falso espírito de disciplina. Não vamos descrevê-lo; seria ocioso, mas, basta que digamos ser ele apenas a aparência do mérito e a falsa grandeza. Seus possuidores são caracteres mesquinhos, tortuosos e flexíveis, que querem vencer, custe o que custar, graças à imbecilidade dos outros.

(A Disciplina e as Forças Armadas)

A disciplina é uma e única. É praticada tanto pelos civis como pelos militares membros da coletividade. Entretanto, um forte espírito disciplinar é que faz a força primordial dos exércitos. Por isso é indispensável que todo superior obtenha inteira obediência de seus subordinados e uma submissão completa, a cada instante, às ordens recebidas, que devem ser executadas literalmente sem hesitação nem murmúrio. A autoridade que as dá fica por elas responsável. Não é permitido aos subordinados ponderar se não depois de obedecer.

Podemos, contudo, encarar, nas Forças Armadas, quatro formas distintas de disciplina: A disciplina rígida e a liberal; a disciplina coercitiva e a preventiva. Nos exércitos elas não se excluem inteiramente. Parece, ao contrário, que se completam.

A primeira, parte do postulado que afirma ser a natureza humana essencialmente má e inclinada ao mal. Não discutiremos essa tese, cujo esboço deixaremos traçado no estudo dos valores humanos. O fato é que esta doutrina vem de longe. Os egípcios, os gregos, os romanos e os espartanos, assim como os cartagineses, a consideravam o fundamento da subordinação. Haja visto o exemplo de Aníbal, ao recrutar seu exército para atacar a República Romana; exército composto das raças mais diversas e grandemente indisciplinado. Mandando esmagar a patas de elefante os infratores e após ter repetido este gesto cruel umas poucas de vezes diante do exército formado, atravessou o Mediterrâneo, invadiu a Espanha, as Gálias e foi às portas de Roma, sempre vitorioso, sem que se verificasse mais uma só indisciplina, imortalizando-se em Canes. Esse método encerra, contudo, uma doutrina sombria e incompatível com a vida moderna. É o regime do terror, da obediência cega.

A segunda encerra outro excesso. Nela se exagera o respeito

devido à liberdade e se considera a autoridade como uma tirania. Seus adeptos criticam a disciplina rígida de atrofiar a liberdade dos homens e fazê-los seres inertes, rotineiros, encarneirados e sem iniciativa. O fato é que a natureza do homem não é essencialmente boa, como presumem, e por isso a aplicação deste método, por toda parte onde foi preconizado, redundou no mais completo malogro. Desculpar, perdoar, confiar e fazer da vida o reino da impunidade é incentivar o mal, o crime e todos os defeitos morais repulsivos. É o regime da covardia em busca de barata popularidade.

A disciplina coercitiva ou repressiva parece apoiar-se nos princípios da disciplina rígida com a diferença de que, naquela, as sanções estão previamente estabelecidas. Seu mal consiste na aplicação, porque muitos se firmam exclusivamente na letra desses códigos e não em seu espírito. Para discuti-la, imortalizou-se Shakespeare no seu Mercador de Veneza. A autoridade que está impregnada desta idéia afeta sempre ar solene e compassado; aparece de longe em longe; jamais tem uma palavra de benevolência ou de acoçoamento e é sempre carrancudo e brutal. Desde que surge, as conversações cessam e os grupos se dispersam. Parece de atalaia para punir como o caçador para matar. São as sanções aplicadas automaticamente sem se levar em conta as disposições dos subordinados nem a sua real culpabilidade. Levada ao extremo, obtém apenas disciplina de fachada, que oculta vícios monstruosos.

Finalmente, a última, a disciplina preventiva, baseia-se na razão, na justiça e na amizade. Seu método estriba-se em se fazer conhecer ao subordinado as prescrições e o regulamento de modo que não ignore a conduta a manter. Nunca se deve perder de vista o subordinado, dando-se-lhe ordens precisas e claras. A justiça equânime e ecumena é a pedra de toque desse regime. Re-

compensas e castigos, distribuídos com toda equidade e isonomia, acabam por estabelecer entre a autoridade e os subordinados as relações de confiança indispensáveis ao exercício das funções. Há, pouco a pouco, a penetração das almas. O coração dos subordinados se abre e sua personalidade se afirma. Há o contágio da ordem. E assim se transforma a autoridade num ascendente, que inspira confiança e se faz obedecer. Cessa o regime de anarquia. A repressão moderada é, contudo, necessária. Aplicada com discernimento, produz todos os seus efeitos. Se os subordinados forem continuamente vigiados, constantemente seguidos, corrigidos *sem emoção* (sem berros, sem cólera e sem grosseria), nada justifica que incidam em faltas e, principalmente, que reincidam nelas. Para isto, o chefe deve comandar ousadamente, falar pouco mas com decisão, ser verdadeiramente o guia e o mentor intelectual de seu grupo, dar sempre exemplos de pontualidade, assiduidade e correção em tudo, máxime, de composição e de apuro nos uniformes. Sobretudo, deve dar a impressão de que não tolerará nenhuma desordem e que a negligência e a dissipação não escaparão à sua clarividente vigilância. Este é, de fato, um regime democrático e digno de ser aplicado. "Não há — disse Gérard — educação sem respeito, respeito sem autoridade e autoridade sem preceito". Porém, de todos os preceitos, um se sobressai: O de inspirar confiança. O chefe deve possuir todas as qualidades que possam inspirá-la. O subordinado se fia muito mais facilmente num ser nobre, generoso, justo, bom, vigoroso de espírito e de vontade do que um indivíduo irascível, indeciso, versátil, zombeteiro e partidário do nepotismo. As ordens, mesmo penosas, do chefe que sabe

inspirar confiança, são sempre aceitas porque sabe ele subtrair o subordinado à incerteza do ato de decisão e às dificuldades da execução.

V — CONCLUSÃO

Em remate. O domínio da liberdade e do da disciplina se confundem. Como disse Chatelier, a disciplina é o respeito voluntário à lei, seja a lei social estabelecida, escrita nas formas legais pelos homens que receberam para isso incumbência nacional, seja a lei científica que achamos inscrita, desde a origem dos tempos, no livro da natureza. O selvagem e o ignorante se revoltam contra a lei; o homem civilizado e instruído a aceita com reconhecimento. A liberdade não consiste em se violar a lei; muito ao contrário: deve ser a revolta contra toda violação da lei, contra a injustiça, contra o arbitrio e contra a mentira.

Liberdade, disciplina e constância seja, pois, o nosso lema. Liberdade dentro da lei, disciplina com obediência e constância na obediência.

Bibliografia:

- Durkheim — Division du Travail Social.
- Durkheim — L'Education Morale.
- Bilot — Etudes de Morale.
- Machiavel — O Príncipe.
- Jacob — Devoirs.
- Montesquieu — Esprit des Lois.
- J. Mineck — A Teoria Geral do Estado.
- Toulemonde — Psicologia da Autoridade.
- Salazar — Agresion.
- Crossman — Biografia do Estado Moderno.
- Cuvilier — Philosophie.
- Payot — L'Education de la volonté.
- Ribot — Maladies de la volonté.

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA.

X

AS INCONGRUÊNCIAS DE UMA DOCTRINA

Por mais autorizadas que sejam as vozes que levantam para estigmatizar o seu sistema político, os comunistas costumam condená-las de plano e têm para classificá-las uma expressão que vale por verdadeiro anátema: — reacionárias... Não admira, portanto, venham a incidir nessa condenação mesmo os nomes mais eminentes da política ou da literatura universal, desde que se tenham manifestado contrários às proclamadas "vantagens" do regime, como é o caso, entre outros, de Norman Thomas e André Gide. As mistificações e falsidades do comunismo, entretanto, ressaltam e se evidenciam até das próprias palavras de seus mais fervorosos adeptos, cujos depoimentos não podem, assim, ser arguidos de suspeição e têm de ser aceitos como autorizados, na mais ampla expressão do termo.

Procuramos colher, por isso, alguns desses "depoimentos autorizados", a fim de, através deles e de forma incontestável, provar, mais uma vez, as mistificações e falsidades do comunismo soviético.

Por ocasião do XVIII Congresso do Partido Comunista, realizado em 1939, o "camarada" A. Zhdanov apresentou u'a memória sobre as modificações dos estatutos do mesmo partido. O autor era, então dos mais importantes próceres bolchevistas, chegando mesmo a ser apontado, em certa ocasião, como o sucessor mais provável de Stalin na direção do comunismo em todo o mundo. Era apresentado, em jornais e revistas do partido, como

"eminente discípulo e companheiro de direção do grande Stalin". Quanto à sua memória sobre as modificações, representa obra do mais absoluto cunho oficial soviético, de maneira que dificilmente se poderia encontrar trabalho e autor mais insuspeitos, do ponto de vista do comunismo soviético. Pois muito bem; analisando-se esse importante documento, dele se colhem observações e informações que permitem, mais uma vez, avaliar perfeitamente quão refalsada é a doutrina comunista, cujos embustes ressaltam e se evidenciam até mesmo das palavras de seus maiores corifeus e ainda que apresentadas numa propaganda organizada e bem orientada.

DISTINÇÃO DE CLASSES PARA ADMISSÃO NO PARTIDO

Uma das características fundamentais do sistema soviético, como é geralmente sabido e proclamado pelos seus doutrinadores, consiste na abolição de todas as classes sociais. Esse é um ponto capital na propaganda comunista, sendo a U.R.S.S. apresentada como o país em que, pelo governo ali implantado, foi estabelecida, realmente, aquela "organização fraternal" que "acaba com a divisão da sociedade em classes". O que, entretanto, os propagandistas comunistas não dizem nunca é que, nessa mesma "organização fraternal", onde todas as formas de vida e de atividade são ditadas e controladas por uma única e suprema entidade — o Partido

Comunista — o ingresso nesse Partido é feito conforme a *posição social* do candidato.

De acordo com as normas estabelecidas no XI Congresso do Partido, em 1922, os novos membros admitidos eram classificados em quatro categorias distintas, *segundo a posição social da pessoa que ingressa no partido*. Em 1939, porém, sob o pretexto de que a "vitória do socialismo" tornará desnecessárias tais limitações, Zhdanov foi encarregado de apresentar a proposta de modificação dos estatutos partidários, por ocasião do XVIII Congresso, a que já nos referimos.

As normas até então adotadas foram consideradas como incentivadoras de tendências atrasadas, anti-marxistas e anti-leninistas em seus fundamentos, com referência à nova intelectualidade soviética, aos "homens da vanguarda da classe operária e aos camponeses que, em virtude de sua cultura e de seus méritos, foram elevados aos postos mais altos."

Sob esses argumentos, então, foram propostas as modificações nos estatutos, abolindo as categorias iniciais dos novos membros, *segundo a posição social da pessoa*, mas estabelecendo o grau de aspirantes, que representava apenas mais uma das tantas mistificações do regime.

De acordo com essas modificações, passou a ser exigida, a todas as pessoas que pretendiam ingressar no partido, a permanência de um ano, no grau de aspirantes. Como justificativa da medida, admitia-se que o período de doze meses era suficiente para que o aspirante pudesse conhecer bem os estatutos, o programa e a tática do partido e, também, para que a organização partidária pudesse comprovar as qualidades pessoais do candidato.

"ASPIRANTES ETERNOS" CONVERTIDOS EM "FUNDO INAMOVÍVEL"

Aparece aqui, entretanto, mais uma das inúmeras e graves contradições do credo comunista. Primeiro, havia a distinção em classes sociais para os filiados ao partido,

num regime que se propõe suprimir as diferentes classes e estabelecer um nível único em toda a sociedade. Depois, suprimindo essas categorias, o partido prescreve, ainda, um prazo de permanência como aspirantes, criando uma nova classe dentro da sociedade que deveria ser sem classes... Mas, isso ainda não é tudo.

O prazo de permanência, no grau de aspirante, *teoricamente* é de um ano apenas, porém a verdade é que, *na prática*, na realidade, alguns candidatos permanecem como aspirantes durante seis, sete, oito e mais anos, passando a ser chamados de "aspirantes eternos". E o fato é admitido e reconhecido oficialmente, porquanto o próprio Zhdanov a ele se refere na memória sobre as propostas modificações dos estatutos aludindo expressamente a esses "aspirantes eternos", cujos quadros — são suas palavras textuais — "em vez de ser uma reserva viva, de que o partido tire diariamente novos efetivos, se convertem em uma série de organizações, em uma espécie de fundo inamovível."

A "ASSIMILAÇÃO" DO PROGRAMA DO PARTIDO

Um dos motivos do estabelecimento do grau de aspirante para os candidatos à admissão no Partido Comunista foi, como vimos, permitir aos novos membros conhecer bem os estatutos, o programa e a tática do mesmo Partido. Entretanto, a fraude política ressalta das próprias teses de modificação dos estatutos apresentadas por Zhdanov, no XVIII Congresso, pois incluíam uma proposta no sentido de suprimir do texto da lei orgânica partidária o ponto que exige dos aspirantes, como condição para serem admitidos, "não só aceitar o programa e os estatutos do partido e passar um determinado período em tal situação, como também *assimilar* o programa."

A razão dessa modificação substancial é dada, no mesmo documento, por Stalin e nos seguintes termos:

"Para assimilar o programa do partido, é preciso ser um verda-

deiro marxista, um marxista provado e bem preparado teoricamente. Eu não sei se haverá muitos membros de nosso partido que já tenham assimilado nosso programa, que sejam verdadeiros marxistas, preparados teoricamente e bem provados. Se seguíssemos pelo mesmo caminho, ver-nos-íamos obrigados a deixar no partido somente intelectuais, homens sábios, enfim. Mas, para que serviria um partido assim? Temos uma fórmula leninista sobre a condição de membro do partido, fórmula provada, submetida a todas as experiências. Segundo esta fórmula, considera-se membro do partido a todo aquele que aceita o programa do partido, paga uma quota e atua em uma de suas organizações. Fixai bem: — na fórmula de Lenine, não se fala de *assimilação* do programa, se não de sua *aceitação*. São duas coisas completamente distintas. E a razão a tem Lenine e não nossos camaradas do partido, que falam por falar sobre a *assimilação* do programa".

Depois da palavra do "oráculo máximo", parece que nada mais precisaria ser dito, porém Zhdanov ainda acrescenta mais o seguinte ao pensamento stalinista:

"Assimilar o programa significa saber fundamentá-lo. Aceitar o programa significa estar de acordo com seus princípios, estar conforme com ele e disposto a defendê-lo. Naturalmente, exigir de um aspirante a *assimilação* do programa, quer dizer sua fundamentação, é assustar o povo e afastá-lo do partido."

A despeito de toda a argumentação empregada na justificativa da modificação introduzida, afinal, nos estatutos do partido, o embuste oficial transparece evidente das palavras de seus maiores corifeus. Pois se verifica claramente que o estágio proposto para os aspirantes não tinha, absolutamente, aquela finalidade que lhe queriam emprestar, uma vez que o ingresso no partido dependia apenas da *aceitação* do programa, do pagamento de

uma quota e do trabalho em uma de suas organizações.

Aprofundar o conhecimento do programa, procurar ou permitir que o aspirante estude a sua fundamentação, investigue as suas bases morais, sociais e políticas será transformá-lo em "homem sábio", sem interesse para a organização e fora da fórmula de Lenine, que Stalin já aperfeiçoou e completou a seu modo e para seu uso...

AS DEPURAÇÕES EM MASSA

Outro capítulo tenebroso da história do comunismo e que, constituindo mais uma de suas consumadas mistificações, contribuiu para estabelecer e consolidar a monstruosa instituição do trabalho forçado nas terras sob o domínio soviético, é, sem dúvida, o referente às depurações em massa.

É sabido que os líderes e responsáveis pelo comunismo não escolhem meios nem modos para remover os obstáculos que se antepõem a seus planos sinistros, chegando mesmo ao ponto inacreditável de introduzir, em seus sistemas básicos, alterações outrora inadmissíveis e absolutamente inaceitáveis. O processo das depurações, por exemplo, foi introduzido na Rússia pelos comunistas, com o fim de mais facilmente alijarem os seus inimigos, mas produziu tais resultados, na prática, que a sua supressão foi proposta no Congresso de 1939. E foi Zhdanov quem fez essa proposta, considerando que o método não tinha mais cabimento, em face das circunstâncias, porquanto "os elementos capitalistas foram suprimidos" e já se realizara "um considerável trabalho de limpeza". Vale a pena, porém, conhecer o conceito comunista a respeito da matéria e, para isso, nada melhor do que as declarações do próprio Stalin. Eis aqui, então, algumas considerações do orientador supremo do comunismo mundial, em torno das depurações em massa:

"... alguns de nossos dirigentes de partido padecem de uma falta de atenção para com as pessoas,

com os membros do partido, com os militantes. Ainda mais, não estudam os membros do partido, não sabem como vivem e como se vão desenvolvendo. Em geral, não conhecem os quadros. Por isso, não podem tratar, de um modo individual, aos membros do partido, a seus quadros. E, precisamente por isso, não procedem de um modo individual, ao apreciar os membros do partido, a seus militantes; procedem geralmente sem tom nem som: ou os elogiam em bloco, sem medida, ou os fustigam também em bloco e sem medida e expulsam do partido a mil e dezenas de mil. Os dirigentes dêsse tipo procuram sempre pensar por dezenas de milhar, sem se preocuparem com as "unidades", com cada um dos membros do partido, nem com sua sorte. Consideram a coisa mais simples do mundo expulsar do partido a mil e dezenas de mil pessoas e se consolam pensando que temos nêle dois milhões de membros e que os dez mil expulsos não podem mudar na situação do mesmo. Mas, só podem tratar assim aos membros do partido pessoas que, em realidade, são profundamente anti-comunistas".

Naturalmente, diante de tal julgamento, não é difícil imaginar que tenha sido aceita, em teoria, a supressão das depurações em massa, cujos casos são referidos e mencionados no trabalho de Zhdanov por forma a causar estaremmentes... Assim é que um secretário do comitê do distrito de Irkutsk procedia por uma espécie de "cadeia": quando expulsava alguém do partido, salientava a necessidade de exigir responsabilidade a todos os comunistas que tinham tido qualquer relação com êle; um outro, em Rovdinsk, dava simplesmente a todos os comunistas o encargo de encontrar um amigo do povo e advertia, de antemão, "que não havia nisso nenhum excesso"; e, finalmente, êste outro, de Irkutsk, que dividia os membros do partido em três grupos, sob esta razão curiosa e original: "Primeiro

— dizia êle — se um homem se mostra demasiado ativo, é preciso observá-lo: seguramente existe uma estrada que o liga ao inimigo. Segundo — se tem "lastro", uma preguiça muito forte, naturalmente que irá ficando para trás, porque a preguiça o molesta e "hay que tenerlo en cuenta", vigiá-lo e provavelmente existe também um caminho que o levará ao inimigo. E terceiro — quando nos encontramos com uma pessoa que trabalha não porque o exija sua consciência, mas por medo, não há receio de errar: — é um inimigo."

As depurações em massa assomiram, porém, proporções fantásticas e verdadeiramente indescritíveis na luta do partido comunista contra os camponeses russos. O impressionante relato que se contém no depoimento de Vitor Kravchenko mostra, em toda a sua cruel realidade, o que foi a reação formidável dos velhos "kulaks" contra os esbulhos e expropriações que sofreram por parte dos comunistas, para a implantação do regime de coletivização agrária. Mas, Kravchenko é "suspeito" sempre, de modo que vamos lançar mão de outro testemunho para confirmar a falsidade comunista neste ponto. Em seu livro "A verdadeira Rússia Soviética", tradução de Sílvia Mendes Cajado, oferece David J. Dallin um quadro fiel da situação dos camponeses russos quando diz o seguinte:

"Para nenhuma outra classe, na Rússia, as consequências da ascensão revolucionária foram tão trágicas e cheias de desilusão como para os camponeses, tanto no que diz respeito ao seu conforto material, como às suas aspirações políticas."

O autor citado apresenta, em longas apreciações, as razões determinantes dessa situação acompanhando todo o desenvolvimento agrícola operado na Rússia, conforme a orientação política sucessivamente dominante, até que Stalin decidiu seguir o programa já preconizado pelos "esquerdistas", segundo o qual a industrialização

geral do país exigia a reconstrução da economia camponesa e a criação de granjas coletivas. E isso por que — diz Dallin — “era o único programa em harmonia com o comunismo ortodoxo, com o seu anti-capitalismo militante, o seu medo tradicional ao pequeno camponês, com sua preferência enraizada pela grande economia agrícola e, finalmente, com sua atitude de indiferença pelo destino dos indivíduos, especialmente de milhões de “proprietários particulares.” E acrescenta, mais adiante, o mesmo autor:

“O estabelecimento do sistema de “kolkhozes”, durante três ou quatro anos e a transformação dos camponeses russos em membros das granjas coletivas constituíram a revolução mais radical conhecida na história. Seus efeitos foram mais profundos e aflitivos que a expropriação das classes proprietárias, em 1918-20. Houve, entretanto, exemplos de resistência, numa extensão e em formas de que nem a Rússia nem o mundo exterior tiveram idéia adequada. A imprensa soviética, é claro, não as relatou e as cidades ouviram apenas boatos fragmentários sobre bandidos e a sua supressão, sobre exílios em massa. Na realidade, deram-se muitos e grandes levantes, de regiões inteiras, e revoltas, impiedosamente sufocadas pelas tropas da GPU. Lançaram-se tanques sobre

os camponeses, aldeias inteiras foram queimadas até os alicerces e bombardeadas pelos aviões do governo.”

Tudo isso se verificou porque “as instruções de Moscou” exigiam “o extermínio completo” da classe dos “kulaks”, que, com suas famílias, somavam em 1928, de acordo com as estatísticas oficiais e segundo o referido escritor, 5.859.000 seres humanos...

E essas “instruções de Moscou” foram ditadas pelo mesmo chefe que considerava anti-comunista os dirigentes que “procuram sempre pensar por dezenas de milhar, sem se preocupar com as unidades”, revelando, porém, ele mesmo, num requinte de mistificação tão peculiar a seu regime de governo, a maior e mais cruel indiferença pelo destino dos indivíduos, consoante a insuspeita observação do autor de “A verdadeira Rússia Soviética”.

Dentro dessas mesmas “instruções” é que os comunistas implantaram o seu sistema, na Rússia, há mais de trinta anos, e procuram espalhar-se pelo mundo, provocando em toda a parte uma verdadeira desordem social e política, numa subversão completa e absoluta de todos os valores, como veremos em continuação.

A seguir: — O comunismo e a desordem social.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora “Madsen” 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço “Cruz de Malta”

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

GENERAL ADRIANO SALDANHA MAZZA

A Redação desta Revista não pode deixar de se associar ao luto que cobriu o Exército com o falecimento, a 20 de dezembro do ano p. findo, do Exmo. Sr. General de Divisão Adriano Saldanha Mazza.

Nasceu o General Adriano Mazza no distrito de Jangada, município de União da Vitória, Estado do Paraná, em 6 de outubro de 1893.

Era filho do Capitão de Artilharia Antônio Catão Mazza, um dos heróis que faleceram em ação, com Gomes Carneiro, no cerco da Lapa e de D. Henriqueta Saldanha Mazza.

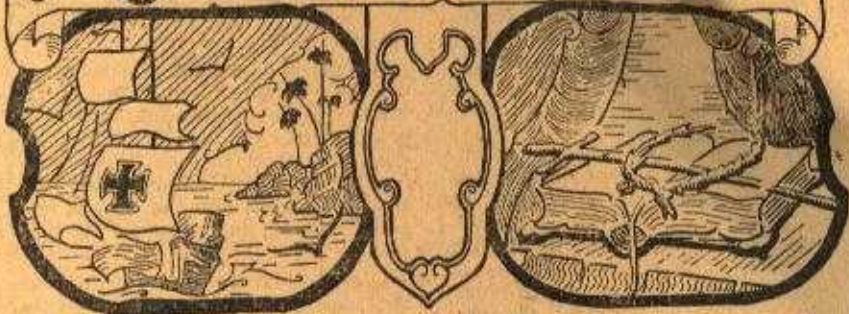
Fêz os seus primeiros estudos em Curitiba, de onde veio para o Rio cursar o Colégio Militar.

Ingressando na Escola de Guerra do Realengo, em 1-III-911, foi declarado Aspirante a Oficial em 2-I-914, numa turma que, de 17 Aspirantes, já deu ao Brasil e ao Exército uma plêiade de 11 ilustres Generais. São eles os Generais de Divisão Alexandre Zacarias de Assunção, Edgard de Oliveira, Brasiliano Americano Freire, Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Edgard do Amaral, Paulo de Figueiredo e Adriano Mazza e os Generais de Brigada Djalma Poly Coelho, Orestes da Rocha Lima, José Carlos de Senna Vasconcellos e Edgardino de Azevedo Pinta.)

Em sua longa carreira militar, serviu no 4º R.I., em Curitiba, em 1918 e no 15º B.C., na mesma cidade, em 1921. Tomou parte, com a 17ª Cia. Mtr., nas grandes manobras de Saycan. Em julho de 1924, deixou o Q.-G., onde se encontrava e apresentou-se ao 15º B.C. para prestação de serviços de guerra, assumindo o comando da 1ª Cia., que partia para S. Paulo. Combateu na 1ª linha, de S. Caetano até o interior da cidade de S. Paulo, merecendo, então, expressivo elogio pela "bravura e calma ante o inimigo, incutindo a coragem e a valentia de que é dotado aos soldados novos do Btl..." Atravessou o interior paulista, com a tropa de perseguição, o paranaense e embrenhou-se em Mato Grosso, onde viveu rudes e contínuas jornadas, comandando simultaneamente, por vêzes, 2 Subunidades. Já Capitão, cursou a E.A.O., em 1930, obtendo ótima classificação. Major, por merecimento, em 1933, nesse mesmo ano iniciou o curso de E.M., na antiga Escola do Andaraí, concluindo-o em 1935.

Estagiou no E. M. E. e na 1ª D. C., em Santiago do Boqueirão, no Rio Grande do Sul. Desempenhou, após, várias funções de E. M., sendo designado, em 1936, para o 1º R. I. (Vila Militar). Promovido a Ten.-Cel., por merecimento, em setembro de 1937, foi classificado no 9º B. C., em Caxias, transferido para o 2º B. C., em Pinheiros, no Estado do Rio, em 1938 e nomeado, em fins deste mesmo ano, para a chefia do Gabinete da Diretoria Provisória das Armas e, logo após, para idênticas funções na Diretoria de Infantaria, recém criada. Promovido a Coronel, ainda por merecimento, em 1940, comandou, nesse posto, o 10º R. I., o 3º R. I. e a ID/5ª D. I., em Ponta-Grossa-Paraná. Ascendeu ao Generalato em 25-III-946, sendo, então, nomeado Comandante do Destacamento de Natal, Rio Grande do Norte. Foi Subcomandante da 7ª D. I., função na qual, por diversas vezes e por mais de 7 meses comandou a 7ª R. M., sediada em Recife. A 23-IV-948, foi nomeado Diretor de Armas do Exército, cargo onde o atingiu a promoção a divisionário, em 28-II-951. Nessas funções, dedicou-se às mais importantes questões relativas ao preparo do Exército, salientando-se no estudo da seleção e classificação do pessoal a incorporar nos contingentes anuais, empolgante tema no qual se especializou, chegando a publicar magistrais notas. Pronunciou, a respeito, notável conferência, no E. M. E. e fez baixar notas precisas e minuciosas sobre a Seleção. O General Adriano Mazza, entre outras condecorações que recebera, era Comendador da Ordem do Mérito Militar. Faleceu com 58 anos de idade, depois de prestar 40 anos de serviços ao Brasil e ao Exército e sempre no Exército. Em sua longa e honrosa fôlha de serviços, computam-se 87 elogios, alguns mencionando bravura e determinação e quase todos enaltecendo a sua fidalguia pessoal, o seu cavalheirismo e os seus méritos intelectuais e morais, qualidades e dotes com que se recomendou à consideração e respeito dos seus camaradas e se afirmou como edificante exemplo para as gerações posteriores. "A Defesa Nacional", apresentando pezames ao Exército pela irreparável perda que acaba de sofrer, com o falecimento dêsse digno soldado que foi o General Adriano Saldanha Mazza, rende-lhe, ao ensejo, o seu tributo de admiração e profunda simpatia, nesta homenagem sincera.

Geografia e História Militar



O DESEMBARQUE DE "SAINT-NAZAIRE"

(28 DE MARÇO DE 1942)

Extraído da "REVUE DE DEFENSE NATIONALE". Tradução do Maj. CESAR NEVES

A máquina de guerra alemã pulverizou, desde os seus primeiros assaltos, todos os exércitos que não tinham homens suficientes nem espaço para deter seu violento "elan". Somente os ingleses puderam subtrair-se à destruição, retornando ao abrigo do seu refúgio marítimo secular. Sem dúvida, tiveram que se sujeitar aos dolorosos sacrifícios que tiveram por nomes: Dunquerque, Grécia, Creta e que os reduziram momentaneamente à impotência, pelo menos no domínio da ofensiva.

A vitoriosa batalha aérea da Inglaterra espantou o espectro da invasão: a impulsão germânica deteve-se nas costas da Mancha. Os britânicos recuperaram as suas forças e puderam então pensar em preparar os assaltos com os quais, mais adiante, haveria de derrotar-se a Alemanha. Fazia-lhes falta, novamente, franquear o mar mediante operações, não de todo novas, mas adaptadas às novas condições da guerra que foram

classificadas de "anfíbias". Elas necessitam de uma técnica que se desenvolveu progressivamente até atingir uma espécie de perfeição na ocasião do desembarque na Normândia. Esta técnica foi aperfeiçoada por meio de uma série de operações preliminares, das quais a primeira foi o ataque executado contra Saint-Nazaire, na noite de 27 para 28 de março de 1932.

Este ataque apresenta um interesse todo particular. Por outro lado, constitui um admirável feito de armas de que a Marinha britânica, muito justamente, se orgulha.

Esta operação não era conhecida, até bem pouco tempo, senão em suas grandes linhas. Uma obra recente do Capitão de Fragata Ryder ("The Attack on Saint-Nazaire"), que a dirigiu, permite reconstituí-la hoje nos seus detalhes essenciais.

A idéia de atuar contra a terra, por pontas audazes e rápidas, é tradicional na Marinha inglesa e

sua história está cheia de exemplos deste tipo. Era, pois, de todo natural, que a idéia voltasse ao comando britânico desde que a ameaça de uma invasão tivesse desaparecido. Foi com esta finalidade que foram criadas e treinadas as tropas especiais chamadas "Comandos" que levaram a termo, em "Saint-Nazaire", a sua primeira operação importante.

Era para esse porto que se dirigia o grande encouraçado "Bismarck", quando foi afundado, no dia 27 de maio de 1941. As avarias que sofrera, durante a luta contra o "Hood" e o "Prince of Wales", além das que lhe produziram os aviões do "Victorius", obrigaram-no, com efeito, a procurar um porto que dispusesse de um dique de reparações capaz de recebê-lo. Saint-Nazaire, na costa do Atlântico, era o único que existia em tais condições.

O "Bismarck" foi destruído antes de atingi-lo, mas os alemães possuíam ainda um outro navio semelhante, o "Von Tirpitz". Este podia reunir-se com os dois cruzadores de batalha "Scharnhorst" e "Gneisenau", que se achavam prontos para partir de "Brest", em princípios de 1942. A concentração desses poderosos navios constituía uma ameaça extremamente grave para a navegação transoceânica, já fortemente ameaçada pela guerra submarina. Os ingleses desejavam impedir, a todo o custo, essa reunião. Assim lhes pareceu que um dos meios mais eficientes para obter tal propósito seria o de pôr fora de serviço o único dique de reparações capaz de receber o "Tirpitz", se este viesse a ser avariado no Atlântico. Seria, portanto, o porto de Saint-Nazaire.

Esta pequena aldeia de pescadores havia tido um desenvolvimento extraordinariamente rápido no curso do século XIX, desde que "Nantes" tinha querido tornar-se um porto avançado, na entrada de Loire. Remontar este rio tornava-se cada vez mais difícil para os navios de alto mar, cujas dimensões cresciam sem cessar. Um cais-abrigo, o velho cais, foi terminado em 1835. Um primeiro dique foi

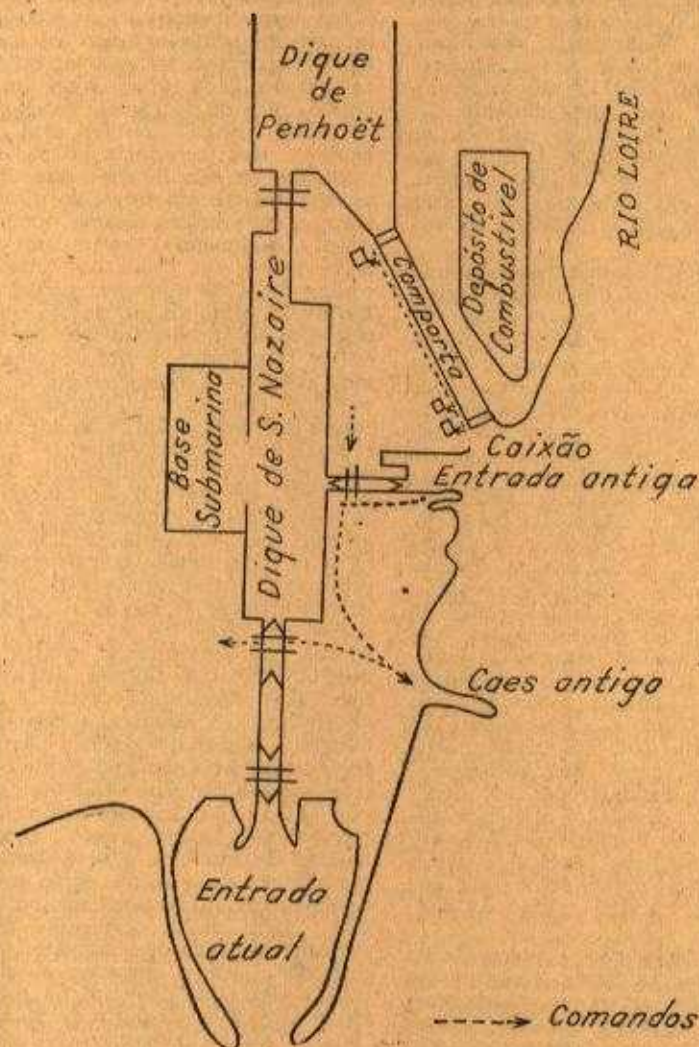
construído, entre 1848 e 1856, com uma entrada orientada de Oeste para Leste, a "Entrada Antiga", porém foi necessário completá-la com uma segunda, chamada "Dique de Penhoët", que se abria diretamente sobre a primeira.

As esperanças fundadas no porto não se realizaram senão em parte, tendo Nantes empenhado preparar o leito do Loire, mas Saint-Nazaire conheceu uma fortuna inesperada devido aos seus estaleiros de construções navais, que lhe deram, em pouco tempo, uma espécie de primazia.

O acréscimo continuo das dimensões dos grandes navios ameaçou, sem dúvida, comprometer esta prosperidade. Logo depois da primeira guerra mundial, já havia sido necessário dobrar a "Entrada Antiga" por uma outra, muito mais ampla, orientada do Norte para o Sul, construída de 1901 a 1907. Mas quando a construção do "Normandie" foi confiada aos Estaleiros de Penhoët, tornou-se indispensável, criar uma terceira passagem que permitisse ao navio gigante entrar no dique de Penhoët, sair e ainda fazer-lhe os reparos necessários. Esta passagem foi feita em forma de comporta, construída de 1929 a 1932, sendo nesta época, o maior dique de reparações do mundo.

Era este dique de comporta que o Almirantado britânico projetava inutilizar. Ele estudou, desde fins de 1941, os meios de conseguir seu propósito, chegando, em princípios de 1942, às seguintes considerações:

Esta obra transforma-se em dique de reparações por meio de duas comportas particularmente resistentes que, enfrentando-se lateralmente, obstruem cada uma das extremidades. Para alcançar o fim fixado, bastaria inutilizar a comporta de acesso ao rio. Decidiu-se efetuar esta operação com um "destroyer" suicida que levaria, na proa, uma grande carga de explosivos. Para completar o seu trabalho, tropas de "comandos", transportadas nesse mesmo "destroyer", desceriam à terra para fa-



PORTO DE S. NAZAIRE

zer ir pelos ares a segunda comporta e destruir todas as instalações e aparelhos destinados às diversas manobras da comporta. Esta disposição obrigava a não fazer explodir a carga senão depois de um certo tempo, durante o qual o pessoal do "destroyer" desembarcaria. Esperava-se, assim, atingir o objetivo principal, razão de ser da operação. Mas, naturalmente, tinha-se em vista atingir também os objetivos secundários. O difícil era chegar a Saint-Nazaire, porém, uma vez ali, tratava-se de causar os maiores danos possíveis ao inimigo.

Os alemães haviam instalado uma base submarina em Saint-Nazaire, do mesmo modo que em "Brest", "Lorient", "La Palisse" e "Bordeaux". Ela se apresentava sob a forma de um imenso bloco de concreto, contra o qual nada se poderia fazer sem recorrer a uma operação de grande envergadura, que, no momento, por falta de meios, era irrealizável. Contudo, destruindo-se todas as comportas do porto, era possível transformar os diques reguláveis em diques de marés, prejudicando consideravelmente a entrada e saída dos "U-Boote". A destruição das comportas das duas entradas, a antiga e a nova, foi inscrita no programa sob a condição de que esta missão secundária não compromettesse o cumprimento da missão principal. Foi também atribuída às tropas de "comando". O efetivo destas tropas foi, finalmente, fixado em 227 oficiais e soldados, sob o comando do Tenente-Coronel Newman, enquanto que o Capitão de Fragata Ryder era encarregado da parte naval da operação.

Para transportar esses soldados não havia, na época, embarcações apropriadas que, ao aparecerem mais tarde, iriam dar um caráter todo particular às operações anfíbias. Foi necessário utilizar as embarcações que existiam. Para abordar a passagem exterior da comporta, foi escolhido um dos cinquenta "destroyers" antigos, que os Estados Unidos haviam cedido à Inglaterra, em setembro de 1940. O seu nome era "Campbeltown".

A seu bordo iriam os 75 homens encarregados de executar as destruições em redor do dique de reparações. Para transportar o resto, foram escolhidas lanchas a motor, embarcações leves e velozes, utilizadas normalmente para as missões de patrulhamento ao longo das costas e que podiam transportar quinze soldados cada uma. O comando encarregado de operar em torno da "Entrada Antiga" contava com 65 homens. Seu transporte precisava, portanto, de seis lanchas que deviam deixá-los em terra, ao pé da obra, nesta entrada mesma. O comando designado para atuar, de igual modo, na "Entrada Nova" compreendia 89 oficiais e soldados. Faltavam, portanto, outras seis lanchas que deviam desembarcá-los no antigo cais abrigo, ponto de acesso mais próximo e mais cômodo. Duas vedetas (lanchas) suplementares foram previstas, a fim de atenderem a qualquer eventualidade. O comandante Ryder constituiu, por outro lado, um "grupo de choque", com uma lancha canhoneira e duas lanchas lança-torpedos. Finalmente, uma outra lancha lança-torpedo especial foi incorporada à flotilha, para torpedear o caixão da comporta do dique, se o "Campbeltown" não conseguisse atingir o seu objetivo. A flotilha de ataque era constituída, então, do "destroyer" ex-americano "Campbeltown" e dezoito lanchas. Estas foram escolhidas principalmente por causa de sua pequena silhueta, mas, por outro lado, apresentavam inconvenientes muito graves: construídas de madeira e propulsadas por motores a gasolina, eram particularmente vulneráveis aos incêndios. Além disso, o barulho dos motores tornava-as bastante indiscretas. Ora, a surpresa constituía o elemento essencial da operação projetada. O porto de Saint-Nazaire estava poderosamente defendido e, para alcançá-lo, a flotilha britânica teria de vencer vários obstáculos.

Primeiro que tudo, apresentavam-se as dificuldades da navegação. Para subir o estuário do Loire, cheio de bancos de areia e de lama, os navios utilizam, em

tempos normais, um canal estreito e sinuoso, chamado canal dos Carpinteiros, cuja segurança devia estar, naturalmente, perfeitamente assegurada e onde numerosas obstruções, tais como minas rêdes, quicá estacas, estariam certamente dispostas. Mas, sobretudo, deveriam encontrar-se embarcações de vigilância, que sem dúvida, dariam o alerta. A operação tornava-se impossível.

Era, pois, necessário evitar o canal, isto é, seguir diretamente através dos bancos, com o risco de aí também encontrar minas e de encalhar.

Se bem que este último perigo não afetasse as lanchas, devido ao seu pequeno calado, não se dava o mesmo com o "Campbeltown" e o primeiro cuidado consistiu em torná-lo o mais leve possível, para evitar que o seu casco tivesse um calado maior do que 3,20 m. Supondo que não existissem minas sobre os bancos e que os patrulhadores fossem evitados, a flotilha teria de desfilar através o setor de tiro de quatro baterias de Artilharia de Costa, estabelecidas, uma perto da entrada do canal, na ponta do Eve, uma segunda mais no interior, na ponta de Villes Martin e as duas restantes na margem esquerda, em Mindin e em Fointeau. Estas baterias provavelmente possuiriam projetores, talvez aparelhos de radar para a direção do tiro. Em todo caso, sabia-se que existia um destes aparelhos em Croisic, foz do rio. Enfim, se a flotilha alcançasse o porto de Saint-Nazaire, sem ser descoberta, teria de afrontar a defesa aproximada do porto, constituída de numerosas peças de médio e pequeno calibre, podendo atirar contra objetivos aéreos e navais e que se desdobravam ao longo da costa, intervaladas de 200 m, sem falar das que se encontravam mais para o interior, em torno dos pontos sensíveis. O problema capital consistia, então, em remontar o Loire sem ser assinalado; era essencial despistar a atenção do radar da ponta Croisic e a dos postos de escuta da costa e dos patrulhadores que pudessem

ouvir o barulho indiscreto dos motores das lanchas.

Em consequência, decidiu-se realizar um ataque aéreo imediatamente antes do desembarque, bombardeio que, por outro lado, poderia, também, destruir os meios de ligação dos alemães.

A reunião da flotilha foi feita em Falmouth, que era o porto mais próximo do objetivo. Os trabalhos foram efetuados às pressas nas lanchas, especialmente para dotá-las de tanques de gasolina suplementares, a fim de aumentar o seu raio de ação. Estes trabalhos revestiram-se de maior importância no "Campbeltown", de onde foi retirada quase toda a sua artilharia e os tubos lança-torpedos, assim como muito material importante, para se obter o calado desejado. Uma quantidade de aproximadamente 5 toneladas de explosivos, constituídas por 24 cargas de profundidade (depth-charge) ou granadas submarinas, foram instaladas na altura da passarela (levando em conta a destruição que provocaria a abordagem). Placas de blindagem foram colocadas em determinados lugares, para proteger o posto de navegação contra a artilharia de pequeno calibre e os soldados dos "comandos", durante a fase de aproximação. Finalmente, foram suprimidas as duas chaminés da retaguarda, enquanto que as outras duas restantes foram cortadas em bisel, para dar ao navio uma silhueta parecida com a dos torpedeiros alemães que operavam na costa.

O mais absoluto segredo era indispensável. A reunião das unidades, assim como o treinamento das equipagens e dos soldados foram então disfarçados sob pretextos os mais plausíveis. Os comandantes das lanchas não foram postos ao corrente da verdadeira natureza da operação senão no decorrer das últimas horas que precederam a reunião. O comandante Ryder inventou os mais diversos ardis para disfarçar a sua missão, o que conseguiu completamente.

Os preparativos terminaram muito antes do que se havia esperado. A flotilha adiantando-se um dia da

data prevista, aparelhou em "Falmouth", ao fim da primeira parte da jornada do dia 26 de março, com um tempo todo favorável.

Foi escoltada, até a entrada do Loire, pelos dois "destroyers" "Atherstone" e "Tynedale".

O tempo permaneceu bom. A travessia foi feita sem outro incidente notável que o encontro de um submarino que foi atacado pelos "destroyers" e não pôde dar o alerta e o de um grupo de barcos de pesca franceses. Dois deles foram chamados à fala e os seus ocupantes forneceram aos ingleses, com solicitude, todas as informações que possuíam. Nenhum avião alemão foi avistado.

Quando caiu a noite de 27 de março, toda a flotilha parou para permitir a passagem do Comandante Ryder e do Coronel Newman do "Atherstone" para a lancha MGB-314, escolhida para capitânea. Uma das lanchas de reserva substituiu uma lancha que estava com o motor avariado. Quando as embarcações retomaram o movimento em direção ao estuário, os comandantes estavam no direito de pensar que a travessia de aproximação, que apresentava tão grandes perigos, estava efetuada, sem que nada houvesse traído a sua presença.

As 22 horas, o fogo do submarino "Sturgeon", encarregado de desempenhar o papel de baliza, foi percebido. Os "destroyers" de escolta separaram-se da flotilha, devendo navegar, no dia seguinte, para o regresso.

O "Campbeltown" e as lanchas tomaram a sua formação definitiva e se dirigiram para o seu objetivo.

As três lanchas do "grupo de choque" navegavam dispostas em triângulo, prontas a mandar para o fundo qualquer patrulheiro que fosse encontrado. O "Campbeltown" seguia enquadrado por duas linhas de seis lanchas que transportavam os grupos de assalto. A última lancha de reserva e a MTB-74 (lança-torpedos) fechavam o comboio.

Ao aproximarem-se de Saint-Nazaire, os ingleses avistaram facho de projétores e clarões de tiros de canhão. Seus aviões, portanto,

já tinham chegado, mas o céu estava coberto. Os setenta bombardeiros "Wellington", força importante para a época, não puderam distinguir os seus objetivos. Existia, nessa ocasião, uma norma especial na R.A.F.: as bombas não deviam ser lançadas ao azar nas terras da França, por um sentimento de humanidade que honra o alto comando britânico. Assim o bombardeio aéreo não foi realizado. O pânico que se devia provocar nos alemães, fracassou. Muito ao contrário, o alarme aéreo serviu para alertar os demais elementos da defesa. Todos os canhões foram guardados e permaneceram prontos para entrarem em ação, instantaneamente, tanto no ar como sobre o rio. Era contra uma guarnição com todos os seus meios que o ataque vindo do mar devia realizar-se. O efeito de diversão esperado pôde, entretanto, ser obtido porque nem o radar da ponta de "Croisic", nem os postos de escuta na costa, nem os patrulhadores de guarda assinalaram a flotilha, que, neste instante, subia o estuário.

As lanchas passaram sobre os bancos de areia sem incidentes. O "Campbeltown", cujo calado não foi possível diminuir suficientemente e cuja popa afundava mais, sob o efeito da velocidade, tocou o fundo por duas vezes, mas conseguiu safar-se sem ter necessidade de modificar a velocidade de suas máquinas.

A flotilha chegou completa e em boa ordem, cerca de 1 hora, na altura da Torre das Morées, que indica a entrada da barra. A partir daí podia-se considerar como fora do alcance das baterias exteriores. Não se estava senão a poucos minutos do objetivo. A parte da operação que havia parecido mais difícil, foi executada com felicidade.

As 01,22 h, numerosos projétores acenderam, simultaneamente, em ambas as margens e iluminaram os cascos claros das embarcações. Ao mesmo tempo, um posto de sinalização, situado no interior do porto, emitiu o sinal de pedido de reconhecimento. Os ingleses haviam sido descobertos, mas, enganados pela silhueta do "Campbeltown"

não distinguindo as bandeiras de identificação colocadas de propósito em lugares pouco visíveis, os alemães ficaram na incerteza a respeito de sua nacionalidade. O comandante Ryder tratou ainda de ganhar alguns minutos preciosos.

Um timoneiro, que conhecia perfeitamente a língua alemã, tinha embarcado. Ele se engajou na transmissão de uma longa mensagem, dizendo que se tratava de navios alemães, regressando de alto mar, depois de um combate e que pediam autorização para entrar no porto imediatamente.

O ardil teve êxito. O fogo que havia começado cessou. Os ingleses aproximaram-se um pouco mais do seu objetivo. Pouco depois, às 01,27 h, toda a artilharia de ambas as margens abriu fogo violentamente. As máscaras tinham caído. O combate começava.

O "Campbeltown" encontra-se, agora, a menos de sete minutos de marcha da comporta. Ele já tinha começado a aumentar a sua velocidade para o choque final. Enquanto que uma verdadeira chuva de obuses traçantes riscava o céu com os seus longos traços luminosos, a flotilha respondia com todo o vigor, não sem êxito e com todas as suas peças. O Capitão de Corveta Beattie, comandante do "destroyer", lançou-se de encontro ao seu objetivo. Tomou o saliente da "Entrada Nova" como sendo o da "Entrada Antiga", porém, felizmente, descobriu em tempo o seu erro, retomou a sua rota a plena velocidade e lançou-se contra a comporta às 01,34 h, isto é, 4 minutos mais tarde do que a ordem de operações havia previsto, depois de haver cortado com facilidade as malhas das redes anti-torpédicas que protegiam a entrada. O choque produziu uma brecha na comporta e o navio abriu um rombo até a metade da passarela. O choque foi relativamente brando, a ponto dos maquinistas perguntarem si a abordagem tinha sido bem feita. Os homens do "comando" desembarcaram rapidamente pelas escadas volantes. A tripulação escurvou as cargas destinadas a afundar o navio que não tardou a

mergulhar pela pôpa. O objetivo principal tinha sido atingido com pleno êxito.

Desde o desencadeamento do fogo alemão, as vedetas responderam, avançando sempre sob as rajadas de projéteis e feixes dos projetores. O "grupo de choque" tinha percebido então um navio da guarda, ancorado no porto, diante da Entrada Velha, que também o havia atacado. Atingido pelos tiros dos ingleses e pelos das baterias de costa, que evidentemente o haviam considerado inimigo, este navio, afastou-se às pressas para escapar a essa concentração de fogos. Não havia mais nada sobre o rio. A MGB-314 que conduzia os dois chefes da operação realizou um reconhecimento rápido para certificar-se e logo atracou na Entrada Velha.

O Tenente-Coronel Newman desceu à terra com seu grupo de comando, enquanto que o comandante Ryder ia, pessoalmente, ver se o "Campbeltown" tinha cumprido integralmente a sua missão e ordenou às duas lanchas que embarcassem a sua tripulação. A "MTB-7466" penetrou, neste momento, na "Entrada Velha" e lançava contra as comportas do dique de "Saint-Nazaire" dois torpedos que atingiram os seus alvos silenciosamente, uma vez que a explosão deveria ser feita com retardo.

As doze lanchas de transporte do pessoal, conforme vimos, acompanharam o "Campbeltown" em duas colunas de seis. As da direita deviam desembarcar seus homens na Entrada Velha e as da esquerda no Cais antigo.

A primeira unidade da coluna da direita foi quase instantaneamente tomada sob os fogos dos alemães e deslocou-se com a intenção de chegar até à margem.

As duas que a seguiram, cegas pelos projetores, não viram a entrada e foram além. A quarta e a quinta foram, num instante, envolvidas em chamas. Somente a sexta, avançando impertubavelmente, a despeito desse trágico espetáculo, tocou no ponto previsto e desembarcou os seus quinze homens.

As duas que se enganaram no caminho reconheceram o erro, fizeram meia volta e igualmente tocaram na costa. Suas tropas desceram em terra, mas, acolhidas por um fogo extremamente vivo, viram-se obrigadas a reembarcar.

Um drama ainda mais movimentado se desenrolava, ao mesmo instante, diante do Cais Velho. Este era defendido por poderosos fortins contra os quais a artilharia das lanchas era impotente. A primeira que aprofundou para atacar foi logo envolvida pelas chamas. A segunda salu-se bem da difícil manobra, deixou em terra doze homens, mas foi igualmente incendiada. A terceira foi recebida com um fogo intenso de metralhadoras e granadas. Conseguiu pôr fora de combate alguns soldados inimigos, porém, seriamente atingida, teve que se dirigir para a costa. A quarta, cega pelos projétores, não acertou com o seu objetivo e, voltando atrás, navegou até que foi, também, envolvida pelas chamas. A quinta teve que renunciar a tocar em terra, de tal modo era violento o fogo. Quanto à sexta, no momento de atracar, seu comandante percebeu que todos os oficiais e soldados que transportava estavam mortos ou fora de combate e foi obrigado, também, a renunciar.

Assim, somente o "Campbelltown" tinha podido atingir completamente o seu objetivo e desembarcar todos os seus homens. Estes, com a segurança que lhes dava um treinamento minucioso, executaram com facilidade a destruição de toda a maquinaria e aparelhos de manobra da comporta, chegando a prejudicar grandemente a segunda comporta do dique de "Penhoët".

Conforme as instruções, reuniram-se depois no pósto de comando de seu chefe, estabelecido próximo da Entrada Velha.

O Coronel Newman viu, com satisfação, que tudo se desenrolava conforme fôra previsto para este Setor, mas a reação do inimigo, tornando-se cada vez mais viva, decidiu-o a alcançar o "Cais Ve-

lho", onde deveria ser feito o embarque.

Quando ele foi se aproximando, um espetáculo trágico se apresentou sob suas vistas. O cais continuava a atirar furiosamente. Os grupos encarregados de apoderarem-se da situação tinham, evidentemente, fracassado na sua tentativa. As poucas lanchas que ainda se podiam ver no rio estavam todas em chamas e derivavam como tochas flamantes sobre uma água onde queimavam igualmente grandes manchas de óleo. O embarque era impossível.

O coronel reuniu-se com os seus oficiais ao abrigo de alguns vagões de mercadorias que se achavam estacionados ao longo do cais. Os obuses e as balas choviam de todas as partes. A situação era desesperadora. Junto dele ainda restavam 80 homens que continuavam a combater de maneira magnífica. Ele decidiu penetrar à viva força na cidade, fazendo esforços para internar-se no país.

A pequena tropa reagrupou-se e, cobrindo-se com um fogo intenso, percorreu rapidamente a distância que a separava da ponte basculante lançada sobre a Nova Entrada, atravessou-a, em seguida, sob uma verdadeira chuva de balas e se lançou nas ruas de Saint-Nazaire. Esta foi uma corrida louca através das barricadas alemãs e de caminhões-carregados de tropas que circulavam em todos os sentidos. Os ingleses saltaram os muros, penetraram nas casas, desmontaram os seus adversários surpreendidos. Um certo número deles acabou por se encontrar numa adega e decidiu aguardar a noite seguinte para recomeçar a tentativa.

Durante o dia, foram descobertos e obrigados a se renderem. Seus camaradas não puderam ir muito longe. Bem poucos escaparam à captura. Quatro soldados apenas foram salvos por franceses dedicados.

Durante esse tempo, o comandante Ryder tinha deixado a Entrada Velha e aproximou-se do Cais com a "MGB-314". Ele apenas pôde constatar o triste fim

das lanchas. Um de seus apontadores de escol fez silenciar alguns canhões dos fortins da defesa, mas logo foi morto. O comandante compreendeu a sua impotência e não viu outra solução a não ser o regresso. A "MGB-314" lançou-se através de uma área cheia de palhas coloridas que se levantavam de cada lado da rota como se fossem fantásticos ciprestes. Eram as baterias de Artilharia de Costa que entravam em ação com seus projéteis de grosso calibre. Por um verdadeiro milagre a lancha não foi atingida diretamente.

O Comandante Ryder passou no local previamente fixado. Somente encontrou quatro de suas lanchas e os dois "destroyers" de escolta que acabavam de travar combate com um grupo superior de cinco torpedeiros alemães, cuja atitude tinha sido extranhamente timorata. Tendo escapado desse novo e grave perigo, o pequeno grupo rumou para a Inglaterra. Mas todas as lanchas estavam seriamente avariadas e mantinham-se flutuando graças aos esforços de suas tripulações. Aviões inimigos começaram a aparecer no céu. Os feridos precisavam de socorros urgentes. O comandante em chefe mandou embarcar as equipagens das lanchas nos "destroyers" e pô-las a pique.

De todas as que haviam participado do valente ataque, três somente, que não compareceram ao ponto de reunião para o regresso, puderam retornar a Falmouth, navegando isoladamente, tendo sofrido a ação de alguns ataques aéreos.

Quando o comandante Ryder saiu do estuário, ao alvorecer, ouviu o estrondo de uma grande explosão na direção de "Saint-Nazaire" e supôs que se tratasse da carga do "Campbeltown" que tinha desempenhado o seu papel no momento previsto. Tal não se deu, os azares da sorte prolongaram o drama em terra.

Os alemães não compreenderam senão ao alvorecer os acontecimentos da noite, ao descobrirem os

restos do "Campbeltown" encailhado na entrada da comporta.

Sem dúvida, essa entrada, apesar de fortemente avariada, estava ainda em condições de funcionar. Alguns oficiais subiram a bordo para estudar o modo de remover o obstáculo. Outros sessenta oficiais vieram, por curiosidade, enquanto várias centenas de soldados, durante toda a manhã, percorriam as zonas portuárias próximas aos destroços do navio. Foi por volta do meio-dia que a carga explodiu. Ela acabou de destruir a comporta do dique, que se rebateu para o interior, sob a pressão da água, arrastando consigo os restos do "Campbeltown".

Todos os oficiais que se achavam a bordo, assim como todos os papalvos, que se achavam reunidos em um grande círculo, foram mortos. Durante quarenta horas, os serviços públicos estiveram ocupados em recolher destroços humanos. As 5 toneladas de explosivo tinham detonado com retardo de mais de seis horas. O efeito não poderia ter sido mais terrível.

O resto do dia transcorreu sem mais novidade, enquanto as patrulhas continuaram na caça aos soldados ingleses no interior da cidade.

Na segunda-feira, 30 de março, as instalações do porto foram abertas e a população que tinha assistido, de longe, a todos esses acontecimentos, teve permissão para se aproximar do porto. Cerca de 10 h produziu-se uma nova explosão. Era um dos torpedos da MTB-74, que detonava com um retardo considerável. Este novo golpe alarmou os alemães, que no dia anterior, tinham perdido muitos oficiais, criando um sentimento de insegurança e uma tensão nervosa que se transformaram em pânico, quando, por volta das 4 horas da tarde, explodiu um segundo torpedo. Os franceses que, por curiosidade, se achavam próximos, procuraram se afastar rapidamente, porém as sentinelas alemães, perdendo a cabeça, abriram fogo sobre eles.

Este foi o sinal para uma fuzilaria desordenada. Os soldados, tomados de uma espécie de loucura coletiva, atiravam sobre todos os que se moviam em torno deles. Os trabalhadores da organização "TODT", empregados nos trabalhos de fortificação, foram atingidos. Julgando-se atacados, pegaram as suas armas e responderam ao fogo. Travaram-se, então, verdadeiros combates, enquanto que grupos compostos em sua maior parte de marinheiros, percorriam a cidade, disparando rajadas de metralhadoras desordenadamente e fuzilando-se mutuamente.

Pensando, diante de tamanha confusão, que o tão desejado desembarque tinha se realizado, um certo número de franceses corajosos pegou em armas e se envolveu nos combates. De manhã, dezesseis franceses tinham sido mortos e vinte e seis estavam feridos. Nos quarteirões vizinhos do dique, no velho "Saint-Nazaire", os habitantes foram expulsos brutalmente de suas casas e levados, em caminhões, para um campo de concentração de prisioneiros. O terror caiu sobre a cidade.

Depois, ao cair da noite, tudo serenou. Os alemães compreenderam que tinham lutado contra fantasmas. Porém, a reação da população inquietou vivamente o comando nazista. Todo o bairro do velho "Saint-Nazaire" foi arrazado. Numerosas tropas permaneceram acantonadas ao longo da costa, rincando, assim, afastadas das batalhas longínquas da Rússia, onde a sua presença teria sido, sem dúvida, mais útil.

Mas isso era nada mais que conseqüências secundárias, imprevistas. O objetivo principal da operação tinha sido plenamente alcançado. O dique estava completamente fora do serviço e, assim, teria de permanecer durante o resto da guerra. Os alemães envidaram todos os esforços para repará-lo e encomendaram na Alemanha, donde procediam, as comportas originais, novas comportas que foram encontradas, mais tarde, por

ocasião da capitulação hitlerista e que permitiram, pouco depois, a colocação em serviço.

Ao contrário, as comportas das duas entradas, com exceção das portas exteriores da Entrada Velha, avariadas pelos torpedos da MTB-74, permaneceram intactas, uma vez que os comandos não conseguiram alcançá-las para as destruir. Nenhum dano foi feito aos movimentos dos "U - Boote". Porém, mais uma vez lembramos que esse não era senão um objetivo secundário, em comparação com a destruição do dique.

Toda a parte da missão atribuída ao "Campbeltown" foi cumprida fielmente. De outro lado, a parte que competia às lanchas fracassou, a despeito da bravura demonstrada pelos seus comandantes e equipagens. Uma conclusão se impõe: essas embarcações eram impróprias para as missões que lhes foram atribuídas. É evidente que, para operações especiais, são necessários meios especiais. Tal foi o ponto de partida dos estudos que acarretariam a construção da frota extraordinária que constituiu, mais tarde, o elemento essencial de todas as operações anfíbias. A ação heróica dos comandos forneceu, assim mesmo, uma boa colheita de ensinamentos.

A parte o resultado positivo da ação, a retirada do serviço do único dique de reparações, capaz de receber os navios capitais alemães na costa do Atlântico, o ataque a "Saint-Nazaire" deixou preciosas lições que geraram, em seguida, os mais belos frutos. A Marinha de Guerra Britânica considera que não existe, em toda a sua gloriosa história, nenhuma outra proeza mais bela que esta. As unidades, tanto navais como terrestres, que a cumpriram, não demonstraram menos valor nem menor espírito de sacrifício que os daqueles que o comodoro Keyes conduziu ao ataque do cais de "Zeebrugge", no decurso da primeira guerra mundial, porém, tiveram dificuldades muito maiores a serem superadas. A verdadeira

façanha consistiu em conduzir, no momento exato, o "Campbeltown" de encontro à comporta do dique depois de uma travessia de 450 milhas e de subir o estuário, erissado de dificuldades à navegação e de obstruções.

É provável que o ataque a "Saint-Nazaire" seja a última operação executada, com meios não especiais, contra um porto fortemente defendido. Assim mesmo, permanecerá na história como o mais glorioso.

P. C. MOTTA

ARTIGOS PARA AUTOMÓVEIS

AVENIDA PARANÁ, 523 — FONES, 2-6772 e 2-1623
BELO HORIZONTE



SACO AZUL CINTA ENCARNADA

3º REGIMENTO DE ARTILHARIA AUTO REBOCADO - 75

O NOVO "BOI DE BOTAS"

Cap. JOSÉ MATTOS SANTOS

Este modesto escrito é dedicado ao 3º Regimento de Artilharia Auto Rebocado, uma das mais gloriosas Unidades de Artilharia. Empolguei-me quando tive a ventura de estudar e resumir o seu passado, cumprindo recente aviso ministerial que me incentivou a escrever algo sobre o seu histórico, que assim se inicia:

Depois da abdicação do Imperador Pedro I em favor do seu filho menor Pedro II, foi criado por Ato da Regência provisória, de 4 de maio de 1831, o atual 3º Regimento de Artilharia Auto Rebocado, então com o nome de "Corpo de Artilharia a Cavallo", tendo por sede a cidade de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Logo após, o Corpo de Artilharia, inflamado pelos ideais gauchos, abraçou entusiasticamente a causa dos Farrapos, que florescia desde 1831 no Estado sulino. A revolução Farroupilha marcou os primórdios da intervenção bélica dos artilheiros daquele Corpo — O seu batismo de fogo — defendendo os intrépidos farapos, os "pés de chumbo" de Bento Gonçalves; parece ter isso tido influência decisiva na fibra guerreira dos que integravam o então Corpo de Artilharia.

Em 19 de abril de 1851, atendendo às modificações sofridas no Exército, passou a denominar-se 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, nome com que se sagrou definitivamente na história de nosso Exército. Durante o mês de agosto do mesmo ano, partiu o 1º Regimento de sua sede, em São Ga-

briel e marchou, sob o comando do então Major Emilio Luiz Mallet, para defender a integridade do nosso território e colaborar, com os seus aliados, contra o ditador argentino Rosas. Brilhante foi a jornada e duras as batalhas, causando perdas ao Regimento. Todavia, as vitórias conquistadas, em Monte Caseros, serviram para mostrar o amor do artilheiro pela defesa do Brasil. O terreno, pantanoso e difícil, fazia com que somente a força animalasca do boi e a vontade indomável do homem fizessem avançar os canhões do 1º de Artilharia. Desde então, os componentes do 1º a Cavallo passaram a ser conhecidos pela alcunha de "Boi de Botas". Isto porque os seus condutores, nessa época, usavam cumpridas e pesadas perneiras de couro, com guarnições metálicas, presas às pernas por atadores de zola, que lhes faziam o passo lento e lembravam o boi puxando os canhões. "Boi de Botas", feliz denominação! Nascida no 1º Regimento de Artilharia a Cavallo para simbolizá-lo e que veio, posteriormente, estender-se a toda a arma de Artilharia.

Passam-se os anos e, em 1864, as forças livres da América do Sul se juntam e se solidarizam contra o tirano paraguaio Solano Lopez. O "Boi de Botas" deixou novamente a tranqüilidade de seu quartel e partiu para defender a honra do Brasil, a família nacional e o patrimônio dos nossos antepassados. Na campanha do Paraguai, o 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, qual intrépido bandeirante,

avancava cada vez mais ou estacionava, a fim de apoiar, com seus tiros profundos e poderosos, as investidas das outras armas. Surgiram, então, as inapagáveis vitórias de Paisandú, libertação de Montevideu, Riachuelo, libertação de Uruguaiana, Confluência, Tuiuti, Curupaity, Humaitá, Itororó, Lomas Valentinas! Consolidada a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai, o "Boi de Botas" regressou à Pátria em 1870, deixando no solo pátrio e também no estrangeiro, muitos dos seus bravos artilheiros, que jamais voltaram ao aconchego da família. Sim, morreram! Mas as sementes que plantaram e o sangue derramado, frutificaram, desde então, como exemplo de bravura para os artilheiros do futuro.

Em 9 de fevereiro de 1889, o Boi de Botas tomou a designação de 1º Regimento de Artilharia de Campanha. Desapareceu o histórico nome de 1º de Artilharia a Cavalos com o qual e pela coragem e dedicação dos seus componentes, legou páginas de patriotismo à história do Brasil. De conformidade com o ato, daquela data, o Regimento perdeu duas de suas baterias, que foram constituir nova Unidade, com sede na cidade de Bagé, o atual 3º Regimento de Artilharia a Cavalos. Foi uma irreparável perda para o "Boi de Botas" e para a cidade de São Gabriel. As duas baterias foram acompanhadas, até o Passo do Pinto, pelas camaradas que ficaram e pela população inteira da cidade, numa verdadeira e comovente apoteose.

Reorganizado o Exército, em 9 de março de 1909, o 1º de Campanha passou a chamar-se 4º Regimento de Artilharia Montada, devido às contingências do material e a Ala esquerda da Unidade se deslocou para a cidade de Alegrete, dando origem ao 17º Grupo de Artilharia, hoje 4º Grupo de Artilharia a Cavalos. Assim como uma boa árvore, tratada por dedicado jardineiro, gera bons frutos, deu o "Boi de Botas" homens e material para a formação do seu primogênito em Bagé e, posteriormente, para outro descendente, em Ale-

grete. Agora éle vê orgulhoso o desenvolvimento dessas Unidades, tal como um pai se enviaidoe com os sucessos de seus filhos.

Como consequência de modificações introduzidas nas forças de terra do nosso País, o "Boi de Botas" viu novamente trocada a sua denominação, desta vez para 5º Regimento de Artilharia Montada, em 11 de junho de 1919.

Atravessando a Nação uma fase de agitações internas, em 1924, baterias do 5º RAM foram destacadas para a sagrada missão de manter a integridade das leis. Registraram-se, tal como no passado, fatos dignos de todos os louvores.

Em 3 de julho de 1925, o 5º Regimento recebeu ordem de transferir a sua parada de São Gabriel para Santa Maria; e a 25 do mesmo mês foi publicado, em seu novo quartel, na cidade coração do Rio Grande do Sul, o seu primeiro boletim interno. O povo da hospitaleira São Gabriel viu partir o valoroso "Boi de Botas" com indisciplinável pesar, mas se confortou, porque tinha a certeza de que a histórico Regimento continuaria, no solo das geadas e do minúano, a professar os mesmos ideais traçados pelos nossos antepassados.

Em 1930, um Grupo do 5º Regimento de Artilharia Montada se transportou para os Estados do Paraná e São Paulo abraçando a causa da revolução que se expandia no Rio Grande do Sul e, ali, atuou de maneira marcante, seguindo as pegadas e os exemplos dos artilheiros de outrora.

Um Decreto de 23 de março de 1932, assinado pelo Chefe do Governo Provisório do Brasil, considerando que o atual 5º RAM, com parada na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é o sucessor do Corpo e 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, sendo assim o decano da Artilharia de Campanha, concedeu-lhe a denominação de "Regimento Mallet", nome do seu grande comandante e o Estandarte da Unidade, no qual figuram, com letras douradas, os nomes das memoráveis batalhas em que tomou parte, na Guerra do

Paraguai e dois canhões cruzados La Hitte, símbolo da Artilharia revólver de Mallet, na gloriosa batalha de Tuiuti.

Periclitando a soberania da Nação Brasileira, em 1944, um contingente do 5º RAM, integrando a Força Expedicionária do Brasil, rumou para os campos da Itália, onde, representando o velho "Boi de Botas", combateu heróicamente as forças do Eixo Roma-Berlim, unido na exaltação da mesma fé e decidido viver para a Pátria ou morrer por Ela.

Atendendo aos imperativos da época atual, nova metamorfose se processou. A 1 de janeiro de 1951, o já tão conhecido nome do 5º Regimento de Artilharia Montada fenecceu. Tal como um velho rei vitorioso de mil campanhas, cede lugar ao filho, não por sentir-se menos rei, todavia, mas por ver nêle a mocidade, onde se deposita sempre a esperança de um povo. Morre, portanto, aquele e surge, no seu lugar, o 3º Regimento de Artilharia Auto Rebocado. Vemos agora o motor substituindo ao cavalo, assim como este fizera outrora, ocupando o lugar do velho boi, nas lanças dos indômitos canhões. Amanhã talvez, em consequência da marcha implacável do tempo, desaparecerá a denominação de 3º Auto Rebocado, porém jamais deixará de existir o Regimento Mallet, símbolo da Artilharia de Campanha, revivendo nossos

ancestrais que morreram nos campos de luta, para que hoje vivamos livres e independentes. Eles descansam sob o solo dos Pampas varrido pelo minuano, enquanto os artilheiros do presente, abraçados aos seus canhões, velarão pelas suas tradições e pela grandesa do Brasil.

AUSTIN

O LIDER
DOS CARROS
DE SUA
CLASSE

◀ PROPAC ▶

AV. OSWALDO CRUZ, 95



OLARIA E BARREIRA

FORNECE-SE A DOMICILIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

LUCIANO MARQUES

CAMINHO DE ITAOCA N. 1.086 — TELEFONE 30-4616

ASPECTOS DA GEOGRAFIA FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL

Nota da Redação. — As notas que se seguem são excertos da conferência sobre a geografia militar, proferida pelo então Ten.-Cel. LELONG, hoje General, na E.E.M.

Embora fixando aspectos muito gerais e evidentes a quem olhe uma carta do Rio Grande, pode este estudo servir como esquema para um desenvolvimento mais minucioso e completo. Limitando esta transcrição às características geológicas, orográficas e hidrográficas, atendemos ao apelo de alguns interessados nesses estudos, mesmo porque, a parte relativa a geografia econômica já carece de atualidade, passados que são trinta anos da época em que aquela conferência foi publicada.

A) GEOLOGIA

"Em conferência anterior, dedicada à Geologia, vimos em que regiões do Brasil se encontram os terrenos pertencentes aos diferentes períodos da história geológica. É notável, sobretudo, a presença desse imenso maciço arqueano que se estende desde a Guiana até o sul do país, somente interrompido pela vasta calha do Amazonas.

Esse bloco arqueano deve ter sido submetido, num dado período, a um movimento geral de soerguimento, na parte E. e S.E., contemporâneo, sem dúvida, e provavelmente conseqüente, da depressão do Atlântico, dando origem à formação das eminências consideráveis que constituem as serras do Leste brasileiro.

A parte N.E. do Rio Grande do Sul marca a extremidade S. desse soerguimento, região onde o maciço arqueano mergulhava no mar secundário que, avançando do sul, cobria a maior parte da Argentina e do Uruguai e penetrava, como um largo golfo, até à "Costa da Serra".

Mas, como anteriormente a esse soerguimento, ou porque este se produziu progressivamente e por acidentes sucessivos, o mar primário banhava, desde muito, as bordas desse maciço, encontram-se na sua margem sul formações da era permiana, caracterizadas, particular-

mente, pelas jazidas carboníferas do baixo Jacuí.

A presença do mar secundário na parte O. e S. do Rio Grande, manifesta-se, ao contrário, pela existência de estratificações regulares, e geralmente horizontais, da idade triásica, constituídas de arenitos (grés) dando nascimento às terras férteis.

As margens arqueanas não terminavam, aliás, bruscamente, na região assinalada atualmente pelo limite S. do planalto. Mergulhando nas águas, em declive suave, alteava-se noutros pontos, formando ilhas, cujos vestígios são ainda aparentes, como afloramentos cristalinos, na parte S., particularmente na Serra do Herval, na Serra dos Tapes, e que se prolongam para o S., através os territórios do Uruguai, até à depressão do Prata, onde desaparecem completamente.

Entim, e para completar esse quadro geológico, cumpre assinalar as formações quaternárias, produto de erosão relativamente recente, que bordam as margens do Uruguai, e se estendem também pelo litoral, numa faixa arenosa, por vezes interrompida, aqui e ali, por ilhas separadas do oceano.

Desse esboço de conjunto, que concluímos tirar do ponto de vista militar?

São interessantes e variadas, primeiro, e sobretudo, pelo aspecto

topográfico, no que tange ao modelado de conjunto do terreno.

A erosão atuou, com efeito, de maneira tanto mais completa e eficaz quanto, dum lado, trabalhou por tempo bastante longo e, por outro, desgastando terrenos mais friáveis e menos permeáveis.

São compreensíveis, imediatamente, as razões da queda abrupta da Serra do Mar, do lado do oceano, contrastando com o caráter acidentado da parte central e ocidental do planalto, submetida, desde longos séculos, aos esforços dos agentes de erosão, atuando num solo cristalino e perfeitamente impermeável.

Compreender-se-á, também, o caráter ondulado da região meridional, a "campanha", onde o escoamento das águas modelou essa topografia de colinas suaves, verdadeiras colinas da Arcádia, no dizer de Elysée Reclus, que as comparou às vagas dum oceano ligeiramente agitado.

Desperta a atenção, enfim, desde o começo deste estudo, o antagonismo impressionante que existe entre as três grandes regiões naturais do Rio Grande: a Serra, a Campanha e o litoral.

A essas três grandes regiões geológicas correspondem, como veremos a seguir, características muito diferentes, em primeiro lugar, do ponto de vista físico; quanto às condições da existência e, particularmente, quanto ao problema da água; enfim, no que respeita à riqueza agrícola e industrial e, por conseguinte, às condições diversas de povoamento e de exploração.

B) OROGRAFIA

O que ficou dito no capítulo anterior revela qual deve ser o aspecto orográfico geral da região, consequência imediata de sua constituição geológica.

A N.E., o prolongamento da Serra Geral borda em largo trêcho a costa E. do Brasil, penetra no Rio Grande, inflete francamente para O., com o nome de Serra do Mar, forma o limite S. do planalto que, em declive contínuo, vai-se abaixando para O., até às margens do Uruguai.

Nesse planalto, formaram-se grandes ondulações, resultantes da erosão que, pouco a pouco, corroeu os terrenos vizinhos, as quais separam as diferentes pequenas bacias dos afluentes do Uruguai, dum lado, e do Jacuí de outro.

Ao S. desse planalto, uma depressão profunda, orientada E.-O., e marcada pelos cursos do Jacuí e do Ibicuí, dá a quem vem do sul a impressão dum ressalto abrupto, duma "falaise".

Depois, na parte meridional, estende-se numa vasta planície apenas dobrada por algumas coxilhas, ondulações igualmente orientadas de E. para O., muito pouco pronunciadas. Transposta a fronteira do Uruguai, o mesmo aspecto se reproduz até ao Rio da Prata.

Consequências do ponto de vista militar:

1º) Desde logo, esse obstáculo, entre o mar e o planalto, constituído, na parte N.E. pela Serra do Mar, canaliza os movimentos, quer a oeste pelo planalto, quer a leste pela costa, não facultando grandes possibilidades de ligação entre esses dois grandes eixos;

2º) A maioria das ondulações orientando-se E.-O., isto é, podendo constituir obstáculos, ou de se prestarem a uma organização defensiva face ao inimigo vindo do sul, nenhum valor apresentam contra o inimigo que se apresentar do lado do oeste.

Desse lado, e para encontrar uma posição favorável, seria necessário recuar até a grande ondulação denominada Coxilha Grande, que separa as bacias do Jacuí e do Uruguai, aliás percorrida em grande extensão pela única via férrea que liga o centro do Brasil à sua província meridional, a S. Paulo-Rio Grande.

Nas proximidades da fronteira só existe uma ondulação orientada N.-S., susceptível de ser utilizada como posição defensiva face a O., mas está situada além do Uruguai, no território argentino das Missões, onde a Sierra del Iman, que forma o divisor das águas entre as bacias do Uruguai e do Paraná, desenhava sua linha rígida até à fronteira de Santa Catarina, onde se

expande em dois ramos divergentes.

3º) Importância, nessa campanha relativamente descoberta, essas ondulações e esses pontos culminantes;

— dum lado, influem nos movimentos de tropas, porque permitem, seguindo-as, evitar a transposição de rios, operação sempre delicada, e podem, até certo ponto, servir de máscara a esses movimentos, contra as vistas dos observatórios terrestres;

— doutro lado, e conseqüentemente, constituem observatórios elevados, dos quais se descortinam grandes extensões do terreno, podendo, por conseqüente, facilitar as operações de exploração e de direção das operações.

A História demonstra, aliás, com que cuidado, durante as operações que se desenrolaram nessa região, os pequenos exércitos que se defrontavam evitavam perder as vantagens que lhes proporcionava a posse desses pontos elevados (operações de 1827, preliminares da batalha do Passo do Rosário).

C) HIDROGRAFIA

Do ponto de vista hidrográfico, o Rio Grande do Sul apresenta-se como um grande quadrilátero rodeado de água por três lados, (Uruguai ao N. e a O.; Oceano e Lagunas a E.), e dividido ao meio pela calha E.-O., por onde correm os cursos opostos do Jacuí e do Ibicuí, apenas separados pela Coxilha do Pau Fincado.

Desçamos a alguns pormenores.

Do lado de O., os diversos afluentes da esquerda do Uruguai mergulham profundamente na coração da região, seguindo cursos mais ou menos paralelos, orientados E.-O., cujas cabeceiras se situam, de maneira geral, nas vizinhanças da Coxilha Grande que, por sua vez, é também paralela ao rio em toda a extensão situada ao N. do fôssó Ibicuí-Jacuí.

A medida que se avança para o sul esses afluentes da esquerda do Uruguai crescem de importância até ao Rio Negro, que drena grande

quantidade de águas do território da República Oriental.

A mesma direção E.-O., de maneira geral, seguem os tributários da vertente oriental, o Jacuí, o Camaguiã e o Jaguarão, bem como os pequenos rios costeiros do território do Uruguai.

Somente os afluentes da esquerda do Jacuí tomam uma direção francamente N.-S., penetrando no âmago do altiplano do N.E. rio-grandense para ir buscar suas nascentes na parte da Coxilha Grande orientada para E.

Qual a importância desses diferentes rios, do ponto de vista militar?

Sabemos que, hidrograficamente, as questões a estudar devem versar:

- a) As águas consideradas como meios de comunicação;
- b) As águas consideradas como obstáculos;
- c) As águas consideradas como necessidade vital.

1º) *As águas como meios de comunicação* — Sob esse aspecto, o Rio Grande, de maneira geral, está pródigoamente dotado. Sem dúvida, as corredeiras do baixo Uruguai (e, particularmente, o Salto Grande) não permitem utilizar essa artéria internacional como via de comunicação, até sua foz no Rio da Prata. Entretanto, na parte que borda o Rio Grande, o rio é navegável em parte de seu curso, até Porto dos Garruchos; seu afluente, o Ibicuí, pode ser remontado até Cacequi, e o Quareí, numa parte de seu curso. Convém, entretanto, assinalar, no que tange ao Uruguai e ao Ibicuí, as cheias importantes que podem modificar, notavelmente, as possibilidades de percurso.

Quanto à bacia oriental, suas condições de navegabilidade resultam, sobretudo, da presença das lagunas (Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim) respectivamente de 260 e de 245 km de comprimento, ligadas pelo Rio S. Gonçalo, este com perto de 270 km; formando dessa maneira, um conjunto navegável de cerca de 800 km de desenvolvimento, ao qual se deve acrescentar

as embocaduras do Jaguarão e do Camaquã.

Mas, não é tudo ainda, porque, na extremidade N. da Lagoa dos Patos, vem desembocar o largo estuário do Guaíba, desaguadouro das águas do Jacuí e de seus afluentes, o que permite, às embarcações, acesso ao interior das terras, dum lado, pelo Jacuí até à altura de Cachoeira, e doutro, pelos seus afluentes da esquerda, até o interior da zona colonial pelo Taquari, Cai e pelo rio Sinos.

Que soberba via navegável surgirá no dia em que for executado o projeto da ligação de Porto Alegre a Torres pelo canal que utilize as águas do Gravataí, das lagoas dos Barros, dos Quadros e Itapeva! Que vantagem, em particular, do ponto de vista militar, de ter essa via de comunicação ininterrupta, do N. ao S. do Rio Grande, tanto quanto possível, a coberto de qualquer tentativa inimiga, que partisse do interior do Continente!

2ª) As águas como obstáculo — O que ficou dito a respeito da direção geral das ondulações do terreno, a propósito da orografia, mostra, *a priori*, que a maioria dos rios do Rio Grande (afluentes da esquerda do Uruguai ao N. do Ibicuí, e rios costeiros), se podem constituir linhas sucessivas de defesa, face a um inimigo que viesse do Sul, nada representam, ao contrário, contra um adversário que marchasse de Oeste. Mais do que isto, seus vales largamente abertos, e a navegabilidade de alguns, facilitariam os empreendimentos dum adversário que houvesse transposto o Uruguai.

Ao S. do Ibicuí, entretanto, os afluentes da esquerda deste rio, orientados todos N.-S., de maneira geral, poderiam prestar-se para retardar um inimigo vindo de Oeste. Notadamente, o vasto vale aberto pelo rio Santa Maria e seus afluentes forma, à frente do anteparo da Coxilha Grande (parte S.), um largo fôssco cuja transposição seria ainda dificultada pela presença de terrenos pantanosos que limitam as zonas de livre percurso.

Quanto ao Uruguai, em si, que valor representa como obstáculo?

Esse "Rhenô brasileiro", expressão dum nosso geógrafo militar, bem justificada pelo papel que representou no decurso da história militar brasileira, não será capaz de deter um adversário decidido, notadamente por causa da insignificante elevação da margem oriental, onde o planalto, por assim dizer, vem morrer nas águas do rio, e porque as ilhas e os rochedos que o atravancam reduzem-lhe a profundidade em vários trechos.

É somente nos períodos de grandes cheias que o rio constitui uma barreira dificilmente transponível. Dêsse lado, como já foi dito, as linhas de defesa só se apresentam na outra margem do Uruguai para qualquer adversário que se utilizasse das linhas sucessivas de territórios mais ou menos inundados da margem direita do Aguapeí e da Laguna Iberá.

No decorrer de operações que se desenrolassem, porém, no próprio interior do território riograndense, as diferentes linhas d'água que acabamos de mencionar (afluentes do Uruguai, Jacuí e afluentes, rios costeiros) constituiriam obstáculos sérios para a manobra de efetivos importantes, sobretudo nos períodos de cheias.

É, por conseguinte, um problema que deve preocupar desde o tempo de paz, no sentido de aparelhar as diversas unidades do Exército de todos os meios de transposição indispensáveis. Problema tanto mais complicado quanto, se na parte N. e montanhosa do planalto, parece possível encontrar facilmente e a pequena distância, a madeira necessária à construção de passarelas e pontes, em contraposição, na parte S., a "Campanha" completamente descoberta, é desprovida de material adequado, que só poderá ser obtido a custo de transportes longos e, por vezes, difíceis.

3ª) Quanto ao problema da água necessária à alimentação dos homens e dos animais, parece facilmente solucionável em certas regiões bem regadas do território; mas, para evitar deslocamentos e transportes fatigantes, devem ser tomadas as providências para o aprovisionamento sem percursos inúteis.



GENERAL ÁLVARO PRATI DE AGUIAR

SÍNTESE BIOGRÁFICA E TRAÇOS DE SUA PERSONALIDADE

NOTA DA REDAÇÃO — A Redação desta Revista, ao publicar a síntese biográfica do General Álvaro Prati de Aguiar, presta não só uma justa homenagem à memória daquele que foi um dos mais completos soldados do nosso Exército, quer sob o ponto de vista profissional, quer sob o ponto de vista moral, como o apresenta como um exemplo no qual poderão se inspirar as jovens gerações que integram o quadro de oficiais das nossas Forças Armadas.

NASCIMENTO E FILIAÇÃO

Nascido em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, a 8 de fevereiro de 1899, era filho do Marechal Graduado reformado Honório Vieira de Aguiar e de D. Angela Prati de Aguiar.

INGRESSO NAS FILEIRAS — PREPARAÇÃO PROFISSIONAL

Assentou praça na Escola Militar do Realengo a 1 de março de 1916, tendo, antes, feito os estudos secundários no Colégio Militar do Rio de Janeiro, como 1º aluno de sua turma e ascendido ao posto de Comandante aluno, no último ano do Curso.

Na Escola Militar, fez o Curso correspondente ao Regulamento de 1918, obtendo o 1º lugar em sua turma, composta de 49 alunos.

Em 1922, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, logrando uma brilhante classificação em 2º lugar.

Mais tarde, no decurso dos anos de 1923 e 1925, seguiu o Curso de Categoria A da Escola de Estado-Maior, conquistando mais uma honrosa colocação em 2º lugar e a menção "Muito Bem".

Devido ao destaque e à eficiência revelados nesse alto Instituto de Ensino, foi logo indicado pela então Missão Militar Francesa para, na mesma Escola, desempenhar as funções de Professor estagiário de Tática de Artilharia.

No ano de 1937, quando exercia, como Major, o Comando do Forte de Copacabana, foi matriculado no Curso de Artilharia e Defesa de Costa, Categoria B, que funcionava no então C.I.A.C., concluindo-o, igualmente, com grande êxito.

EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES MILITARES

Em sua carreira militar, que abrangeu cerca de 33 anos de serviço, jamais se consagrou a quaisquer atividades fora do Exército. E estas atividades foram exercidas com invulgar continuidade, pois que nunca gozou de qualquer licença que implicasse em seu afastamento das fileiras.

As funções que, sucessivamente, desempenhou, não considerados os períodos de estudos nos Institutos Militares de Ensino por que passou, podem ser assim resumidas:

Inicialmente, terminado o Curso da Escola Militar, serviu no 1º Re-

gimento de Artilharia Montada (Vila Militar), durante os anos de 1920 e 1921, quer como Comandante de Secção, quer como Comandante de Bta. e Ajudante do Regimento, interinamente.

Em janeiro de 1931, passou a exercer as funções de Adjunto do Estado-Maior do Exército e, a partir de dezembro de 1932, foi, cumulativamente, designado Auxiliar de Ensino, na Escola de Estado-Maior, no Curso de Estado-Maior e Serviços.

Em junho de 1933, afastou-se do E.M.E. para exercer exclusivamente as funções de Professor Adjunto do Curso de Estado-Maior e Serviços, tendo em vista a sua ul-



Fig. 1 — O Gen. Prati, como Comandante da então Escola Militar de Rezende, por ocasião da cerimônia da Páscoa dos Militares, em 1947

terior capacidade e eficiência como substituto do professor francês.

Em abril de 1934, como Major, foi nomeado Adido Militar junto à Legação do Brasil na Colômbia, cargo que efetivamente desempenhou entre junho desse ano e setembro de 1936.

Em outubro do mesmo ano, finda a sua missão naquele país, regressou ao Brasil e, em janeiro de 1937, assumiu as funções de Comandante do 3º G.A.C. e Forte de Copacabana, comissão para a qual foi no-

Grupo, a fim de exercer as de Comandante do 2º G.A.C. e Fortaleza de São João, para onde fôra transferido, comando esse no qual esteve à testa entre aquela data e a de 4 de março de 1942.

Por Decreto de 9 de janeiro desse último ano, foi designado para o E.M. da 9ª Região Militar, havendo exercido as funções de Subchefe entre 27 de março e 10 de maio de 1942 e as de Chefe interino do E.M.R. entre esta última data e 11 de maio de 1943.

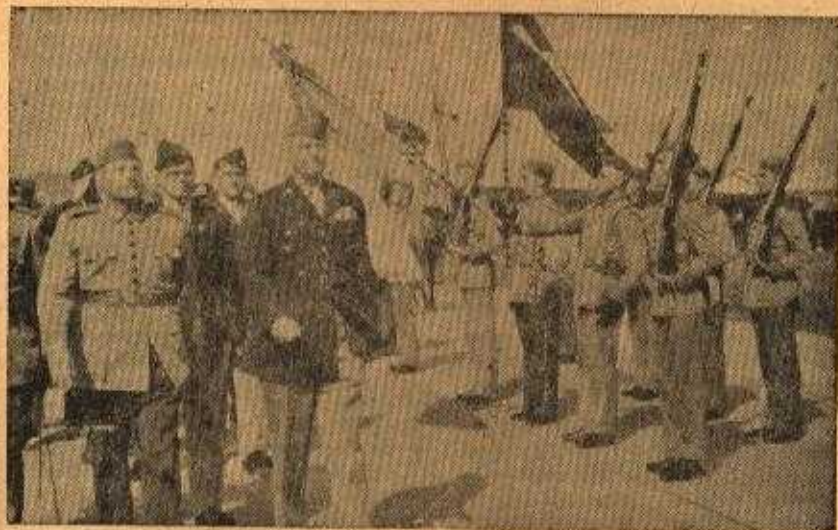


Fig. 2 — O Corpo de Cadetes ao ser passado em revista, quando da visita do General Morris, Chefe da Missão Militar Americana

meado por decreto de 31-XII-936.

Em 18 de abril de 1938, deixou o comando do Forte de Copacabana, a fim de assumir a Subdiretoria do Ensino do então C.I.A.C., comissão que exerceu até 31 de janeiro de 1939.

Em 4 de fevereiro de 1939, assumiu as funções de Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, tendo-as exercido até 25 de setembro de 1939, data em que retornou à tropa, como Comandante do 1º Grupo de Artilharia de Dorso.

Em 19 de janeiro de 1940, deixou as funções de Comandante desse

Por Decreto de 30 de abril de 1943, foi nomeado Comandante do Grupamento de Leste, comissão que assumiu em data de 17 de junho de 1943 para, pouco depois, ser transferido para o Comando do Grupamento de Oeste, por Decreto de 23 de julho de 1943.

Promovido a General de Brigada, quando no exercício dessa última comissão, contando 47 anos de idade, confiou-lhe o Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, então Presidente da República, o Comando da ex-Escola Militar de Rezende, por Decreto de 5-XI-946.

Decorridos 1 ano e 3 meses desde que assumira a direção daquele alto e tradicional Instituto de formação de oficiais, quis o destino interromper o curso radiante de sua carreira, roubando-lhe inopinadamente a vida, no mesmo dia em que completava o seu 49º aniversário natalício (8-II-948), vitimado por uma súbita afecção cardíaca.

Esses diversos períodos de atividades militares se repartem, globalmente, da seguinte forma:

- Funções de Estado-Maior, cerca de 18 anos;
- Funções na Tropa, cerca de 7 anos, dos quais 4,5 anos à testa de Comandos de Unidades de sua arma.

Não se contam na vida militar do Gen. Prati de Aguiar períodos de trabalho em funções burocráticas. Seu concurso ao Exército se caracterizou, exclusivamente, pelo desempenho de funções de Estado-Maior ou na Tropa.

ELOGIOS

Consta em sua fé de ofício grande número de honrosos elogios individuais, alguns dos quais atribuem excepcional destaque ao modo porque se conduziu no desempenho das funções que lhe foram conferidas, quer de Estado-Maior, quer na vida de Caserna.

Vale ressaltar a forma pela qual a sua personalidade foi apreciada, em 1929 pelo Cel. Baudoin, que orientava os estudos militares na Escola de Estado-Maior do Exército, como um dos representantes da Missão Militar Francesa:

"... Oficial de futuro, deve ser elevado aos mais altos postos no interesse do Exército Brasileiro."

A 25 de novembro de 1936, o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército assim se expressou:

"Louvo o Major Álvaro Prati de Aguiar, que acaba de deixar o cargo de Adido Militar junto à Legação da Colômbia, pelo modelar desempenho que deu a essas funções, confirmando assim

o conceito de oficial de Estado-Maior brilhante, dedicado e perfeito, grangeado em suas anteriores comissões. Esse oficial agiu no estrangeiro com o maior tato e patriotismo, enquadrando os seus deveres e iniciativas, rigorosamente, no espírito das instruções que recebeu, pois alla aos seus atributos a mais completa disciplina mental."

A 20 de abril de 1938, foi público o seguinte louvor, feito pelo Sr. Comandante do D.D.C.:

"O Comandante do Grupamento de Oeste já transmitiu a seus comandados as razões pelas quais todos lastimam o seu afastamento do Comando da nossa mais importante fortificação de costa. Como Comandante do Distrito e Inspetor da Defesa de Costa, não poderia deixar passar, sem uma apreciação justa e merecida, o brilho invulgar de seu Comando. Realmente, o Major Prati de Aguiar, durante o espaço de um ano em que esteve à frente do Forte de Copacabana, servido por uma plêiade de oficiais que ele soube aproveitar sábiamente e orientar, realizou uma série de trabalhos notáveis, qualquer deles bastante para destacar o seu Comando e marcá-lo como dos mais eficientes que aquele Forte tem tido. Assim é que foram por ele estudados a fundo e apresentadas soluções sobre o problema do aquartelamento dos novos efetivos do Forte; as medidas a serem tomadas para o aumento de velocidade de tiro de seus materiais; sobre as usinas geradoras de força e luz para o forte; ampliação da rede de sinais geodésicos em torno do Forte, para facilitar a orientação dos canhões e órgãos de direção de tiro; o problema relativo à invasão pela água, na cúpula de 190 mm e, finalmente, o estudo sobre a defesa imediata da fortificação, apresentando uma completa documentação e realizando uma demonstração concreta das medidas tomadas. Sob o seu Comando, realizou o Forte, pela primeira

vez, um tiro noturno sobre alvo rebocado e o fez, com completo êxito; o acionamento em conjunto de todos os órgãos de direção e execução do tiro de Grupo, em exercícios e demonstração de tiro simulado e tiro real.

Apesar de sobrecarregado com tais problemas, matriculou-se no Curso de Oficiais Superiores do C.I.A.C., onde fez brilhante figura, auringo a maior e melhor soma de conhecimentos junto aos nossos mestres da Missão Americana. Outra cousa não era de esperar do Major Prati, farta-

nesta fase de renovação e sadio entusiasmo pelo impulso creador que lhe trouxe a Missão Militar Americana, tudo espera de sua inteligência, de sua dedicação e de seu valor profissional."

A 14 de setembro, foi público ter sido elogiado pelo Sr. Gen. Rodney Smith, Chefe da M.M.A., nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Ministro da Guerra. Ao partir do Brasil, desejo vivamente recomendar a V. Excia., o Subdiretor do Ensino do Centro



Fig. 3 — Serviço religioso por ocasião das Manobras realizadas em 1947 pela ex-Escola Militar de Rezende, vendo-se o Capelão militar da Escola, Cônego Marcial Muzzi e, à sua retaguarda, a oficialidade presente, à cuja testa se encontra o Gen. Prati.

mente conhecido no Exército como profissional de elite, brilhante oficial de Estado-Maior, trabalhador infatigável e um companheiro possuidor de melhor conceito como oficial de caráter ímpoluto e de elevada moral. Tais qualidades que o apontaram para o alto cargo que agora vai exercer são o penhor dos ótimos serviços que por certo, prestará à sua classe e, em particular, à Artilharia de Costa que,

de Instrução de Artilharia de Costa, Major Alvaro Prati de Aguiar. É um oficial da mais alta inteligência, perseverança e eficiência. Trabalhador consciencioso e infatigável, com esclarecido senso do dever. Predigo que atingirá alto posto na profissão das armas que escolheu. Nos meus últimos meses aqui no Brasil, sua cordial e efetiva cooperação foi de inestimável auxílio. É o homem adequado ao

lugar e sinto que a direção do ensino do Centro de Instrução de Artilharia de Costa não poderia estar em mãos mais eficientes."

A 4 de abril de 1940, foi transcrita, na íntegra, a seguinte nota ministerial:

"Recebi, com prazer, um ofício firmado pelo Sr. Gen. Kimberley, em que se manifesta muito bem impressionado pela demonstração da instrução, revelada em brilhante cerimônia militar pela Tropa da Fortaleza de São João, em seus diferentes aspectos técnicos e de conjunto, tudo sob a direção de seu Comandante, o Ten.-Cel. Alvaro Prati de Aguiar. Não hesitou o ilustre General Americano em afirmar jamais haver visto corpo de tropa, em

país algum, revelar tal grau de instrução, em tão curto espaço de tempo, pois é de poucos meses o comando desse oficial superior na referida Fortaleza. Por essa razão, deveis tornar pública a satisfação que sinto em transcrever a opinião do Sr. Gen. Kimberley em relação à marcha da instrução dessa Unidade do 1º Distrito de Costa da 1ª R.M."

PROMOÇÕES E PERMANÊNCIA NOS DIFERENTES POSTOS

Todas as promoções do General Prati aos postos superiores verificaram-se pelo critério de merecimento.

As datas de suas promoções com as respectivas durações de permanência, nos diferentes postos, foram as seguintes:

	PROMOÇÕES	PERMANÊNCIA
Asp. a Of.....	17-XII-918	1 a. e 13 d.
2º Tenente.....	30-XII-919	1 a. e 15 d.
1º Tenente.....	5- I-921	2 a. 1 m. e 4 d.
Capitão.....	9- II-923	10 a. 1 m. e 27 d.
Major.....	6- IV-933	5 a. e 5 m.
Tenente-Coronel.....	7- IX-938	4 a. 7 m. e 8 d.
Coronel.....	15- IV-943	3 a. 6 m. e 15 d.
General de Brigada....	29- X-946	1 a. 3 m. e 8 d. (vivo) 3 a. 1 m. e 25 d. (falecido)
General de Divisão....	2- IV-951	Promovido "post-mortem", nos termos da Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, por haver prestado serviços em zona considerada de Guerra, durante o período de 1942-45.

CONDECORAÇÕES, MEDALHAS E COMENDAS COM QUE FOI DISTINGUIDO

"Comendador da Ordem do Mérito Militar" (Decreto de 27 de junho de 1947).

"Medalha Militar de Ouro" de bons serviços (Decreto de 9 de maio de 1947).

"Medalha de Guerra" (Decreto de 29 de junho de 1946).

"Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra" da República Francesa (Decreto de 12 de abril de 1934).

"Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz" (Conferida a 12 de outubro de 1945).

"Comendador de la Orden del Condor de los Andes" da República da Bolívia (Conferida em 3 de setembro de 1947).

"Oficial de la Orden de Boyacá" da República de Colômbia (Decreto de 27 de julho de 1935).

"Anel simbólico" correspondente ao "Premio al mérito" de la Escuela Militar de Paraguay (Conferido em novembro de 1947).

"Medalha de Prata do Cinquentenário da Proclamação da República" (Conferida em 30 de abril de 1940).

"Medalha de Prata da Representação Argentina ao Brasil no Cinquentenário da Proclamação da República."

FALECIMENTO

Em 9 de fevereiro de 1948, o Boletim da Escola Militar de Rezende publicou o seguinte:

"É com o mais profundo e sincero pesar que torno público o prematuro e repentino falecimento do Exmo. Sr. Gen. Álvaro Prati de Aguiar, Comandante desta Escola, ontem, dia 8.

Era S. Excia., sem favor e sem contestação, uma das mais brilhantes figuras do nosso Exército, todo honestidade e lealdade, inteiramente dedicado ao serviço da Pátria, no que se devotava com o mais acrisolado ardor, num misto de sacerdócio e apostolado. Sua Excia., que ontem completava apenas 49 anos, era uma das inteligências mais brilhantes do nosso Exército, ocupando sempre o primeiro lugar das turmas em que tomava parte, sendo ainda reconhecido como um perfeito conhecedor dos problemas da nossa Artilharia de Costa.

Aos que, com ele, conviviam, admirava e comovia pela nobreza de caráter demonstradas nas mínimas coisas; o seu profundo espírito de análise no julgar as questões; o desassombro com que anulava atos, se necessário fosse, contanto que o interesse da justiça pairasse sempre acima de quaisquer dúvidas, imprimia aos seus comandados a mais absoluta confiança e liberdade de ação, quando orientados no sentido certo.

Trabalhador infatigável, de há muito se lhe impunha, a conselho dos próprios médicos, um justo repouso, depois de afanoso ano de instrução de 1947; no entanto, S. Excia. continuava impetritamente à testa de todos os trabalhos, no incansável afã

de tudo fazer com perfeição, como era bem de seu feitio, sem medir esforços nem sacrifícios, inclusive, como foi bem o caso, de sua própria vida!

E a mim, a quem, por várias vezes, coube a honra de ser seu comandado, vem de caber o doloroso dever de comunicar a todos os que labutam nesta Casa tão infausta quão dolorosa notícia, certo, e bem certo, da grande e irreparável perda do nosso Exército e, particularmente, da Escola Militar, a cujo serviço puzera todo seu esforço, toda sua dedicação, toda sua brilhante inteligência, na busca da perfeição dos que aqui se formam, porque o Cadete era a sua única e constante preocupação". — (a) Djalma Pio dos Santos, Ten.-Cel. Cmt.

TRAÇOS DA PERSONALIDADE DO GENERAL PRATI

(na visão de seu filho Cap. Art. Jorge Alberto Prati de Aguiar)

Soldado inteiramente devotado à carreira que abraçou, foi o General Prati um militar que se impôs no seio da classe, fazendo-se respeitado e estimado por seus superiores, companheiros e subordinados.

Crente e profundamente entusiasmado pela sua profissão, entregava-se, com invulgar paixão e permanente interesse, aos problemas e estudos inerentes às múltiplas funções que desempenhou.

Em especial, ocupou-se do problema de Artilharia de Costa e Defesa do litoral, contribuindo com planos e conclusões da mais alta significação e importância militar.

Tendo comandado duas Unidades de Artilharia de Costa, o Forte de Copacabana e a Fortaleza de São João e os Grupamentos de Leste e Oeste, fez-se um conhecedor profundo dos problemas atinentes à nossa defesa costeira, tendo sido considerado uma das maiores autoridades nesse assunto, o que o vinha recomendando como um dos oficiais mais indicados para ocupar o alto cargo de Diretor da Artilharia de Costa. Infelizmente, a morte o surpreendeu prematura e

inesperadamente, quando no Comando da Escola Militar de Rezende, quando vinha imprimindo eficiente e acertada orientação didática e disciplinar àquele Estabelecimento. O seu futuro no generalato era considerado brilhante e incontestável, tal a gama de qualidades que tantas vezes pôs à prova, em todos os postos porque havia passado.

Como filho, nunca se lhe pôde apontar a mais leve falta; extremo e dedicado à sua querida mãe, levava-lhe sempre a sua palavra de carinho e de reconhecimento pela perfeita educação e afeição que dela recebera.

Em sua vida privada, só se contam atos e atitudes dignas, o que o fazia entre a família o conselheiro que a todos esclarecia e orientava,



Fig. 4 — Páscoa dos Militares, realizada em 1947, na ex-Escola Militar de Rezende. Ladeado pelo Gen. Juarez Távora, à sua direita e Gen. Prati, à esquerda, encontra-se o Cardeal D. Carmelo.

Se como militar foi um modelo a ser seguido, como chefe de família foi sempre um exemplo para os filhos. Nunca medindo sacrifícios para lhes dar a mais aprimorada educação, tinha sempre presente o futuro que os aguardava, entregando-se, por isso, com desvelado interesse e dedicada atenção aos mesmos, sem nunca se descuidar de os assistir, em particular, intelectual e moralmente.

Rigoroso na orientação educadora, era, porém, extremamente bondoso nas concessões e quando, vez que outra, obstava-lhes alguma pretensão, fazia-o certo de os estar auxiliando e em defesa de seus interesses futuros.

com palavras compreensivas e confortadoras.

Paciente, sereno e equilibrado, a todos brindava com sábios conselhos e aos que a ele recorriam, conduzia a procedimentos coerentes, oportunos e corretos.

Entre toda uma gama de belas qualidades de soldado e de cidadão que molduravam o seu admirável caráter, avultavam a lealdade e a honestidade profissional, em todas as ocasiões demonstradas; a firmeza e o espírito de decisão, quando face a situações que exigiam tato e habilidade; a ponderação e o raciocínio esclarecido, quando lhe cabia julgar; o espírito de justiça, quando se lhe impunha punir ou

recompensar; o senso de responsabilidade e a perfeita noção do dever e das obrigações profissionais; a cultura geral e militar aprimoradíssimas e, por todos, reconhecida; o entusiasmo invulgar e inabalável pela profissão que abraçara.

Seus comandados tinham-no como amigo e nele depositavam inteira confiança, devotando-lhe também estima, respeito e espontânea consideração, uma vez que não eram considerados simples subordinados e sim soldados iguais a ele, com menos experiência e com menor grau hierárquico e que necessitavam assistência e orientação.

Tinham-no assim como um chefe capaz, justo e trabalhador e que nunca deixava de lhes dar os mais dignos exemplos.

Apassionado pelos estudos e permanentemente devotado ao trabalho, desincumbia-se de qualquer missão que lhe era cometida com invulgar operosidade, primando por soluções inteligentes e acertadas. Sua dedicação ao serviço levava-o ao ponto de, em inúmeras ocasiões, prejudicar preciosas e reparadoras horas de descanso e, comumente, até férias regulamentares.

Austero, sério e pouco expansivo era, porém, finamente educado e agradável no trato e de todos captava as atenções pela persona-

lidade forte e dominadora de que era dotado.

Dono de fácil palavra quanto de beleza de forma na escrita, empolgava a quantos o ouviam pela fidelidade e interesse que despertavam as suas palavras, ao que se juntava um espírito franco e natural.

A solicitude e acessibilidade com que recebia aos que a ele recorriam era sempre acompanhada de provas de consideração e compreensão, nunca faltando a qualquer compromisso assumido.

Durante várias fases de sua vida em que foi estudante, fez-se merecedor de brilhantes citações e elogios, seja pela sua alta inteligência, seja pelo seu valor moral, que era a característica máxima de sua inconfundível personalidade.

Sempre conservando o porte militar, fardava-se de modo impecável, trazendo os seus uniformes permanentemente apurados e lúpidos, que deixavam ver claro o elã e o entusiasmo que devotava à sua nobre carreira.

As altas e honrosas condecorações que trazia no peito eram um justo prêmio pelos seus esforços, sempre dirigidos no sentido de bem servir ao Exército e ao seu País, e tantos foram os relevantes e inestimáveis serviços aos mesmos prestados que se consagrou, no conceito geral, como um Soldado inteiramente dedicado ao serviço da Pátria.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

APRESENTAÇÃO DE ASPIRANTES A OFICIAL — CONSELHO

Cel. NISO MONTEZUMA

Por ocasião da apresentação, às 9 hs. do dia 10-XI-951, no Salão Nobre, dos Aspirantes a Oficial da Polícia Militar do D.F. recentemente promovidos, o Cel. Niso Montezuma, Comandante Geral, leu a seguinte oração, publicada em Bol. especial:

"Srs. Aspirantes.

Omissão de inovação regulamentar deixou-vos em situação hierárquica inferior à daqueles que ainda labutam e que só daqui a dois anos e tanto poderão alcançar o que já alcançastes.

Eis porque o ato do Comandante Geral, provocando a antecipação da vossa promoção, resultou do sentimento militar e da intransigente preocupação de zelar pela fiel observância dos basilares preceitos de DISCIPLINA e de SUBORDINAÇÃO.

Infelizmente, num desses contrastes de que a vida é fértil, ao mesmo tempo que tenho a satisfação de vos apresentar os meus cumprimentos pelo êxito que alcançastes, tenho o pensamento voltado para o nosso Hospital, num leito do qual padece um de vossos colegas. O mais antigo e o mais moderno da turma, após esta reunião, juntos, deverão dirigir-se àquele Estabelecimento para — em nome deste Comando — visitar e apresentar cumprimentos ao enfermo.

Ainda que os nossos Regulamentos não prevejam qualquer solenidade especial para esta apresentação, não poderia ela transcorrer com a simplicidade dos atos de rotina.

Verdadeira cerimônia de iniciação, não admite qualquer vislumbre de moleza, de comodismo ou de

descrença, defeitos que são, de todo, incompatíveis com a qualidade militar. Deve revestir-se de formalidade vibrante, coerente com o entusiasmo e com a mística inerentes ao nosso sacerdócio que, em feliz expressão do Estatuto dos Militares — "*Não é emprego, mas profissão toda feita de abnegação e altruísmo*"...

Ser aspirante significa ter aspiração, ideal, vontade de construir, de realizar e de progredir. Para isso, muito contribuirá a educação que tiverdes recebido em vossos lares, de vez que a disciplina militar outra coisa não é do que uma particularidade da educação e da formação moral que todo indivíduo já deve ter ao alcançar o oficialato. O ajustamento à disciplina é, apenas, uma consequência dos princípios adquiridos no lar que, na realidade, é a primeira arena da virtude. Volvei, pois neste momento, o vosso pensamento agradecido para as vossas mães que souberam preparar-vos para a vida, que souberam dar-vos noção de responsabilidade para zelar pelo vosso nome e evitar as atitudes, os atos e os ambientes em que não puderdes ser acompanhados pela materna bênção.

A vossa situação é semelhante à do pombo-correio no momento em que sai da cesta: tateante, sem orientação segura. Entretanto, urge fazerdes observações próprias que vos proporcionem a flexibilidade indispensável ao trato com os homens, habilitando-vos a vos defenderdes, principalmente, da deslealdade, da baixaza e da indignidade humanas tão em voga. E, tal como os pombos-correio, precisais, rapidamente, ganhar certa altura para

que possais descortinar o horizonte, orientar-vos e tomardes rumo certo.

Já reparastes que, na revoada dos pombos, alguns, de saída, desgarram, voando em rumo errado para depois — quando não se perdem — voltarem isolados, tristes, como que envergonhados, voando lentos, em busca do rumo certo que, antes, haviam abandonado?

Pois na vida também é assim. E também não basta, de início, tomar o rumo certo; é preciso ter energia para persistir nêlo, a despeito dos escolhos que encontrar, dos frequentes e abundantes maus exemplos e na convicção de que o erro é menos tolerante com a virtude do que esta com aquêlo.

Meditai bem sobre as palavras de dois Chefes Militares por ocasião do encerramento das recentes manobras realizadas pela 1ª Região Militar.

Ao referir-se à coesão do Exército e a estar êle identificado com a sua alta missão constitucional e cõscio das responsabilidades que lhe cabem, disse o Exmo. Sr. Ministro da Guerra:

"Impõe-se, necessariamente, que tão gloriosas tradições sejam conservadas intangíveis, permanecendo comandantes e comandados em permanente vigília face a tudo que puder afetar a instituição militar, a segurança do regime e a soberania da nação.

Tão grave atitude se justifica, principalmente, no momento atual, pois interesses inconfessáveis, estranhos ao Exército, procuram sorrateiramente solapar-lhe a coesão, manipulando sutilmente a opinião pública ao sabor de propósitos ocultos, manifesta ou veladamente opostos aos mais altos designios nacionais.

Constitui dever primordial dos ilustres chefes do Exército alertar a atenção dos seus comandados, para que se mantenham inacessíveis às informações tendenciosas, conservando-se imunes à desorientação que se busca intencionalmente estabelecer, podendo,

destarte, distinguir com acerto os verdadeiros interesses do Exército e da nação.

Com muito júbilo para todos nós, vemos o Exército inibir-se da estrita mentalidade profissional, sempre preparado para repelir quaisquer influências estranhas, oriundas de paixões subalternas, seja qual for a sua origem.

Dedicados ao labor profissional, voltados aos instantes afazeres diuturnos, cumpre aos militares o permanecer indiferentes a todo trabalho suspeito ou tendencioso que vise estabelecer a política da intriga e da confusão, sem outro escopo que não o desentendimento da coesão das Forças Armadas, cuja resistência tem frustrado a obra nefasta de patricios transviados, a serviço de interesses alienígenas".

Na mesma ocasião, o Exmo. Sr. General Comandante da 1ª Região Militar disse:

"Cumprimos, diz-nos a consciência, integralmente o nosso dever. Sabemos que devemos estar preparados para os dias incertos do futuro porque, desgraçadamente para a humanidade, já se ouve, ao longe, os clarins anunciando a borrasca que se aproxima. Precisamos, pois, estar unidos, como um só homem, para que possamos salvar o Brasil.

Não há, nos dias que correm, lugar para os comodistas. Não pode, absolutamente, haver meio termo quando se trata da defesa da Pátria. Na luta que se trava entre os que defendem, desassombradamente, as instituições democráticas — que representam as aspirações e a vontade do nosso povo — e os que, cumprindo ordens de governo estrangeiro, querem atraçá-lo, empregaremos todas as nossas energias e esforços para que o Brasil continue, sem interferências estranhas, a dirigir os seus próprios destinos.

Não permitiremos que esta-
linistas, à sombra de nossa
bandeira democrática, apunha-
lem o Brasil".

Dentro desse ambiente geral, de-
veis estar alertados para a ação
daqueles que, perversamente, pro-
curam comprometer o bom nome
da nossa Corporação diante da opi-
nião pública, recorrendo a escanda-
losas publicações na imprensa, in-
clusive de capciosos mandados de
segurança em que — a par da falta
de escrúpulos revelada na invoca-
ção de fatos passados em época dis-
tanciada da responsabilidade fun-
cional do nome citado — fazem
demonstração de ignorância escre-
vendo errado o nome visado; a
boletins abjetos com que, vilmente,
tentam colocar-vos mal ante os
olhos das praças, procurando detur-
par o motivo determinante da
antecipação da vossa promoção.

Eis a grande tarefa que vos es-
pera para que possais realizar as
vossas aspirações: nesse ambiente
geral, garantir a ordem, a segu-
rança e a tranquilidade públicas,
iniciando pelo trabalho árduo e que
deve ser inexorável — de sanear o
nosso próprio ambiente.

Lembraí-vos de que, em princí-
pio, a Providência concede a cada
indivíduo uma só vez, e em regra
na mocidade, os elementos do
êxito; não dá o próprio êxito. E
da energia, perseverança e aptidão
com que cada um se utiliza desses
elementos, depende o alcançar o
êxito desejado ou o descambar para
o fracasso.

"Êxito" é palavra de origem la-
tina que significa "saída".

Há, na vida, êxitos parciais nos
empreendimentos de fins particu-
lares e êxitos subjetivos, que se me-
dem pelas aspirações dos que os
pretendem e os perseguem.

Mas há, acima desses, um êxito
total, que consiste no gozo do êxito
da vida, que é o êxito construído
na mocidade, a idade em que, na
vida, se determinam os horizontes
futuros.

Esse é o êxito cujo segredo vos
desejo revelar no vosso interesse,
no interesse da nossa Corporação e
no interesse do Brasil.

O homem, dentro de um destino
geral humano, tem um destino so-
cial particular, através a classe a
que pertence.

Nesses dois destinos se resume
propriamente a empresa da vida;
em preparar-se para conquistá-los
consiste o êxito que a mocidade
deve aspirar. O êxito humano con-
siste em chegar à maior elevação
possível da própria vida intelectual
e moral; o êxito social, para cada
indivíduo, está condicionado à ma-
neira por que ele souber elevar a
sua classe no desempenho da sua
função na sociedade. Para cada
indivíduo, o êxito social consiste
em levantar-se ao mais alto grau,
elevando consigo o conceito da
classe a que pertence.

A glória legítima é como anjo
que, descendo do mistério das re-
giões superiores, abençoa a fronte
pura daqueles que se preocupam
em fazer a beleza do seu triunfo
na grandeza da alma que aceita o es-
pírito de sacrifício e de renúncia e
condiciona o êxito ao bem servir, a
realizar e a construir; que encontra
a felicidade dedicando-se inteira-
mente a um ideal, na atividade
normal da alma como objetivo da
ação moral.

E a observância da lei do brio:

"Em todos os países cultos,
o militar é e deve ser o sím-
bolo do pundonor — pessoal e
cívico.

A abstração moral que cor-
porifica na sua pessoa a repre-
sentação da Pátria, exige dêle
que possua o ideal da honra —
porque êsse é o único estímulo
para a abnegação de que ele
deve ser o exemplo, e para o
sacrifício de que ele deve ser
a vítima — quando tanto exi-
jam dêle a segurança e a dig-
nidade da Pátria.

A própria bravura no campo
de batalha, a própria sereni-
dade em face do perigo, o seu
próprio heroísmo em face da
morte, nada mais são do que
as modalidades diversas de um
mesmo sentimento — o senti-
mento da honra.

Só é capaz de abnegação e
de sacrifício aquele que tem no

coração e no espírito o ideal supremo do pundonor.

É esse ideal só pode ser possuído pelas almas grandes e limpas.

O zelo pela própria dignidade é para todos os homens um direito; mas para os militares é um dever, porque o uniforme que ele traça é a nobre investidura do símbolo que ele representa — a Pátria armada para a defesa da sua honra e integridade.

Dessa investidura só são dignos os homens capazes de abrigarem no seu seio tão nobre sentimento e de se elevarem, pelo sacrifício de si próprios, à culminância moral de heroísmo.

Tudo quanto, por conseguinte, tende a rebaixar o moral do soldado e a reprimir ou a sufocar no seu seio o estímulo do pundonor — nada mais produzirá que não seja a degradação e o relaxamento". (De "O Paiz" de 3 de agosto de 1866 e "A Defesa Nacional" n. 381 de fevereiro de 1946).

"É hoje notória a sábia lição de Von Ihering em sua erudita obra — *A luta pelo Direito*, sobre a susceptibilidade moral e a irritabilidade legal do indivíduo conforme a classe a que pertence.

"Demonstra aí muito bem que cada indivíduo tem um *sentimento específico* que atacado, o leva a uma reação mais forte e mais enérgica. É o *sentimento das condições particulares da sua existência*, o sentimento básico e orgânico de sua classe social.

"E exemplifica: o sentimento específico do camponês é o da propriedade de suas terras; o do comerciante é o crédito; o do militar é a bravura.

"Exemplos a que se podem acrescentar, recordando que o sentimento específico do sacerdote é a virtude; do magistrado é a reintegração do direito;... e de um modo geral

— que cada indivíduo tem seu *ponto de honra*.

"Observa ainda com a maior verdade o dito autor — o *indivíduo bitola o caráter ofensivo de uma lesão pelo interesse que sua classe pode ter em não suportá-la*. "Realmente, aquele indivíduo, que contra uma agressão a tal sentimento não reagir com a maior energia específica, é um indivíduo morto para a classe a que pertence: não soube defender, em sua pessoa, a condição de *vida social dessa classe*. É um *desclassificado*"....

Vêde, então, que para bem servir, o militar deve preparar-se para apresentar-se, sempre, muito bem à opinião pública.

Assim como o estrangeiro está, sempre, representando a sua pátria, o militar está, sempre, representando a sua classe.

Eis porque, se as circunstâncias lhe apresentarem, ao mesmo tempo, um ato puramente civil e, outro, que envolva o prestígio de classe, prestigiar a esse outro é dever moral, é demonstração do consagrado *sentimento específico* que, também, se chama *espírito militar*.

Mesmo que não fosse transgressão disciplinar publicar fatos prejudiciais à Corporação ou recorrer ao Judiciário, antes de esgotar os recursos administrativos, esse *sentimento específico* se transformaria em virtude sempre que, zelando pelo conceito da Polícia Militar, houvesse lembrança de que a sabedoria popular ensina, em velho provérbio, que, "a roupa suja lava-se em casa".

Preparai-vos, pois.

Lêde e meditaí sobre o meu Boletim de Assunção de Comando.

A despeito do Manual C-21-5, em seu número 50, estabelecer que todo oficial é responsável pelo seu preparo próprio (letra b), não isenta o chefe de responsabilidade pela "preparação e instrução de seus subordinados", mesmo porque, mais adiante (letra c), diz textualmente:

"É também dever de qualquer Chefe empregar todos os

meios ao seu alcance para encorajar e auxiliar os subordinados no aperfeiçoamento de seus conhecimentos e das suas possibilidades".

E não é só. Para melhor esclarecer que o Chefe não deve deixar a formação dos seus subordinados entregue, apenas, aos seus pendores, mas que deve orientá-las no sentido das necessidades decorrentes do exercício de suas atribuições, estabelece a orientação a ser observada pelos Comandantes, quando prescreve (letra c) que

"a falta de experiência dos subordinados nunca deve levar o comando à centralização e a desobrigá-los de suas responsabilidades. A falta de experiência deverá ser removida, aumentando-se-lhes decisões e iniciativas".

Isso significa que os Comandantes devem observar, cuidadosamente, os seus comandados para obrigá-los a trabalhar e a produzir, para poderem submetê-los a regime adequado, capaz de fazer sanar as deficiências constatadas. É erro "deixar de lado" os que não merecem confiança, os relapsos e os incapazes para sobrecarregar os homens de bem, os dedicados e os eficientes, quando, no fim do mês, os do mesmo posto são iguados nas folhas de vencimentos.

Eis porque deveis ser submetidos a um regime de trabalho que permita flexionar os contraídos, estimular pendores e combater excentricidades, ajustando os temperamentos ao imperativo de servir, tudo em benefício do papel a ser desempenhado pelo oficial policial-militar.

Trata-se, pois, de adaptardes o vosso temperamento às necessidades da Corporação. Para aqui ninguém é recrutado "a pau e a corda". Todos são voluntários e, como tais, devem saber a que se destinam aqui, principalmente vós.

Eis porque inaceitável seria que vos sentísseis diminuídos por terdes de realizar uma ronda ou outra qualquer missão policial-militar.

Esse sentimento seria aceitável antes; agora, não.

É preciso compreender-se que, quando um conjunto de atividades similares adquire, na prática, suficiente importância, surge naturalmente a necessidade de reuni-las em uma Instituição, que lhes permitirá desenvolver-se na base de um sentido permanente e orgânico que não lograriam alcançar se atuassem de modo isolado e sucessivo.

O aparecimento e a evolução dessas Instituições obedecem a leis gerais que presidem ao desenvolvimento social e, em nosso caso, também às necessidades da guerra.

A nossa Polícia Militar não foge a essa regra. Criada para atender a necessidades sociais de certa época teve, também, previsto o seu emprego, nessa época, em caso de guerra.

Ninguém ignora as grandes e profundas modificações que a 1ª Grande Guerra impôs à organização e à mentalidade do nosso Exército, assim como as conseqüentes do Conflito Mundial.

Dizia o grande criminalista brasileiro, Dr. Esmeraldino Bandeira, que

"as condições de um meio e o estado de cultura de uma época modalizam o delito, plasmando-o na brutalidade primitiva ou na alicantina moderna.

"Cada aperfeiçoamento, cada época tem a sua criminalidade específica.

"Cada aperfeiçoamento, cada invento, ao lado do benefício novo que possa trazer à humanidade, traz um crime novo com aplicação ao mal desse invento e desse aperfeiçoamento".

É evidente, pois, que o meio ambiente evolui de conformidade com o progresso das sociedades trazendo, incontestavelmente, grandes e sensíveis modificações nos conflitos sociais, nos novos tipos de desajustamento social, na maneira de perpetrar os crimes, às vezes por criminosos de tirocinio internacional. Daí o se tornarem necessárias novas técnicas de administração policial.

A par disso, a Polícia Militar, em tempo de guerra, terá atribuições desde o escalão Divisionário até a Zona do Interior o que lhe traz aumento e variedade de obrigações e que, como a extensão das zonas de ação das Grandes Unidades, exigem ampliação em seus efetivos.

Deixar de reorganizá-la para a realização dessas atividades modernas seria entregá-la ao destino das coisas fora de uso. Eis a razão da reestruturação que se projeta do D. F. S. P. dentro da qual, por certo, a nossa Corporação haverá de ter lugar adequado no conjunto das nossas Instituições.

E parece que o papel desempenhado pela retaguarda, na Guerra Moderna, é de tal importância que dispensa qualquer preocupação para justificar a nobreza da missão de policiá-la e o inconveniente de entregá-la a leigos ou a policiais improvisados.

A Disciplina não consiste, apenas, em levantar-se à chegada do superior nem em lhe fazer a continência. Consiste na observância de princípios e preceitos, de regulamentos, instruções, normas e ordens.

Freqüentemente vereis, na apresentação, a infração do n. 24 do Regulamento de Continências, pela distância em que se mantém o subordinado e que deve ser a do apêrto de mão.

No tratamento entre iguais, haverá vantagem em saberdes distinguir quando estiverdes ou não em presença de subordinados. Neste caso, deveréis ter, sempre, a preocupação de dar exemplo, particularmente em presença de tropa ou escola de instrução.

Até demonstração em contrário, o superior deve ver em cada subordinado uma dignidade a respeitar e, por conseguinte, deve tratá-los com consideração, bondade e estima, sem nunca descer à familiaridade.

Usareis de ponderação e suavidade de gestos, a adaptação de linguagem e das atitudes, conforme as diversas pessoas que vos rodearem, ouvirem e observarem.

Os subordinados que vos cercam, que vos auxiliam e contribuem para o vosso bem-estar e eficiência

são colaboradores, às vezes amigos que, em sua qualidade de seres humanos, são dotados de sensibilidade.

A eles deveis falar com delicadeza e bondade, afastando do espírito a idéia de vos estardes dirigindo a entes inferiores.

Lembraí-vos de que, como Aspirantes, encontrareis entre os vossos subordinados chefes de família, alguns que têm maior número de anos de serviço do que tendes de idade, mas cujos atos tereis de fiscalizar. Se algum precisar de corretivo, deverá ser corrigido; mas não vos esqueçais dessas circunstâncias e, em consequência, da maneira que deveis tratá-lo, corrigi-lo ou agir contra ele.

Não pratiqueis contra eles atos que vos tenham desagradado, quando praticados por superior contra vós.

Não deveis, entretanto, confundir assistência com bom-mocismo prejudicial à disciplina, mesmo porque tendes a obrigação de educar, de preparar a mentalidade dos vossos instruídos e dos vossos comandados.

Tende, sempre, presente que — para o militar — a missão é impreterativa.

Se, em qualquer emergência, a folga tornar-se pequena, procurai compensá-la prestando aos vossos subordinados assistência adequada material e psicológica: cuidando da alimentação dele; proporcionando-lhe café quente fora de horas; assegurando-lhe o repouso nas horas de folga; dizendo-lhe que se trata de situação que exige dele maior esforço, etc. Mas, se em tal emergência, ele abandonar o posto, jamais tenteis justificar o crime alegando que a folga era pequena. Assim cometeréis outro crime, capitulado no C.P.M. porque, além de faltardes ao elementar cumprimento do vosso dever estareis sendo nocivo à Corporação.

Cuidai dos bens da Fazenda Nacional com cuidado maior do que dispensais ao que é vosso.

Em seu magnífico trabalho "A Educação Funcional", Claparède ensina que a nossa atividade deve

ser orientada ou exercida no sentido das nossas necessidades.

Para isso vos faço as seguintes indicações :

I — Interessai-vos, primeiro, pelos assuntos policiais-militares e, dentre esses, pelo que puderdes aplicar.

II — Oriental os vossos estudos, inicialmente, na proporção de quatro sobre a profissão propriamente dita para um sobre assuntos a ela ligados ou de cultura geral de modo que, depois de dominardes bem os assuntos atribuídos ao tenente, possais chegar à proporção de 2/1 sendo, daqueles dois, um para manutenção e aquisição de novos conhecimentos e, outro, para aquisição de conhecimentos atribuídos ao posto superior.

III — Procurai ler, diariamente, um jornal que vos informe e, semanalmente, uma Revista ; escolhei bem a ambos ; lêde-os com cuidado, sem aceitardes sem raciocínio o que vos apresentarem. Começai a lê-los pelas partes interessantes à vossa profissão.

IV — A par da educação física, que deveis cultivar com carinho, procurai aprender o espanhol e o inglês ; dactilografia, taquigrafia e direção de automóvel.

V — Iniciais vossos estudos pelo presente, esforçando-vos por compreender como chegamos ao estado atual e para o que tendemos.

VI — Esforçai-vos por possuir uma coleção completa dos nossos Regulamentos, por mantê-los, alterados, em dia, por bem conhecê-los, sempre dando preferências aos assuntos da vossa esfera de ação. Assinai uma boa Revista policial-militar.

VII — Aprimorai, sempre e cada vez mais, o conhecimento da nossa língua, esmerando-vos, em todas as oportunidades — em partes, ofícios ou no que fôr — em escrever e falar com clareza e acerto, desprezando a gíria.

Para isso procurai possuir :

1. Pequeno Dicionário Brasileiro da língua Portuguesa.
2. Um bom dicionário, atualizado, como o de Cândido de Figueiredo ou o de Caldas Aulete.
3. Uma boa gramática portuguesa como a de Eduardo Carlos Pereira.
4. "Anotações e textos errados" — de Rocha Lima.
5. "100 textos errados e corrigidos", de Hamilton e Sílvio Elis.
6. "Regras práticas para bem escrever" — Laudelino Freire.
7. A Arte da Leitura — Mário Gonçalves Viana.
8. A arte de redigir — Mário Gonçalves Viana.
9. A arte de estudar — Mário Gonçalves Viana.
10. A arte de pensar — Mário Gonçalves Viana.
11. A educação integral — Mário Gonçalves Viana.
12. Faze Assim — Cmt. Frederico Vilar — Biblioteca Militar.
13. Boas Maneiras — Carmen D'Ávila.
14. O Moço educado — Monsenhor Tihamer Toth.
15. O Moço de caráter — Monsenhor Tihamer Toth.
16. O Alcool — Monsenhor Tihamer Toth.
17. O Fumo — Monsenhor Tihamer Toth.

VIII — Procurai conhecer o Distrito Federal sob todos os aspectos : histórico, geográfico, econômico, político e social.

"O Policial-Militar deve ser um exemplo de disciplina, de cumprimento do dever, de correção de atitudes militares, de cortesia e de boa apresentação pessoal" (Manual C-100-10, n. 42).

A todos o Comandante Geral deseja feliz carreira".

SANGUE NOVO NA INDÚSTRIA DO CARVÃO

O PLANO NACIONAL E A SITUAÇÃO DAS EMPRESAS MINERADORAS

CORONEL IRAPUAN XAVIER LEAL.

A indústria carbonífera nacional, que vem atravessando ainda uma grave crise, prepara-se para receber das autoridades governamentais o amparo pelo qual há muito vem clamando, consubstanciado no "Plano Nacional do Carvão", de autoria do Engenheiro Mário Pinto. Esse plano, iniciado no governo anterior, foi estudado e refundido no atual governo e submetido, após, ao Congresso Nacional; prevê, em conjunto, a aplicação de uma verba de Cr\$ 735.000.000,00 em empreendimentos destinados às atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição aos consumidores, além da concessão de financiamentos, mediante certas condições, para mecanização do trabalho nas minas, assistência social aos mineiros e para estímulo às indústrias novas, subsidiárias da indústria do carvão (ácido sulfúrico e enxofre). O plano do carvão tem a sua realização prevista em cinco anos, até 1956. Na situação atual das empresas mineradoras e dos mercados do carvão, ele se apresenta como uma tábua de salvação, como uma grande esperança para minorar a crise carbonífera. Os quatro Estados produtores do Sul, em particular os dois mais importantes — Santa Catarina e Rio Grande, confiam em melhorar a sua situação.

Quanto a esse plano represente, de fato, um grande trabalho dos técnicos dos Departamentos especializados, estarão as suas diretrizes e medidas propostas em acordo

com as necessidades atuais e futuras da indústria do carvão e das regiões mineradoras? Antes de responder a essa pergunta, torna-se necessário frisar que amparar a indústria do carvão, implica em amparar o homem que extrai o carvão, o mineiro, e, amparar o mineiro, implica em dar-lhe melhores salários, assistência social, maternidades, escolas, hospitais, diversões para si e seus filhos, o que, em resumo, é, também, amparo para a região onde vive. As regiões carboníferas, é preciso que se note, vivem quase que em função do carvão; este elemento — o ouro negro — com a riqueza que proporciona, é que lhes poderá dar os meios necessários para movimentar o seu mecanismo social e econômico, a agricultura e o comércio incluídos.

Vejamos até que ponto o Plano Nacional do Carvão pretende atender a esses reclamos. Tomemos, para exemplo, a situação da indústria em Santa Catarina, Estado maior produtor e que está na dependência mais acentuada de mercados distantes e de medidas protectionistas do Governo Federal.

A) SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS

As empresas mineradoras de carvão, todas constituídas de capital particular, com exceção apenas da Cia. Siderúrgica Nacional (C.S.N.), que minera em Siderópolis, atravessam uma grande crise; sem lucros, com o pagamento das gratificações aos empregados em atraso,

compenhadas nos Bancos, com avultados juros a pagar, apenas podem manter em dia os salários dos Diretores, Engenheiros e mineiros com o dinheiro que recebem da C.S.N., proveniente da venda da cota obrigatória de carvão é com o pagamento das vendas a alguns mercados particulares.

Os maiores compradores de carvão — mercados oficiais — autarquias e empresas do governo, compram mas não pagam (Lloyd Brasileiro, E.F. Central do Brasil, E.F. Leopoldina — Rede Mineira de Viação).

A dívida dessas organizações já atinge, no total das Empresas mineradoras do Sul, a Cr\$ 200.000.000,00.* Em consequência disso, em Santa Catarina, as empresas foram obrigadas a sacar nos Bancos, por conta, pagando juros que não serão reembolsados. Por outro lado, a C.S.N. que obriga as empresas a entregar uma quantidade certa para Volta Redonda — (40.000 T.) (Decreto do Governo — 1946) vem pagando até hoje, a Cr\$ 150,00, a tonelada de carvão, na base de 34 % de cinzas, remuneração muito aquém do justo valor, se considerarmos, que, da data do Decreto estipulador do preço à data atual, o preço da tonelada de carvão extraída das minas já foi agravado com o pagamento aos mineiros do repouso remunerado, com o encarecimento da maquinária, da mão-de-obra e, de um modo geral, de todas as utilidades. As empresas dificilmente obtêm este preço de Cr\$ 150,00/ton. em face do carvão normalmente apresentar teor superior em cinzas. Assim, os fatores acima mencionados e mais a alta dos fretes marítimos, elevadas despesas portuárias, alto preço da energia elétrica fornecida pela usina da Cia. Siderúrgica Nacional de Capivari, são a causa da má situação financeira das empresas, que se vêm na contingência de não tomarem iniciativas de mais emprego de capital, não obstante a grande necessidade de investimentos para mecanização da extração, assistência social e aumento dos salários dos mineiros, o

que redundaria em melhoria do tipo de carvão e seu barateamento, o mesmo que aquisição de mercados.

B) SITUAÇÃO DOS TRANSPORTES

A situação da indústria catarinense de carvão, em relação aos transportes, é a seguinte:

a) aparelhamento incompleto e barra praticamente obstruída do Porto de Laguna;

b) instalações deficientes do porto de Imbituba, que não dispõe de cais acostável (apenas 10 m) e instalações adequadas particularmente silos para armazenamento; o porto é desabrigado;

c) frota carvoeira pequena e inadequada, composta de navios velhos e de capacidade reduzida; difícil transporte marítimo, portanto, até Rio e Santos;

d) aparelhamento insuficiente do cais de carvão do Rio de Janeiro, acarretando prejudiciais demoras de carregamento, descarregamento e estocagem;

e) precariedade de transporte pela E.F. Central do Brasil para Volta Redonda e outros centros consumidores;

f) imobilização pela C.S.N. de uma grande parte dos vagões da E.F.T.C. em Capivari e Imbituba (em média — 350), prejudicando consideravelmente o transporte das empresas particulares (falta de silos e instalações de estocagem);

— O desaparecimento dos portos e a deficiência dos transportes e dos locais de estocagem, carregamento e descarregamento, conjugados aos fretes altos, são pois, fatores de preço alto do carvão nacional.

C) MECANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS MINAS

É evidente que a mecanização dos trabalhos de extração e do transporte para o exterior das minas aumenta a produção homem/dia, diminuindo, conseqüentemente o tempo e podendo influir no preço do produto. São poucas as minas que utilizam a mecanização, portanto na situação atual da indús-

tria do carvão, sem mercados certos e sem lucros compensadores, qualquer investimento de novo capital constituirá uma aventura.

Naturalmente, se um plano de amparo à indústria, por parte do governo, objetivar a solução do problema em todos os seus aspectos, a começar pelo pagamento da dívida das autarquias e empresas oficiais, então é de se esperar, por parte dos mineradores, iniciativas nesse sentido, de acordo com estudos já procedidos. A produção homem/dia nas minas catarinenses, sem mecanização ou com uma diminuta mecanização, varia de 650 a 1.000 quilos, enquanto a C.S.N. e uma outra companhia da região, que experimentam a mecanização, já conseguiram, aproximadamente, 3.000 quilos por h/dia. Que adianta, no entanto, mecanizar sem mercados, se os mercados tendem a diminuir, como veremos adiante? Cremos que somente a criação e aquisição de mercados poderá influir na mecanização das minas. Será da lógica decorrência da procura que a produção procurará melhorar em qualidade e em quantidade. Poder-se-ia admitir também que o produto melhorasse em qualidade para facilitar a procura. Isto, porém, no caso do carvão nacional, não é bastante justificável, em vista da concorrência de outras fontes de energia — eletricidade e óleo — e porque no nosso país os planejamentos não são feitos com as imprescindíveis cautelas e previsões; os fatos se sucedem de imprevisto. Uma organização, por exemplo, que consome carvão, pode, de inópino, passar a consumir óleo.

Com relação à mecanização dos trabalhos nas minas, convém acrescentar que essa mecanização não poderá ser completa como nos Estados Unidos ou na Europa, dada a forma como se apresentam as camadas do nosso carvão, sem a continuidade indispensável a um bom trabalho mecânico.

D) SITUAÇÃO DOS MERCADOS

Os mercados consumidores do carvão se repartem entre as autar-

quias e entidades oficiais e mercados particulares. Entre os primeiros, que são os principais, estão compreendidos o Lloyd Brasileiro, as E.F. Central do Brasil e Leopoldina, a Rede Mineira de Viação, Volta Redonda (consumidor do coque siderúrgico) e a E.F. Teresa Cristina e entre os segundos a Ligth, a Cantareira e pequenas siderurgias particulares. As empresas mineradoras não se esforçam por conseguir novos mercados, em face da situação já exposta das suas finanças que não permitem mais investimentos de capital nem aumento de produção, que seria agravada pela precariedade dos transportes e instalações. Há, contudo, necessidade de conquista de mercados, mas esses mercados estarão em função da melhoria do tipo de carvão e do seu preço. É um verdadeiro círculo vicioso. Na situação que atravessa a indústria do carvão, quem se beneficia é o carvão estrangeiro, que entra no mercado para competir com o nacional, por preço melhor e com características superiores, além do que goza de certas vantagens e facilidades concedidas pelo governo.

Se atentarmos que os principais consumidores de carvão nacional, as empresas de transportes ferroviário e marítimo, não pagam as dívidas de suas compras há cinco anos (o Lloyd Brasileiro só agora efetuou o pagamento) e que a C.S.N. compradora para Volta Redonda, impõe o preço nada compensador, proibitivo mesmo, de Cr\$ 150,00 por tonelada, podemos imaginar que a situação dos mineradores é de desânimo em relação a empreendimentos relacionados ao carvão. O carvão sofre também a concorrência do progresso e, na competição dos combustíveis e das fontes de energia, ele está jogando uma cartada muito séria com o óleo e a energia hidrelétrica.

A tendência moderna das estradas de ferro e das companhias de navegação é queimar óleo e aproveitar a eletricidade na tração, o que não poderá impedir, por ser de maior rendimento, mais confortável, mais higiênico e, possivelmente, mais econômico. A competição

parece, pois, desfavorável ao carvão. No Rio Grande do Sul, onde o carvão produzido é em grande porcentagem, consumido no próprio Estado, a Viação Férrea procura a solução ideal, fazendo a eletrificação por meio de usinas termoeletricas a carvão, mas embora esse propósito, já se conhece o caso de uma usina termoeletrica que deixou de queimar carvão para queimar óleo, o mesmo acontecendo com as locomotivas daquela Viação. Podemos, pois, avaliar que o futuro do carvão nacional não é nada promissor; esse elemento de riqueza terá, fatalmente, que sofrer a competição do óleo e da eletricidade, ainda que, no confronto das estatísticas, o Brasil seja dos países do mundo de menor consumo de carvão. Só vemos, para o carvão, dois mercados certos — o mercado siderúrgico e o mercado para as indústrias complementares, da pirita — o enxofre e o ácido sulfúrico, além dos mercados prováveis em tempo de guerra — os mercados internacionais, tal como aconteceu nas duas últimas guerras, em que o carvão nacional foi exportado até para a Argentina e o Uruguai. Quanto à Siderurgia, parecem indispensáveis duas ordens de medidas: — ampliação de Volta Redonda e criação de outras instalações, principalmente ao pé da obra, na própria zona carbonífera; para isso, deve-se estimular a iniciativa particular, pois consta que certos grupos capitalistas, inclusive o grupo Jafet, têm essa intenção.

E) ASSISTENCIA SOCIAL

Em matéria de assistência social aos mineiros e suas famílias, o que se tem feito é muito pouco e representa, quase exclusivamente, iniciativa das empresas mineradoras e dos particulares. A moradia dos mineiros é constituída de casas de madeira com precárias instalações higiênicas. A água é encanada, mas apanhada em torneiras para grupo de moradores. Há algumas escolas, custeadas também pelas empresas e alguns modestos Clubes sociais.

Num plano de amparo à indústria do carvão é necessário que se in-

cluam medidas assistenciais aos mineiros e suas famílias, notadamente a melhoria de suas habitações, a construção de escolas, hospitais, maternidades e parques de diversões. Em Criciúma, a capital do carvão, o pouco que existe não representa obra de governo. O hospital da cidade, assim como as habitações dos mineiros, foi construída com donativos particulares e das empresas mineradoras. Os poderes governamentais bem que poderiam cooperar na solução do problema, por intermédio da Caixa Econômica, da Fundação da Casa Popular e do I.A.P.E.T.C., para o qual contribuem os mineiros como associados e ainda com o emprêgo da taxa de Cr\$ 2.00 cobrados sobre a tonelada de carvão. A construção de maternidades é outro problema que merece muita atenção e auxílio do governo; este é um problema de caráter nacional, que interessa à região. A mulher do mineiro, como toda mulher pobre do Brasil, é prolífera; entretanto, as condições em que enfrenta a gestação e em que tem seus filhos é, geralmente, de verdadeira miséria. Inicialmente, poderá ser construída a maternidade de Criciúma, centro de gravitação da região carbonífera.

Esta é, em linhas gerais, a situação da indústria do carvão nacional. A ninguém, a par da situação, é dado duvidar da necessidade da intervenção do governo nessa indústria de tão grande importância para a economia brasileira e para grandes regiões do Sul do país, que vivem do carvão e para o carvão. O amparo do governo deverá ter em vista, não só atender os pontos capitais acima evidenciados, como a fixação, de pronto, de um melhor preço para o carvão entregue à C.S.N., a fim de que as empresas possam, desde logo, melhorar os salários dos seus mineiros.

O plano governamental deverá ter em vista:

- 1) melhorar a situação das empresas com a efetivação do pagamento das dívidas atrasadas das autarquias e entidades do governo;

2) melhorar o tipo e características do carvão com a generalização dos processos de beneficiamento (escolha, lavagem);

3) regionalização da produção com o conseqüente barateamento do produto (mecanização parcial das minas);

— Estas duas providências terão por conseqüência afastar a competição do carvão estrangeiro.

4) criação dos mercados e preparo de condições para manutenção, em determinado nível, dos mercados existentes;

5) política moderada de fretes ferroviários e marítimos, com revisão dos já em vigor.

6) aparelhamento dos portos e dos locais de embarque, desembarque e estocagem, inclusive da C.S.N., para liberação dos vagões continuamente retidos;

7) estímulo às indústrias subsidiárias (enxôfre e ácido sulfúrico);

8) assistência social aos mineiros e famílias e às regiões carboníferas;

9) revisão dos preços estabelecidos em 1948 para o carvão fornecido à C.S.N.;

10) facilitar o crédito às Cias. mineradoras, por conta do carvão vendido e para fins de aquisição de maquinaria e melhoramentos nas instalações das minas.

Após o exame da situação acima apresentada, que se aproxima da verdadeira situação da indústria do carvão nacional, podemos perguntar: — o Plano Nacional do Carvão, de iniciativa do Governo, atende, de fato, às necessidades da indústria carbonífera, dos minera-

dores, dos mineiros e das regiões carboníferas?

Se nos fosse permitido responder, diríamos que em, parte, sim, porquanto ainda merece restrições no que respeita a quatro pontos essenciais: — mercados consumidores, assistência social direta, revisão dos preços e nivelamento dos transportes na E.F. Teresa Cristina. Sem esses quatro fatores bem estudados e ponderados ainda estará incompleto o amparo do governo ao carvão nacional. Na parte referente a aparelhamento dos portos de embarque, houve esquecimento da inclusão do porto de Laguna, o qual, com pouco dispêndio relativo, estará em condições de servir de porto carvoeiro, dependendo de uma dragagem regular.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



BANGU



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDÚSTRIA BRASILEIRA

Meias SEDAN
“SÍMBOLO DA PERFEIÇÃO”

Em NYLON e ALGODÃO
PARA HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

O PAPEL DO EXÉRCITO NA VIDA DA NAÇÃO

Coronel ADALARDO FIALHO

I

Tendo solicitado à D.O.F.E. que nos fornecesse uma relação das estradas de rodagem e vias-férreas já construídas pelas Unidades de Engenharia do Exército, ficamos surpreendidos com o vulto dos trabalhos já executados ou em andamento. Com efeito, ainda que pareça incrível, grande é o desconhecimento, no próprio meio militar, da obra da nossa engenharia militar. Ainda recentemente isso foi pôsto em evidência pela surpresa que a formidável organização do 2º Btl. Ferroviário, inclusive no campo social, causou aos componentes da comitiva do General Estillac, quando em visita de inspeção àquela Unidade e bem assim aos jornalistas que o acompanharam. No meio civil, o desconhecimento da ciclópica obra dos nossos Btls. de Engenharia é total, como desconhecido ou, o que é pior, ignorado é, de maneira geral, o papel do Exército na vida da Nação. Infelizmente o conceito que, no mínimo intimamente, o civil faz do militar é de que ele não passa de um parasita. E no entanto, devemos reconhecer que a nós próprios, militares, cabe não pequena dose de responsabilidade nessa visão deformada que os nossos irmãos civis possuem. É que pouca ou nenhuma divulgação ou propaganda fazemos das atividades dos diferentes órgãos do Exército, quer relativas à defesa e segurança do país, quer relacionadas com o seu desenvolvi-

mento econômico e mesmo social. Só a obra do General Rondon, nos invios sertões de Mato Grosso, engrandeceria qualquer exército perante o mundo inteiro e não somente perante o Brasil, se fôsse melhor conhecida. A alfabetização e socialização do nosso caboclo convocado é outro empolgante capítulo para propaganda. No terreno econômico, temos a destacar a construção de rôdo e ferrovias, usinas elétricas, fábricas de produção mista (civil e militar), etc. Julgamos que à sala ou gabinete de relações públicas, em boa hora criado pelo atual Ministro, anexo ao seu Gabinete, está destinado um grande esforço na preparação psicológica do meio civil no sentido de apreciar, no seu devido valor, o verdadeiro papel do Exército na vida da Nação. Julgamos mesmo que esse Gabinete, a exemplo do que sucede em outros países, principalmente nos Estados Unidos, está destinado a transformar-se em Departamento de Relações Públicas, órgão de indiscutível utilidade no entrosamento dos interesses e da compreensão dos mundos civil e militar.

II

Vejamos, agora, o formidável trabalho dos Btls. de Engenharia do nosso Exército. É a seguinte a relação que, por nimia gentileza do Ten.-Cel. Elysio Carlos Dale Coutinho, Chefe da 8ª Secção, da 3ª Divisão, da D.O.F.E., nos foi fornecida.

RODOVIAS CONSTRUIDAS

Denominação	Quilometragem
Curitiba-Capela da Ribeira (Paraná).....	124
Curitiba-Joinville (Paraná-Sta. Catarina).....	109
S. Francisco-Fte. Marechal Luz (Sta. Catarina).....	16
Curitiba-Boqueirão (Paraná).....	5
Campo Grande-Bolicho Séco (Mato Grosso).....	50
Campo Grande-Cuiabá (Mato Grosso) — (reparação e obras darte).....	850
Vacaria-Passo do Socorro (Rio Grande do Sul).....	42
Lajes-Rio do Sul (Sta. Catarina) — (reparação, empedramento e obras darte).....	128
Lajes-Passo do Socorro (Sta. Catarina).....	75
Vacaria-Lagoa Vermelha-Passo Fundo (Rio Grande do Sul).....	183
S. João-Conrado (Paraná-Sta. Catarina).....	210
Soma.....	1.792

RODOVIAS EM ANDAMENTO

(Trechos já concluídos)

Denominação	Quilometragem
Ponta Grossa-Foz do Iguaçu (Paraná).....	415
S. Paulo-Cuiabá (Trecho em S. Paulo-Minas Gerais).....	228
Aquidauana-Bela Vista (Mato Grosso).....	236
Jardim-Pôrto Murtinho (Mato Grosso).....	196
Cuiabá-Pôrto Velho (Mato Grosso).....	179
Lorena-Itajubá (S. Paulo-Minas Gerais).....	76
Lajes-Sta. Cecília (Sta. Catarina).....	92
Soma.....	1.422

FERROVIAS CONSTRUIDAS

Denominação	Quilometragem
Lorena-Piquete (S. Paulo).....	17
Cacequi-Inhanduí (Rio Grande do Sul).....	147
Cruz Alta-Girua (Rio Grande do Sul).....	154
Passo do Barbosa-Jaguarão (Rio Grande do Sul).....	62
Jaguari-S. Borja (Rio Grande do Sul).....	223
D. Pedrito-Santana do Livramento (Rio Grande do Sul).....	100
Santiago-S. Luiz (Rio Grande do Sul).....	115
Pelotas-Canguçu (Rio Grande do Sul).....	73
Soma.....	891

FERROVIAS EM ANDAMENTO

(Trechos já concluídos)

Denominação	Quilometragem
S. Luiz-Cerro Largo (Rio Grande do Sul).....	19
Rio Saltinho-Barra do Jacaré (Rio Grande do Sul)...	46
Rio Negro-Rio Canôas (Sta. Catarina).....	123
Soma.....	188

Em resumo :

Rodovias construídas.....	3.214 km
Ferrovias construídas.....	1.079 km

Ao todo, os Btls. de Engenharia já entregaram ao Brasil 4.293 km de estradas de rodagem e de ferro e sua ação se estendeu a 6 Estados da Federação. É uma obra verdadeiramente nacional! Para se fazer idéia daquela quilometragem total, basta dizer-se que ela é maior que a de qualquer ferrovia brasileira, pois a mais extensa, que é a Rede Mineira de Viação, tem 3.990 km. Os 3.214 km de estradas de rodagem construídas correspondem a mais de 2 vezes a distância, a "vol d'oiseau", do Rio a Natal e os 1.079 km de vias-férreas construídas correspondem à distância direta do Rio a Marcelino Ramos, na divisa de Sta. Catarina com o Rio Grande do Sul. É qualquer coisa de impressionante!

III

A vista da revelação dos números acima, não podemos deixar de voltar à consideração do magno papel que o Exército e, de modo geral, as Forças Armadas desempenham na vida da Nação. Mas não devemos exaltar unicamente a missão pioneira e civilizadora e olvidar o que elas representam pela sua só ação de presença. Em outras palavras, ainda que o Exército não construísse estradas, a Aeronáutica não desbravasse as rotas aéreas, a Marinha não cuidasse da iluminação e levantamento das costas marítimas; que não fizessem nada disso, ainda a Nação restaria uma grande dívida para com as suas

Forças Armadas. Muito poucos se dão conta da ação de catálise do Exército na vida da Nação, corrigindo e modificando, para melhor, com a sua só presença, as reações políticas e sociais que surgem aqui e ali; dessa atitude aparente de passividade e na qual julgadores precipitados e injustos querem ver algo de parasitismo. Afora a garantia de tranqüilidade que, em plena paz, o Exército nos oferece, em face de vizinhos armados e buliçosos, deve salientar-se a salvaguarda da ordem interna e das instituições nacionais que nos proporciona pelo simples fato de estar presente em todo o território nacional. Ainda recentemente, no caso político do Maranhão, evitou, sem dar um tiro, a eclosão de uma sangrenta revolução. Um quase nada a sua intervenção, mas, vejamos o que representa esse nada na economia da Nação. Consultando-se o "Anuário Estatístico do Brasil", última edição, verificamos que o Maranhão é um Estado com uma população de 1.600.396 habitantes, possuindo a sua capital 121.917 almas. A sua produção anual, extrativa, agrícola e industrial é avaliada em 500 milhões de cruzeiros. Tudo se veria envolvido na voragem da guerra civil, não fôra a presença do Exército que sustentou as autoridades federais e estaduais e manteve a ordem. Nada é mais representativo que esse caso do Maranhão para ilustrar a nossa tese e, por isso, vale

a pena recordá-lo, mesmo porque, depois dos fatos passados, as lições são prestamente esquecidas e tudo vai caindo no olvido. Quantas observações, contudo, poderiam ser registradas em benefício do regime que, seja dito de passagem, saiu revigorado daqueles turbulentos acontecimentos e em favor do Exército no seu grandioso papel constitucional. Diz o art. 177 da nossa Lei magna que as Forças Armadas destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a Lei e a ordem. Vejamos, por alto, se o Exército manteve-se dentro desse quadro institucional e por que forma. Impugnada a sua eleição pelas oposições coligadas, o Governador do Estado, que chegara a tomar posse do cargo, viu-se forçado a recorrer ao Superior Tribunal Eleitoral e, passando o governo ao substituto legal, seguiu para a Capital Federal. Pronunciando-se o S.T.E. pela validade da eleição, nada mais restava ao Governo Federal fazer senão reempossar o governador afastado do seu cargo, dando-lhe as garantias necessárias. Para o Governo Federal tratava-se, antes de tudo, de prestigiar o poder judiciário (eleitoral, no caso), de manter a integridade do regime democrático, fundamentalmente baseado no respeito do voto popular. O Exército foi o seu instrumento. Unidades das guarnições vizinhas, à testa o General Comandante da 10ª R.M., deslocaram-se para S. Luiz e, quando o cenário estava preparado, o Governador eleito para lá seguiu. Foi recebido à bala, em meio às desordens que as paixões políticas e o inconformismo partidário acenderam, porém encontrou, no aeroporto onde descera, a mão imparcial de um General do Exército que o conduziu a palácio e o fez empossar. Serena, prudente, contemporizadora, paciente, imparcial, porém firme foi, nessa ocasião, a atitude do Exército. Limitou-se a ocupar os pontos estratégicos, patrulhar a cidade e desarmar os suspeitos, mantendo, com a sua presença e atitude, o ambiente adequado para o momento. Não fez violências, não perseguiu ninguém

e nem se prestou ao papel de beleguim de políticos facciosos. Não respondeu, à bala, à agressão das oposições, senão manteve-se na expectativa, pronto a intervir, caso falhasse a força estadual. A só presença do Exército continha as paixões políticas, reprimia os exaltados. Nada de violências, de chacinhas, de espingardeamento do povo. Mas supunhamos, por momentos, que se deixasse a Capital entregue à sua própria sorte. O encêndio do Tribunal Regional Eleitoral e de numerosas casas residenciais, com todo o seu cortejo de vítimas, tristes acontecimentos, ressabiando a vingança partidária e atentatórios da nossa cultura política, dão-nos pálida idéia do climax que teria atingido a crise que assaltou a Capital do Maranhão, se lá não estivesse presente o Exército. A ação preventiva do Exército foi decisiva. Mantendo a ordem, concorreu para o prestígio da Lei, pois o Governador legítimo, empossado conforme as disposições constitucionais estaduais, foi reempossado, de acordo com a decisão do S.T.E. Prestigiados ficaram os poderes judiciários federal e estadual. E teve a sua autoridade acrescida o poder executivo federal, a quem coube determinar, através do Exército, a posse e manutenção do Governador. De toda essa crise, saiu o regime fortalecido e resultou a lição de que o Exército lhe é um instrumento indispensável. Os serviços do Exército foram, assim, oportunos e decisivos, no caso do Maranhão. E lá, como em qualquer outra parte, tais serviços não se medem pelo soldo que se lhe paga, mas pelas riquezas que preserva, pelo ambiente de garantia e paz que proporciona, pelo que não permite que se destrua, pelos ónus que evita à Nação e aos Estados, pelas instituições que prestigia e pelos valores culturais e morais que ressalva. Nêles, indústria, comércio, pecuária, lavoura, as forças vivas da Nação, enfim, encontram segurança, o aval para as suas atividades e transações. Tais serviços não têm preço, não se medem em cruzeiros e, se a eles somarmos o grande papel do Exército como meio socializador das

populações do nosso vasto "hinterland", como integrador de indivíduos primitivos na alma e no espírito de grupos cívico-sociais perfeitamente definidos, como são os dos quartéis e vilarejos do interior, mais nos capacitaremos da sua importância e indispensabilidade. Com efeito, é de ver-se a figura esquelética e desajeitada do conscrito, ao incorporar-se ao Exército. As deficiências físicas — magreza, peso insuficiente, dentes precários, sintomas externos de males internos — somam-se pobreza de educação e ausência de instrução. Baldos das mais elementares noções de higiene, Pátria, governo, autoridade, constituem o que se poderia chamar de homem amorfo, de matéria onde o Exército vai plasmar o cidadão. É de admirar-lhe, ao contrário, o garbo, desenvoltura e sentimento de dignidade, ao dar baixa, com o seu físico revigorado, a sua consciência de cidadão alfabetizado, a sua mentalidade nova. E se isso tem concorrido para o êxodo dos trabalhadores do campo para as cidades, ao Exército não cabe a culpa, pois não se pode forçar a regressar às trevas um homem que viu a luz. Conservação e construção de estradas de rodagem e de vias férreas, desbravamento e colonização de sertões, construção de linhas telegráficas, levantamento geral da carta da República, demarcação de limites internacionais e divisas interestaduais, construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão de força, assistência a flagelados e vítimas de inundações e calamidades públicas, etc., etc., são outros tantos serviços que o Exército sempre prestou, anônima e desinteressadamente e continuará a prestar à Nação, ao país e ao seu povo. Poderíamos ainda acrescentar, por extensão, o desbravamento de rotas aéreas, o correio aéreo militar, a construção de pistas e aeroportos, na Aeronáutica e o levantamento, balisamento e iluminação das nossas extensas costas, os serviços de previsão do tempo e avisos aos navegantes e ainda a arregimentação e nacionalização das colônias de pescadores, na Marinha. Mas, in-

sistimos, a todos esses serviços, que se podem classificar de ativos, sobrepõe-se o da simples presença do Exército em todo o território nacional, estendendo-se e impondo-se, tal qual uma rede de segurança e proteção, até os mais longínquos rincões da Pátria. Num país de 8,5 milhões de km² de superfície, de geografia dissociativa, de vias de comunicações assentadas em compartimentos estanques, ou seja, em "regiões-ilhas", de população alienígena dispare e meio assimilada, de população indígena semi-alfabetizada, sub-nutrida, parte nômade, mal distribuída e abandonada à própria sorte, nos campos, de economia colonial, à base de lenha, enxada e exploração do homem pelo homem, o Exército é a maior, senão a única verdadeira força aglutinadora, homogeneizadora, nacionalizadora, vivificadora e impulsionadora. A sua só presença é o penhor do desenvolvimento das forças vivas e o estimulante das forças latentes da Nação. É a garantia da estabilidade das instituições. É o traço de união entre um passado em formação e um presente em evolução. É a escola de civismo e amor à Pátria. É o enformador de uma mentalidade mais adiantada do nosso caboclo. É a matriz da própria alma do povo, que aspira progresso, paz e felicidade. O episódio do Maranhão é um dos muitos que se perderam nas brumas da História. Lá mesmo, Caxias, nos idos do século passado, afugentou os Raimundo Bastos da época, pacificando a província rebelada. O Exército, aparentemente inativo, para os espíritos obtusos, continuará vigilante, no Maranhão, como em qualquer outro Estado, no seu papel constitucional de guardião intransigente da Lei, da ordem, das instituições nacionais e da segurança da Pátria. Missão sagrada que ele continuará a exercer, a despeito dos óbices sobrevindos, ontem como hoje, com o mesmo ânimo sereno, a mesma devoção, a mesma firmeza, sem olhar para os homens que passam, mas tendo em vista, unicamente, os interesses fundamentais da Nação.

DOM QUIXOTE, O SUBLIME

Ten.-Cel. JOSÉ CODECEIRA LOPES

Realmente, a humanidade precisa organizar-se melhor. Há, de fato, muita gente cuja riqueza é uma afronta à miséria da imensa maioria; há despreocupação, de grande parte dos homens, pelas necessidades de seus semelhantes; há aviltamento do próximo, que muitos pretendem inferiorizar por sua condição social, sua educação ou sua cor; há desamparo aos menos fortes, que vivem ignóbilmente explorados por irmãos melhor aquinhoados; há, em última análise, muito mais egoísmo do que fraternidade, muito mais tristeza do que alegria e muito mais revolta do que compreensão, neste mundo de insatisfeitos. Entretanto, para organizar-se melhor, isto é, para minorar suas misérias e repartir mais equitativamente as suas riquezas, a humanidade não necessita de alimentar ódios. Pelo contrário, só atingirá objetivos tão alevantados através de um movimento educacional extenso e profundo, capaz de fazê-la compreender o imenso lucro que lhe advirá de um real sentimento de fraternidade. O caminho é induzir cada indivíduo a dispor-se ao sacrifício de uma parcela do seu egoísmo, em proveito da coletividade, visto como, no campo social, só o amor constrói com a solidéz e a duração desejadas.

Não há excesso de lirismo neste ideal. Sua marcha, reconhecemos, é de enervante lentidão, pois se vem processando há milênios, impulsionada muito mais pelos religiosos do que pelos políticos, e, entretanto, até agora, os seus resultados estão bem aquém dos anseios humanos. É inegável, porém, que nestes últimos tempos há

progredido extraordinariamente: o desassombro atual dos oprimidos mostra quanto fez avançar um lado, enquanto certos aspectos do Plano Marshall evidenciam o recuo a que forçou o lado oposto.

Tal movimento, que se processa enquadrado em propósitos de evolução condicionada à concórdia e ao respeito, tem incontável número de adeptos, no seio da humanidade. Mas, esses elementos sentem-se desajustados, no plano político mundial, atualmente dominado por comunistas e capitalistas. É que sentem profunda repugnância pela violência, que o comunista prega como meio de atingir os objetivos do partido, os quais, aliás, ultrapassam os seus próprios, a ponto de reduzirem o indivíduo a autômato. É que devotam profunda aversão à odiosa opressão exercida pelo capitalista, sempre em nome das liberdades, do bem-estar e das prerrogativas que eles tanto almejam para o indivíduo e para a sociedade. Não obstante, porém, a ânsia de participação nos acontecimentos transforma-os em instrumentos que servem, indistintamente, a comunistas e capitalista, através dos combates que movem, ora a uns, ora a outros. Com essa atitude quixotesca vão, entretanto, engordando aos Sanchos que, no mínimo, os desprezam...

No Brasil, por exemplo, participam de todas as campanhas contra os norte-americanos, cheios de ciúmes pelas nossas riquezas, de amor pelas nossas tradições e de zelo pela nossa soberania. Nisto são explorados pelos comunistas, à socapa, como o são também pelos capitalistas, nas questões que

ferem à Rússia. Não se diga, perto de nenhum deles, que nossa indústria petrolífera deve ser desenvolvida com auxílio de capitais "yankees", nem que nos devemos mirar um pouco no espelho social russo. Esbravejará, num caso ou noutro, porque os comunistas já lhe ensinaram a bradar que o capital norte-americano escraviza e usurpa, enquanto os capitalistas já lhe puseram na cabeça a crença de que são deploráveis, sob todos os aspectos, as condições de vida na Rússia. Na realidade, nenhum deles quer saber do estrangeiro. O que quer é ser "brasileiro cem por cento" e dispor do Brasil a seu modo, sem subordinação a ninguém...

Esses elementos dão, assim, elo-giáveis demonstrações de nati-vismo e de espírito de luta. Entretanto, no nosso caso particular,

e dadas as circunstâncias atuais da política internacional, forçoso é reconhecer que servem muito mais ao comunismo do que ao capitalismo. De qualquer forma, porém, constituem um tipo de es-tôfo moral muito superior ao dos comunistas e capitalistas, porque agem sem máscaras, de peito aberto, orgulhosos de seus gestos e desassombradamente devotados a ideais que sentem sublimes e transbordantes de amor fraternal. No meio de feras, não vêem neces-sidade de animalizarem-se. Atuam enlevados pela pureza de seus sentimentos e pela candura de suas ações, de todo indiferentes a ridículos momentâneos e à vo-racidade dos lobos. Asseme-lham-se a missionários, entre can-ibais, absolutamente convencidos da fôrça de sua catequese. Amo-os, por isto, de todo o meu coração.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Repúblicas Hespáno Sulamericanas — Cap. Ayr-ton S. de Freitas.....	20,00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho..	15,00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães	12,00
Aspecto Geográfico — Gen. Mario Travassos.....	6,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00

Pedidos pelo Reembôlsô Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agên-cia do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

O 27 DE NOVEMBRO

(Discurso pronunciado ante o Comando e a Tropa do 3º R.A.Cav. 75, em Bagé, R.G.S.)

Capitão JONAS CORREIA NETO

LEMBRAR SEMPRE

Pela segunda vez, em data igual, ouvireis a minha palavra — voz de patriota, em cuja pronúncia notáveis a vibração que os cuidados com a sorte da Pátria logram infundir a quem dela fala.

Lembro-me — e é para vos memorar que aqui me vêdes — de que a 27 de novembro de 1935 um punhado de homens, indignos da cidadania que ostentamos, atentaram vil e traiçoeiramente contra a segurança nacional, emboscados na solidão duma trágica noite descelada.

Lembro-me — e vos quero fazer lembrar de que brasileiros assassinaram irmãos, e mais e pior, soldados trucidaram soldados, naquela data malfadada.

TRISTE QUADRO

É triste, é sobretudo repugnante, o quadro dêsses atos. Todavia, está um pouco atenuada a culpa dos culpados, por uma razão que o futuro, mostrando provas cabais, iria ajuntar, como ajuntou, ao eterno processo moral a que respondem como réus: refiro-me a que hoje sabemos não serem realmente brasileiros aqueles que supunhamos o fôssem. Além disso eles são irresponsáveis, pelas atitudes que tiveram. Mas uma e outra cousa, não os absolvendo, diminuêmos-lhes o grau do crime, e, não os eximindo da pena certa, talvez sejam alegadas, porque a abrandem.

NÃO SÃO BRASILEIROS

Surpreende-vos o que disse? Pois disse que não eram brasileiros, e vou demonstrá-lo. Não

basta ter-se visto a luz neste torrão bendito, pela vez primeira, para adquirir-se essa prerrogativa: é preciso merecê-la. Fazer jus a ela, pelo amor e pelo respeito, querendo este solo acima de tudo e principalmente não o trocando no coração por nenhum outro, seja qual fôr o pretexto. Os adeptos do comunismo internacionalizador, que colocam confesamente uma agressiva potência estrangeira em plano mais alto do que aquêle em que situam o seu próprio país; os comunistas aqui nascidos, que declaram, com requintes de impudência e ousadia, lutar ao lado da Rússia, contra o Brasil, na eventualidade duma guerra que os ache em campos opostos, — poderão eles, apropriadamente, chamar-se brasileiros? ... Não!!!

IRRESPONSÁVEIS AGENTES RUSSOS

Disse-vos que não eram, eles mesmos, responsáveis pelas ações que praticaram, e vou prová-lo. Os partidos comunistas, disseminados pelo globo terrestre com os mais diversos nomes e acobertados e disfarçados por trás dos mais variados movimentos, campanhas e organizações, cuidadosamente selecionados para mascaradores dentre os mais simpáticos à massa desprotegida e sofredora, e, porisso mesmo, pronta a agarrar-se a qualquer tábuia, ainda que a saiba carunchosa e podre — esses partidos que na realidade são um só, obedecem cegamente às ordens emanadas do comité central, na União Soviética. Legalmente reconhecidos, ou não, nos lugares onde agem, eles

procedem rígida e estreitamente segundo a linha mestra, preditada. Dentro dêles não há outros motivos ou outros interesses, de ordem afetiva ou sentimental, os quais seja lícito sobrepor aos interesses partidários, de cujas ideologias impraticáveis são menos devotos do que das ordens indiscutíveis provenientes dos gabinetes russos. Daí o fanatismo característico dos comunistas; nem conviria à política soviética, firmada nas mentiras que se vislumbra agora atrás da famigerada "cortina de ferro", que os membros do partido fôsem capazes de raciocinar calmamente, pois isto seria a derrocada dos chefes do Kremlin, com a descoberta das suas intenções malévolas, oligárquicas e tirânicas.

Daí terem sido meros autômatos, obscuros executantes das determinações de mentores poderosos e maquiavélicos, a quem, e unicamente a quem se julgavam em obrigação de obediência os autores do motim de 27 de novembro de 1935!

NEM BRASILEIROS, NEM CONSCIENTES

Eis, aí está, senhores: nem brasileiros, nem conscientes. Simples elementos da primeira linha, infelizes perigosos, que iam causando um grande mal ao Brasil, não fôsem os brasileiros de fibra que os enfrentaram, muitos dêles encontrando a morte honrosa dos que dão pela Pátria a própria vida.

A REALIDADE POLÍTICA DO MUNDO ATUAL

A revolta da Praia Vermelha, coincidindo com outras, rebentadas ou por estourar em quartéis das Forças Armadas, teria tido as mais funestas consequências, se tivesse triunfado. Mas Deus não quis permiti-lo; após, à sanha criminoso dos vendidos, a intrepidez decidida de alguns bravos, que tombaram na satisfação do seu dever.

Neste instante, quando estigmatizamos os desonrados com o ferrê de da vergonha, de que careceram, consola-nos premiar os bravos com o galardão da glória, que tanto mereceram.

O levante de 35 serviu como indicação exemplar para o rumo a tomarmos entre os povos do mundo. Neste se defrontam, a nossos olhos, duas épocas, duas civilizações, dois princípios, duas vontades. Ainda que os desorientados, os ingênuos, os timoratos e os covardes queiram tergiversar ao que é flagrante, preferindo teimosamente uma posição média entre as facções, este pára-choquismo quimérico seria improficuo. É inevitável o ruio ao se aproximarem núvens carregadas!

O atual mapa político do mundo somente comporta duas bandas: o leste e o oeste. No oriente impara a Rússia soviética, estendendo o comunismo tentacular, que a sufoca por dentro, à exploração e escravização dos chamados "satélites", que a incensam obrigatoriamente e ajudam a sustentar um regime que detestam. É desse lado que nos chega a ameaça palpável, cujos rumores já ouvimos, que se avolumam. No poente, entretanto, insiste o sol por retardar o acaso; ilumina, com jorros de luz esclarecedor, os povos atlânticos, para que não confundam o caminho do porvir livre e justo, a que aspiram, com a vereda escura que leva ao cativo e ao opróbrio.

O ENGODO COMUNISTA

O comunismo ateu faz plataforma da paz, que despreza; da liberdade, que esbulha aos incautos submetidos; da igualdade, que se encarrega de negar na luxuosa encenação ostentada por seus líderes; da fraternidade, de que as depurações, as condenações em massa, os campos de concentração e o trabalho escravo escarnecem. O triângulo democrático e o velho sonho dos homens, ambos praticamente inatingíveis, na significação exata dos vocábulos, — são lançados como isca à gente incauta, faminta de melhores con-

dições de vida e disposta a crer nas promessas de qualquer charlatão inescrupuloso, que a seduza e a assombre com jeito e lábia.

LAMENTAVEL ATITUDE

Mas, enquanto os agentes do comunismo funcionam sem tréguas na preparação da revolta, à socapa e até às escâncaras, e vão ganhando terreno na sua obra nefanda, que tem por processo o caos e por finalidade uma escravização cuja violência não terá tido similar nas lendas do passado —, enquanto isto, nada faz a maioria, que somos nós, inertes, intimidados, mansos, conformados, deixando-nos tragar num vórtice que mal imaginamos o que de barbaridades encerra.

Perigosa indolência, calamitosa confiança, criminoso e trágico descaso, o a que nos entregamos, nesta obstinação de não enxergar, não escutar e não perceber, — que marca os tempos hodiernos, — ante a hidra que nos cheira, espia-nos dia e noite e se insinua entre nós, a pouco e pouco, tão feroz quão dissimulada.

Como se não bastassem, para nos alarmar e nos agitar o sonolento instinto defensivo, os destinos melancólicos daqueles países que foram atraídos ao sistema vermelho e andam a gravitar, infelizes e anônimos, na órbita moscovita! Exemplos terríveis, que deveriam alertar definitivamente os povos ciosos da sua independência e da sua destinação histórica! Exemplos que nos acostumamos a desdenhar e a esquecer, por infortúnio nosso...

REAGIR

Crede, senhores, e meditaí, que há oportunidades ainda para nos protegemos. E por que são as armas do país aquelas cuja neutralização ou adesão primeiro se faz mister para o êxito da empresa bolchevista, é de nós, — homens de farda e homens de bem —, é de nós que deve principalmente originar-se a reação. E que esta, — umavez encetada, não pare nem

descanse nem condescenda com os inimigos do BRASIL, enquanto não os tiver rendidos, derrotados, esmagados para sempre, afogados nos germes de ódio que têm cultivado.

O EXÉRCITO E O MAIS VISADO

Em toda a trama diabólica há de ser o Exército o mais visado. Por ser aqui, na nossa roda, onde se praticam religiosamente as virtudes morais e cívicas, nesta quadra de desorganização, de falência moral, de descrenças e desânimos, que ora se explicam em parte mas jamais se justificam de todo; — porque no Exército exercitamos e pregamos constantemente os nobres sentimentos de camaradagem, honra e patriotismo, é aqui, naturalmente, que precisarão as foices desagregadoras de ser fincadas mais a fundo e com mais força.

E julgareis, acaso, que isto já não esteja sendo executado? Olhai à volta, interrogai os fatos, aparentemente insignificantes, mas frequentes e dissociadores, que afligem a alma militar; que prejudicam a disciplina e a hierarquia, vigas mestras da nossa organização; que deprimem os motivos do nosso entusiasmo; que nos esquivam desagradavelmente, em face dos civis, os quais procuram em nós modelos às vezes exagerados de virtudes básicas, mas necessitam e têm o direito de exigir um mínimo bem elevado, que devemos primar por apresentar-lhes; que, afinal, abalam insensível mas persistentemente o nosso poderio militar.

O VENENO

Vede bem — que nestes sintomas está a prova do veneno, que conseguiu penetrar nas veias da nossa instituição e circular por elas, fagueiro e intocável, oculto por enquanto e enquanto lhe convier, mas pronto para saltar e dominar de roldão, ao soar o instante aprazado, que éle próprio ignora. Passeia assim, no nosso organismo, à falta de combate, que não lhe damos, e que receio tão

somente não lhe ofereçamos tarde demais...

CERTEZA DE DIAS LUMINOSOS

Falamos de 27 de novembro de 1935 numa atmosfera que sugere um porvir — longe seja, se vier! — de quarteladas, sangue e sacrifícios, como os daquele dia.

Praza aos céus tal não se verifique. Se, todavia, pela nossa inadvertência ou pelo desespero atrevido dos transviados, se repetirem os acontecimentos, praça, então, que emerjamos da hecatombe, erguendo vitorioso o impoluto auri-verde pendão da nossa Terra.

E assim será.

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para
o Reembolsável da E.I.E.

MATRIZ

Rua Juan Pablo Duarte, 15
ex-Marrecas
Telefone 22-4624
RIO DE JANEIRO

FILIAL

Escritório : Rua Anhaia, 309
Telefone 51-2382
Depósito : R. Tenente Pena, 262
SAO PAULO

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

TURMA LAGUNA E DOURADOS

No dia 7 de janeiro p. findo, a "Turma Laguna e Dourados", ou seja, o grupo de cadetes declarados Aspirantes a Oficial a 7 de janeiro de 1927, comemorou o seu 25º aniversário de formatura.

Foi o seguinte o programa das festividades:

1. Missa, na igreja de Santa Terezinha — Tunel Novo — em homenagem aos colegas falecidos e que são os seguintes:

Infantaria

Major João Barbosa Carvalhedo.
Capitão João de Andrade Aguiar.
Capitão José Maximiano Gama.
Capitão Octacílio Avelino da Silva.

Capitão Sylvio Eugénio da Silveira.

2º Ten. Egon Baronto.
2º Ten. Luiz Muller Demoro.
2º Ten. Sylvio Palmiro Pulcherio.

Artilharia

Major Moacyr de Faria.
Major Otávio Augusto Fetal.
Major Roberto Soares da Silva.
Capitão Clovis de Souza Barros.
Aspirante Archimedes Munhoz Moreira.

Cavalaria

1º Ten. Julio Fournier.
2º Ten. Sady Moreira Pereira.

Engenharia

Major Lincoln Washington Veras.

2. Visita da Turma incorporada ao Monumento de "Laguna e Dourados", na Praia Vermelha.

A seguinte carta, dirigida à Comissão organizadora das festiva-

des, explica a razão da escolha dos nomes Laguna e Dourados para patrocinarem a turma:

"A cruzada do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados foi um áspero e duro jornada durante vinte e um anos. No fôra a ajuda que a Turma Laguna e Dourados me deu de maneira solícita, constante e tenaz, talvez o Monumento, que se ostenta na Praia Vermelha, não tivesse sido realidade. Por isso, ao término do ano escolar de 1926, declarei, aos então meus alunos, que lhes cabia o direito de batizar a turma com o nome "Laguna e Dourados".

E, escoados tantos anos, já no bruxulear de minha longa existência, sinto a doce emoção de observar que o espírito vivo, patriótico e de intensa fraternidade daquela rapaziada de outrora se reflete ainda, com o mesmo fulgor, nos homens amadurecidos de hoje, dignos e brilhantes oficiais superiores do nosso Exército.

Para os que se foram, uma lágrima de profunda saudade.

Rio, 7 de janeiro de 1952.

(a) Gen. Cordolino de Azevedo".

3. Almôço de confraternização, no restaurante "Casablanca" — Praia Vermelha, presidido pelo General Gil Antônio Dias de Almeida, o mesmo que comandava a Escola Militar do Realengo, durante os 3 anos de preparação da turma e que, apesar de seus 77 anos de idade, dignou-se honrar a turma com a sua presença. O ponto alto desse almôço, realizado em meio à mais estuante alegria e camaradagem, foi a oração pronunciada pelo Cel. Juracy Montenegro de

UMA CARTA ANIMADORA

De uma carta ao nosso Diretor-Secretário, datada de 6-XII-951, do presado camarada Major Luiz Felipe de Azambuja, nosso representante no Q.G. da 3ª D.I., destacamos os seguintes trechos:

"Passei a assinar a aludida revista ("A Defesa Nacional") em julho do corrente ano e fiquei, então, surpreendido com o fato de só haver no Q.G. da 3ª D.I., três assinantes, comigo inclusive. Diante desta situação, tive vontade de iniciar um movimento de propaganda em torno de "A Defesa Nacional", mas, para agir em terreno mais seguro e com mais ponderação, resolvi aguardar a chegada de alguns números, através dos quais me fosse possível examinar a sua orientação em todos os aspectos. Já hoje posso declarar-vos com satisfação que não só "A Defesa Nacional" merece os aplausos e o apoio, pelo trabalho equilibrado de união e de cultura profissional e geral que vem desenvolvendo, sem alardes, nem cabotinismo, de todos aqueles honesta e sinceramente interessados na existência de uma revista verdadeiramente nossa, capaz de projetar no estrangeiro o índice de nossa cultura e os valores morais que dão vigor à nossa mentalidade, como também que já iniciou o movimento para aumentar o número de seus assinantes deste Quartel-General. Como resultado disto, envio-vos, também, a n e x a à presente,

uma relação de novos assinantes, a qual corresponde à quase totalidade dos oficiais nele em serviço atualmente".

.....

"Não precisei argumentar para dar evidência à orientação atual de "A Defesa Nacional"; limitei-me a mostrar alguns dos últimos números, cuja contextura é suficiente para anular as razões dessa crítica. Dou-vos conhecimento disto a título de cooperação, como vos transmitirei, quando oportuno, as sugestões que porventura me ocorram ou que outrem me traga ao conhecimento, com a finalidade de tornar cada vez mais alto o conceito em que deve ser tida "A Defesa Nacional" no meio militar".

Ao agradecer ao Major Luiz Felipe de Azambuja, que é também nosso brilhante colaborador, as palavras de incentivo acima, a Redação espera igualmente que nos encaminhe as sugestões que lhe ocorreram e a outrem para tornar cada vez mais alto o conceito da nossa revista, pois é esse precisamente o nosso objetivo. A nossa revista é dos e para os oficiais do Exército e nada é mais agradável à sua Redação que adaptar-se às preferências deles, em matéria de leitura e desde que ajustadas aos fins dos Estatutos que regem a "Cooperativa Editora e de Cultura intelectual — A Defesa Nacional".



O Grupo antiaéreo da Divisão norte-americana e seus possíveis empregos

A artilharia divisionária norte-americana tem, entre outros, um grupo antiaéreo constituído de 4 baterias, com 32 metralhadoras .50 e 8 canhões metralhadoras de 40 mm, cada uma.

As metralhadoras .50 são montadas em carros semi-lagarta, denominados M. 16, que tem uma couraça de 1/4 de polegada e pode desenvolver uma velocidade de 48 km por hora.

Os canhões metralhadoras de 40 mm, a dois canos, são montados em "chassis" dos carros M. 24. O veículo em aprêço, denominado M. 19, tem uma couraça de 1/2 polegada e também pode desenvolver uma velocidade de 48 km por hora.

Cada bateria antiaérea tem 8 veículos M. 16 e 4 veículos M. 19, com quatro metralhadoras e dois canhões cada um, respectivamente.

Calcula-se que uma destas baterias tenha uma potência de fogo, por minuto, da ordem de 16.500 disparos de metralhadoras .50 e 1.600 disparos de canhões metralhadoras de 40 mm.

Além de constituir um poderoso meio de defesa antiaéreo, o grupo pode ser empregado vantajosamente no tiro contra objetivos terrestres.

Dado, porém, o alcance relativamente limitado das armas, o grupo não pode, nesse caso, ser empregado isoladamente, sendo, para isso, repartido à razão de uma bateria para cada Regimento de Infantaria e, como a Divisão é ternária, a bateria restante fica às ordens do comando da artilharia divisionária.

Os empregos previstos, em tal hipótese, são os seguintes:

- apoio direto ao ataque; neste caso, os canhões devem tomar posições muito avançadas, normalmente durante a noite, de modo a poder agir de surpresa;
- vanguarda de infantaria motorizada;
- reconhecimento;
- força móvel de reserva para a defesa; neste caso, os canhões são mantidos a coberto, porém prontos a serem empregados no apoio ao contra-ataque;
- retaguarda durante as retiradas.

(Do "Infantry Journal")

Novos instrumentos de radar contra submarinos equipados com "Schnorchel"

Uma das preocupações da defesa norte-americana constitui a possibilidade de que submarinos russos, providos de aparelhos "Schnorchel", possam surgir inopinadamente nas costas dos Estados Unidos, sem que tenham sido localizados antes pelas instalações de radar e desencadear, assim, um bombardeio atômico sobre cidades portuárias.

Em maio do ano passado, foram realizadas, pela primeira vez, experiências com um novo tipo de radar capaz de assinalar pequenos aparelhos "Schnorchel".

O modo de funcionamento destes aparelhos de radar permanece ainda em absoluto sigilo. Assim, pois, os submarinos dotados do célebre "Schnorchel" e que, por isso, podiam permanecer muitos dias inteiros debaixo d'água, já não têm tanta proteção como dantes.

Foram dotados destes aparelhos os aviões Douglas AD1 "Skyraider" (para pequenas distâncias) e o "Lockheed Neptune" (para grandes distâncias), podendo os mesmos aparelhos serem instalados em navios porta-aviões.

NEWS IN PICTURES



O *Matador*, novo projétil dirigido, auto-propulsado, das Forças Aéreas dos Estados Unidos, deixa cair foguetes destacáveis, enquanto risca pelo espaço. Projetado para transportar um torpedo atômico a velocidades que nenhum caça a jato possa alcançar, está agora em produção para ser usado pelo primeiro esquadrão de bombardeiros sem piloto.

Avião com asa variável

O Bell X-5, primeiro avião da Aeronáutica Norte-Americana com asas inclinadas para trás, variáveis, completou recentemente seu primeiro voo.

Distinto do acionado a motor-foguete — o Bell X-1, o X-5 o é a jato e hélice e será capaz de vôos prolongados. Decolará à custa de sua própria força, ao invés de ser lançado de um avião *mater*, do tipo B-29 ou B-50, como acontece com o X-1.

O X-5 será utilizado como um laboratório aéreo para investigar os efeitos aerodinâmicos da mudança, durante o voo, do grau de inclinação da asa para trás. Terá ele tdas as vantagens dos aviões comuns quanto à decolagem, ascensão, maneabilidade e autonomia de voo e será capaz de desenvolver altas velocidades.

(Armed Force)

Padronização militar

O Canadá, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos concordaram em padronizar mais de 400 itens militares, inclusive o novo carro de combate leve norte-americano *Walker Bulldog*.

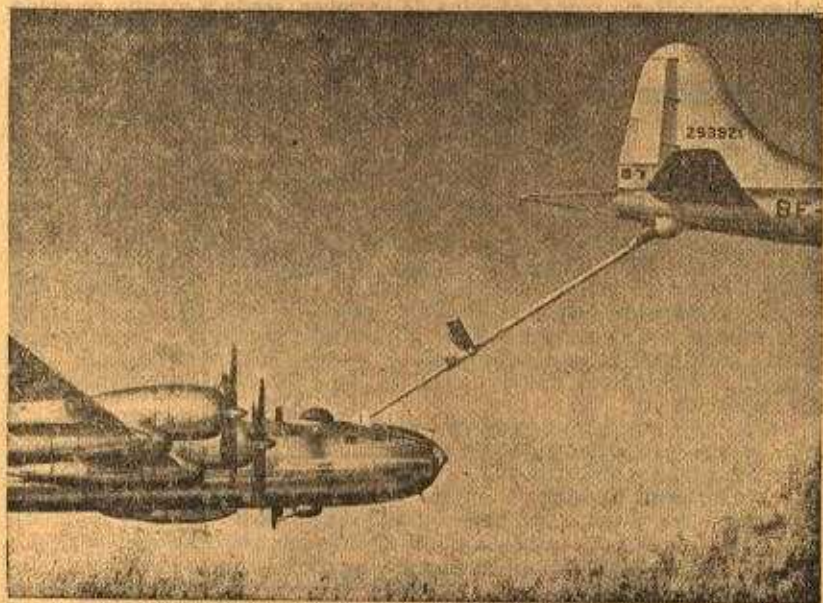
Outras armas foram padronizadas, inclusive os obuses de 8in, de 75 mm e 240 mm. Outros itens são: combustível, lubrificantes e sistema elétrico.

Autoridades do Ministério da Defesa dizem que essas medidas pressupõem a aceitação final de muitas das armas por outras nações do Pacto do Atlântico Norte.

(The New York Times)

Evolução do reabastecimento

O cordão umbelical que liga estes dois aeroplanos é um engenho de reabastecimento, recentemente desenvolvido por Boeing Airplane Co. A maior parte do reabastecimento de aviões, proveniente de petroleiros



voadores, tem sido feita por u'a mangueira flexível que deve ser alcançada e adaptada pelo próprio avião. Visto o antigo sistema ter muitas desvantagens, Boeing mudou para este instrumento tubular e rígido, que balança sob a cauda do petroleiro. A posição na qual pende pode ser

controlada por pínulas móveis, situadas perto da extremidade do aparelho. Um homem, na torre da canhoneira da cauda do petroleiro, observa a aproximação do avião a ser reabastecido e lança o citado instrumento para dentro de um encaixe no alto do "nariz". O combustível é, então, forçado, sob pressão, através da tubulação.

Teletipo

O teletipo é um aparelho que facilita a transmissão do texto, já escrito, em tipos análogos aos da máquina de escrever. Emprega-se muito, principalmente na imprensa diária, pela vantagem de receber todas as informações em forma escrita. Trata-se de um meio de transmissão com fio e, em síntese, não é senão um aperfeiçoamento do telefone. Os teletipos têm grande aplicação militar e, na última grande guerra, prestaram valiosíssimos serviços para as comunicações entre os Q.G. e comandos superiores das tropas. O seu emprêgo pelas pequenas Unidades não era, todavia, possível, devido ao peso do aparelho transmissor-receptor (103 Kg) e à parte, é claro, de necessitar da correspondente rede telefônica. Pois bem. Faz senão poucos meses que o Exército norte-americano dispõe de teletipos que, além de pesarem somente 21 Kg (o que lhes permite serem levados por um pára-quedista, ao lançar-se à terra), possuem a vantagem de trabalhar não somente telefonicamente, porém também pelo rádio. Em outras palavras, de agora em diante as tropas poderão dispor de um meio de transmissão que não exige lançamento de linhas de cabos e cujos aparelhos, extremamente leves, permitem transmitir e receber despachos escritos, já dispostos para a sua utilização. Um pára-quedista, por exemplo, apenas atingiu a terra, pode emitir uma mensagem que redige como o faria numa máquina de escrever, sendo a mesma recebida quase instantaneamente pelo correspondente e já escrita e utilizável.

Armas dos Estados Unidos e dos Soviets

Segundo uma informação recente do exército norte-americano, a qualidade do desenho e a fabricação das armas soviéticas é boa e pode ser comparada, favoravelmente, com as dos Estados Unidos. A potência de fogo de uma divisão de infantaria russa, a qual, segundo se diz, é inferior em uns 60 % ao da divisão estadunidense, é, comparativamente, alto, sob um aspecto, porque os russos empregam consideravelmente maior número de pistolas-metralhadoras como armas individuais. Em geral, a relação das armas individuais demonstra uma grande superioridade numérica a favor dos EE.UU. De acordo com o que declara uma revista deste país, uma divisão norte-americana está armada com 7.156 fuzis e 7.474 carabinas, ambos de calibre .30 e 633 pistolas-metralhadoras de calibre .45.

A divisão norte-americana tem cerca de 15 % mais de armas automáticas em suas dotações e aproximadamente 45 % mais de morteiros que uma divisão soviética.

Os morteiros russos, no entanto, são comumente de tipo pesado. Estes morteiros pesados são empregados, taticamente, de maneira muito semelhante aos obuses norte-americanos de calibres parecidos.

As peças de artilharia de campanha, na divisão norte-americana, que consistem em uns 54 obuses de 105 e de 18 de 155 mm, são mais vantajosas que as das divisões de infantaria russas em 60 %.

As armas russas mais leves, de 76 a 85 mm, são canhões de grande velocidade que podem ser empregados contra os carros de combate. Informa-se que os russos têm falta de fuzis sem recuo semelhantes aos dos norte-americanos.

Tanto a divisão blindada como a de infantaria norte-americanas têm mais carros de combate que as divisões russas, apesar destas empregarem uma considerável quantidade de canhões autopropulsados. A artilharia antiaérea é muito superior, numericamente, nas divisões norte-americanas. O exército chegou à conclusão de que, tanto a divisão blindada como a de infantaria norte-americana, podem empregar uma potência de fogo de 1 1/2 vezes maior que as divisões russas, sem ser mencionada a diferença existente entre o tamanho relativo das divisões.

(De "Ordnance").

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

ATOS OFICIAIS GERAIS

Atos Officiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 9 a 30 de novembro de 1951

NUMERAÇÃO DE CONTINGENTE

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o que propôs a Diretoria do Pessoal, resolve dar ao Contingente do Departamento de Desportos do Exército a seguinte numeração: 1 — 103.

(Portaria n. 235, de 8-XI-1951 — "Diário Oficial" de 9-XI-1951.)

INCENTIVAÇÃO DO TIRO AO ALVO NO MEIO CIVIL

Considerando a conveniência de incentivar no meio civil a prática do Tiro ao Alvo com Armas de Guerra, para a formação de uma reserva controlada de atiradores de classe, resolve:

1) Aos Clubes civis de Tiro ao Alvo, registrados na respectiva Federação Estadual, reconhecida pela Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo, é facultada a posse temporária, a título de empréstimo, de Fuzis e Material de Limpeza, para uso exclusivo em provas desportivas.

As entidades civis de Tiro, que, nesta data, possuem armamento cedido pelo Ministério da Guerra, em decorrência com o presente Aviso, deverão proceder ao recolhimento imediato do armamento ao órgão que os forneceu e fazer novo pedido em acordo com as normas aqui prescritas.

2) O armamento assim distribuído poderá ficar depositado na própria sede do Clube ou em seu Estande, devendo sua guarda e uso ficar sob direta responsabilidade de um Oficial das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares, sócio do Clube, que por ele responderá perante a autoridade militar.

3) Cada Clube que o desejar, formulará, em acordo com o n. 5 do presente Aviso, um pedido de for-

necimento do Material Bélico em seguida especificado, à base de 1/3 do número total de Atiradores classificados no Tiro de Fuzil de Guerra, dentre os seus Sócios, não podendo, porém exceder da seguinte tabela:

10 Fuzis M803

Material de Limpeza permanente

- 1 (um) Tórno de Limpeza.
- 1 (uma) Vareta de Limpeza M1.
- 2 (duas) Escovas de Limpeza.
- 1 (uma) Escova de Limpeza de Câmara.
- 1 (um) Porta Estopa.
- 1 (um) Falso Rerrolho.
- 1 (uma) Tala de Limpeza.

Material de Limpeza de dotação anual

Para 10 Fuzis:

Estopa — Destinado a limpezas gerais de superfícies externas.

Para tapar orifícios onde não se deseja penetração de pó — 5 quilos.

Óleo fino — Destinado à remoção de impurezas ou graxas — 1 lata de 5 quilos.

Óleo grosso — Lubrificante geral.

Aplicação no armamento cujo emprego não seja diário — 1 lata de 5 quilos.

4) A Munição será fornecida na seguinte forma:

a) Dotação gratuita — 240 Tiros por Arma e por ano;

b) Dotação suplementar — Até o máximo de 50 tiros por Arma e por mês, mediante indenização, para os Clubes que desejarem maior dotação de Munição e a solicitarem mediante pedido justificado.

5) Os pedidos iniciais de Fuzis, Material de Limpeza e Munição deverão ser feitos ao Ministro da Guerra, encaminhado pela Federação Estadual e informado pela Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo,

pelo Departamento de Esportes do Exército e pela Diretoria do Material Bélico.

O requerimento será assinado, por 3 (três) membros da Diretoria do Clube e pelo Oficial das Forças Armadas ou Forças Auxiliares que se responsabilizará pela guarda e uso do armamento, todos com firma reconhecida em cartório e, em anexo, uma relação discriminativa dos nomes e endereços dos atiradores classificados conforme determina o item 3.

6) Os pedidos subsequentes de Munição, de dotação gratuita ou suplementares deverão ser feitos nas mesmas condições dos anteriores e dirigidos à Diretoria do Material, que os solucionará. A entrega da Munição desses pedidos será feita contra a restituição dos estoques consumidos, mencionados no pedido.

7) Os Clubes manterão um registro permanente do Material que lhe foi cedido, com o registro dos tiros dados por fuzil.

O Material cedido pelo Ministério da Guerra e o respectivo registro ficarão sujeitos a inspeções periódicas pelo órgão competente.

Esse armamento será recolhido, quando as condições de armazenamento à manutenção não estiverem em acordo com as normas regulamentares, ou substituído, quando apresentar defeitos de funcionamento, devidamente comprovado pelo órgão competente.

8) Os Clubes que não possuam Estandes apropriados para o tiro de fuzil poderão utilizar Estandes militares, mediante entendimento com a autoridade militar local, a qual, com prévia autorização do Comandante da Região Militar, designará os dias, horas e tempo em que o Estande e o material necessário (varas de marcação, obsúas, almofadas, etc.), ficarão disponíveis para uso civil.

Os alvos a serem utilizados nessas ocasiões serão de propriedade do clube interessado e poderão ser adquiridos no Gabinete Fotocartográfico do Exército.

9) Os Clubes que possuam ou venham a possuir Fuzis de Guerra cedidos pelo Ministério da Guerra, obrigam-se a organizar anualmente pelo menos, uma prova dessa modalidade de tiro e a concorrer às provas abertas aos atiradores civis pelas autoridades militares.

10) Os Clubes deverão possuir registro especial dos atiradores de Fuzil com todos os dados sobre os mesmos, constantes do nome, naturalidade, filiação, idade, estado civil, residência e resultados alcançados nos

treinos e nas provas. Esses dados deverão ser fornecidos às Comissões Desportivas Regionais, por intermédio da respectiva Federação Estadual.

11) As Comissões Desportivas Regionais manterão em dia o registro dos atiradores de Fuzil que tenham se destacados nas provas dessa Arma, dando conhecimento ao Departamento de Esportes do Exército todas as vezes que um resultado, devidamente homologado, constitua recorde. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 768, de 8-XI-951 — "Diário Oficial" de 10-XI-951.)

FIXA CONDIÇÕES PARA DESEMPENHO DE COMISSÕES OU MISSÕES NO ESTRANGEIRO

O Ministro da Guerra, considerando:

— que o desempenho de comissões ou missões no estrangeiro constitui complemento da maior significação e relevância para a formação profissional do militar e, assim sendo, é de toda conveniência seja essa oportunidade propícia ao maior número possível de oficiais;

— que o oficial designado para comissões ou missões no estrangeiro deve satisfazer a determinadas condições, além das já anteriormente estabelecidas, para, com maior eficiência, exercer suas atribuições;

— que a duração de algumas comissões ou missões no estrangeiro pode ser reduzida sem que isso acarrete o menor inconveniente ao bom desempenho das mesmas;

Resolve:

— estabelecer as prescrições abaixo, que fixam condições para o desempenho, por parte de militares, de comissões ou missões no estrangeiro;

— revogar todos os atos deste Ministério que contrariem as prescrições do presente Aviso.

A) Adido Militar ou Adjunto de Adido.

a) condições para indicação:

1 — possuir o curso da Escola de Estado-Maior há, no mínimo, 3 (três) anos, sendo 2 em função de Estado-Maior;

2 — ter, pelo menos, o posto de Major;

3 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra comissão no estrangeiro de duração superior a 1 (um) ano;

4 — só poderão ser indicados oficiais com menção "muito bem" ou "bem" no curso da Escola de Estado-Maior.

b) *Permanência na comissão*: 2 (dois) anos;

c) *Indicação*: de conformidade com o art. 6º do Decreto-lei n. 9.825, de 10 de setembro de 1946;

d) *lotação*: fixada de conformidade com a Lei n. 437, de 18 de outubro de 1948.

B) *Cursos ou Estágios.*

a) *condições para indicação*:

1 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra comissão no estrangeiro de duração superior a 3 (três) meses;

2 — possuir o curso brasileiro correspondente ao curso ou estágio para o qual fôr indicado, salvo se não existir curso correlato na nossa organização militar;

3 — a indicação deverá recair nos melhores classificados nos cursos brasileiros correspondentes, quando fôr o caso.

b) *duração do curso ou estágio*: subordinada à do respectivo curso ou estágio.

c) *indicação*: do Estado-Maior do Exército e Departamento Técnico e de Produção do Exército e aprovação do Ministro, salvo para os cursos de duração superior a 1 (um) ano, cuja indicação dependerá de aquiescência do Ministro.

d) *lotação*: fixada pelo Ministro.

C) *Comissão Militar Brasileira nos Estados Unidos da América do Norte (em Washington).*

a) *condições para indicação*:

1 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra comissão no estrangeiro de duração superior a 6 (seis) meses.

2 — o Chefe da Comissão deverá possuir o curso de Estado-Maior ou Técnico.

b) *permanência na comissão*: 2 (dois) anos para o Chefe da Comissão e 1 (um) ano para os demais militares que a integram.

c) *indicação*: do Ministro.

d) *lotação*: fixada pelo Ministro, levando em conta os encargos que forem atribuídos a esta Comissão.

D) *Encarregados da Edição Brasileira da "Military Review".*

a) *as condições para indicação*:

1 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra co-

missão no estrangeiro de duração superior a 3 (três) meses;

2 — possuir o curso de Estado-Maior ou Técnico.

3 — ter perfeito conhecimento da língua inglesa.

b) *permanência na Comissão*: 1 (um) ano.

c) *indicação*: do Ministro.

d) *lotação*: fixada pelo Ministro.

E) *Instrutor ou Professor em Escolas Militares Estrangeiras.*

a) *condições para indicação*:

1 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra comissão no estrangeiro de duração superior a 1 (um) ano;

2) possuir o curso brasileiro correspondente e o da escola estrangeira para a qual foi proposto, se fôr o caso;

3 — ter conhecimento da língua do país onde vai exercer essa comissão;

4 — para professor da língua portuguesa nessas escolas deverá ser indicado oficial de reconhecida aptidão para o exercício da função.

b) *permanência na comissão*: 2 (dois) anos.

c) *indicação*: do Estado-Maior do Exército e aprovação do Ministro.

d) *lotação*: fixada pelo Ministro e subordinada ao convite das autoridades estrangeiras.

F) *Missão Militar de Instrução em país estrangeiro.*

a) *condições para indicação*:

1 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra comissão no estrangeiro de duração superior a 6 (seis) meses;

2 — as estipuladas pelo Ministro em obediência às exigências dos acordos internacionais firmados.

b) *permanência na missão*: 2 (dois) anos.

c) *indicação*: do Estado-Maior do Exército e aprovação do Ministro.

d) *lotação*: fixada pelo Ministro.

G) *Outras Comissões.*

a) *condições para indicação*:

1 — não ter feito curso, estágio ou desempenhado qualquer outra comissão no estrangeiro de duração superior a 6 (seis) meses;

2 — sempre que a natureza da comissão exigir, possuir o curso de Estado-Maior, Técnico ou Especializado.

b) *permanência na comissão*: fixada pelo Ministro de acordo com a

natureza da comissão, não podendo exceder de 2 (dois) anos.

c) *indicação*: a regular pelo Ministro de acordo com a natureza da comissão.

d) *lotação*: fixada pelo Ministro.

H) *Prescrições diversas.*

1 — não se consideram comissões ou missões no estrangeiro, a participação do militar em comitivas de autoridades em visitas oficiais, em delegações diplomáticas ou desportivas ou ainda quaisquer outras viagens que importem na sua permanência no exterior por prazo inferior a 2 (dois) meses;

2 — a participação de militares em operações de guerra, no exterior, não é, também, considerada comissão;

3 — terminado o prazo de permanência na comissão ou missão, o militar disporá do prazo máximo de 30 (trinta) dias para deixar o país onde se acha e retornar ao Brasil;

4 — nas comissões ou missões que exijam substituição, o prazo de 30 (trinta) dias para deixar o país será contado a partir da data de apresentação do substituto, devendo, em consequência, a substituição ser providenciada com a necessária antecedência;

5 — nas comissões ou missões de caráter técnico, criadas para acompanhar fabricação de material bélico e seu recebimento, o oficial que for designado para substituir um de seus membros deverá ser apresentado ao respectivo chefe um mês antes da data fixada para o término do prazo de permanência do oficial a ser substituído nessas comissões ou missões, visando a perfeita continuidade dos trabalhos;

6 — nas missões militares de instrução em país estrangeiro, o oficial que for designado para substituir um de seus membros, deverá ser apresentado ao respectivo chefe um mês antes da data fixada para o início das atividades do período de instrução; o oficial a ser substituído embora tenha concluído o prazo fixado para permanência nessa missão, nela deverá continuar até o término da primeira quinzena do novo ano de instrução, data em que deverá estar liberado para regresso ao Brasil;

7 — não será fornecida passagem, por conta do Estado, à família do militar designado para fazer o curso, estágio ou outra comissão (missão) no estrangeiro, de permanência inferior a 6 (seis) meses (art. 212 do C.V.V.M.);

8 — no caso de já haver o oficial desempenhado mais de uma comissão no estrangeiro em diferentes épocas, os prazos de permanência em cada uma delas serão somados, para os efeitos das prescrições estabelecidas neste Aviso;

9 — o oficial no desempenho de uma comissão no estrangeiro de duração fixada nas presentes instruções ou subordinados a substituições periódicas, não poderá acumular essa comissão com qualquer outra, excetuando-se o Adido à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos que, cumulativamente com suas funções normais, poderá desempenhar a de Delegado da Junta Interamericana de Defesa;

10 — as propostas de indicação de oficiais para qualquer comissão ou missão no estrangeiro deverão dar entrada no Gabinete do Ministro 4 (quatro) meses antes da data fixada para seu início ou do término do prazo de permanência do oficial a ser substituído; as relativas a cursos e estágios, em princípio, obedecerão ao mesmo prazo, salvo, quando a data de início deles e a necessidade da realização de cursos prévios de orientação, a cargo do Estado-Maior do Exército, exigirem a modificação desse prazo. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 753, de 6-XI-951 — "Diário Oficial" de 12-XI-951.)

RESTRIÇÃO AO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em face da alarmante baixa do nível d'água no reservatório de Ribeirão das Lages, circunstância que está ocasionando sérias dificuldades para o fornecimento de energia elétrica, recomendo que as Unidades, Estabelecimentos e Reparações, com sede nesta Capital, cooperem eficientemente nesta emergência, reduzindo ao mínimo os seus consumos de energia elétrica e fazendo funcionar, sempre que possível, as unidades Diesel elétricas existentes — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 774, de 14-XI-951 — "Diário Oficial" de 16-XI-951.)

CRIAÇÃO DE TIRO DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve, nos termos do art. 74 do Decreto-lei n. 9.500, de 26 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar)

criar o Tiro de Guerra n. 286, no Município de Guararapes, no Estado de São Paulo.

(Portaria n. 256, de 16-XI-951 — "Diário Oficial" de 17-XI-951.)

VANTAGENS DEVIDAS A PRESIDENTE INTERINO DA C.R.S.S.E.

O Presidente Interino da Comissão Especial do Serviço Social do Exército consulta sobre quais as vantagens devidas a um Tenente-Coronel que substitui o General Presidente da referida Comissão.

Em solução, declaro que o assunto está regulado pelo Decreto n. 30.119, de 1-XI-951, publicado no "Diário Oficial" de 6-XI-951.

(Aviso n. 781, de 16-XI-951 — "Diário Oficial" de 17-XI-951.)

SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIA PARA MATRICULA

1. De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, fica suspensa, temporariamente, a exigência constante do n. 3. do parágrafo único do art. 10 das "Normas para a Inspeção de Saúde dos Candidatos à matrícula nos Estabelecimentos de Ensino do Exército", em 1932, devendo a Diretoria de Saúde apresentar, com a possível brevidade, as modificações que se propõe sugerir de acordo com as necessidades do Ensino, em seu Ofício n. 1.106-Gabinete, de 25 de outubro último. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 789, de 16-XI-951 — "Diário Oficial" de 21-X-951.)

INSPEÇÕES DE SAÚDE SEMESTRAIS A PARA-QUEDISTAS

Em complemento às Instruções publicadas no Boletim do Exército n. 7, de 17 de fevereiro de 1951, Portaria n. 31, de 6-I-951 — Título IV) e com a finalidade de zelar pela conservação do vigor físico do para-quedista que necessita de um controle periódico de suas condições de saúde, por força, natureza e obrigações inerentes à especialidade, determino que:

a) Todos os para-quedistas militares, no desempenho de suas funções, sejam compulsoriamente submetidos

a uma inspeção de saúde semestral, pela Junta Médica da Escola de Para-quedistas, constando obrigatoriamente de:

— Radiografia do coração e dos pulmões;

— Tensão arterial;

— Pulsação por minuto;

— Exame de urina;

— Exames neuro-psiquiátrico e psicológico;

— Reações sorológicas da sífilis.

b) As inspeções de saúde serão dadas um dos seguintes pareceres:

— "Apto para continuar no para-quedismo";

— "Incapaz temporariamente para o para-quedismo"; ou

— "Incapaz definitivamente para continuar no para-quedismo".

c) Julgado incapaz temporariamente ou definitivamente para o para-quedismo, deverá a Junta Médica de Saúde da Escola declarar se o examinado está apto, incapaz temporária ou definitivamente para o serviço do Exército. — Newton Estillac Leal, Ministro da Guerra.

(Aviso n. 762, de 7-XI-951 — "Diário Oficial" de 24-XI-951.)

CONTAGEM PELO DÓBRO DE LICENÇA NÃO GOZADA

Considerando que o Decreto número 30.119, de 1 de novembro de 1951, que solucionou os casos omissos do Código de Vencimentos e Vantagens, manda contar pelo dobro, para os efeitos do art. 53 do referido Código (Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951) os períodos de licença não gozadas, os quais deverão ser averbados, em caráter irrevogável, a pedido dos interessados, e a fim de uniformizar o processo de concessão dessa vantagem, determino sejam cumpridas as seguintes prescrições:

Oficiais

a) O pedido de averbação deverá ser feito em parte escrita ao Comandante do Corpo, Chefe ou Diretor do Estabelecimento ou Repartição, o qual, após estudo dos assentamentos do interessado, mandará averbar, em caráter irrevogável, e publicar em Boletim da Unidade Administrativa, comunicando, via rádio, à Diretoria a que estiver vinculado o oficial, para fins de controle, a averbação feita, com indicação do período ou períodos averbados.

- j) Instalações sanitárias;
 k) Depósitos de gêneros;
 l) Estado dos Dep. Adm. — Rancho — Enfermarias, inclusive xadres e isolamento — serviços e oficinas;
 m) Lixo, detritos (incinerador, etc.).

2) Aproveitamento:

- a) Alimentação;
 b) Aquisição ou fornecimento;
 c) Economia de rancho;
 d) Valor e número de rações.
 3) Água — Estado da rede de distribuição — Quantidade — Falta.
 4) Combustível.
 5) Viaturas (estado de conservação — eficiência).

III) Seções diversas:

- a) Secretaria (número de ofícios recebidos — expedidos — rádios e telegramas — memorando — encaminhamentos);
 b) Biblioteca;
 c) Oficinas;
 d) Portaria;
 e) Lavanderia;
 f) Garagem.

IV) Instrução:

- a) Estágio (quando houver);
 b) Centro de estudos — salão de sessões — relação dos assuntos apresentados.

V) Disciplina e Justiça (Anexar mapa conforme modelo):

- a) Recompensas;
 b) Punições (Repreensões, detenções, suspensões e prisões), de acordo com o modelo anexo;
 c) Sindicâncias;
 d) I.P.M.;
 e) Quadro percentual.

VI) Movimento financeiro:

- a) Vencimentos e vantagens;
 b) Movimento de fundos (discriminação mensal do movimento de Receita e Despesa com o título "Economias Administrativas") (Modelo anexo);
 c) Quadro demonstrativo do movimento de receita e despesas havidas nas dotações orçamentárias e Rancho, durante o ano;

d) Receita global e bruta do H.M.:

- e) Discriminar por meses, o número de etapas recebidas (modelo anexo);
 f) Discriminar por meses, a receita das etapas (modelo anexo);
 g) Receita líquida;
 h) Preço do leito dia;
 i) Média de dias de permanência de cada doente no H.M.;
 j) Estudo das verbas.

VII) Conclusões e sugestões.

VIII) Gráfico do número de etapas de hospitalização.

Idem. Idem de indenização de etapas de hosp. recebidas.

Nota: Leito dia — Cálculo.

Despesa do H.M.

Saldo do ano anterior....	Cr\$....
Vencimentos e Vantagens do pessoal.....	Cr\$....
Indenizações de etapas.....	Cr\$....
Subconsignações orçamentárias.....	Cr\$....
Indenizações de acidentados.....	Cr\$....
Fornecimento de medicamentos pelo L.Q.F.E.....	Cr\$....

A deduzir:

Saldo das economias.....	Cr\$....
Recolhimento a C.G.E.G.....	Cr\$....
Outras despesas.....	Cr\$....

Despesas: $U - J = Z$.

Leito dia — Número de doentes hospitalizados durante o ano.....

a) Número de leitos dia (soma dos dias em que cada doente permaneceu no Hospital).....

b) Média de permanência de cada

$$\text{doente} = \frac{b}{a} = c$$

Média diária dos doentes hospitalizados:

$$\frac{b}{365} = \dots d$$

Custo real de cada leito dia:

$$\frac{z}{b} = \dots$$

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Cel. Niso Montezuma.

Cel. Adalardo Fialho.

Cel. Aluizio de Miranda Mendes.

Cel. Irapuan Xavier Leal.

Ten.-Cel. A. C. Moniz de Aragão.

Ten.-Cel. M. R. C. Lisboa.

Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.

Ten.-Cel. José Codeceira Lopes.

Major Augusto O. Pereira.

Major Cesar Neves.

Major Floriano Möller.

Cap. Estevam Meirelles.

Cap. Jonas Correia Neto.

Cap. José M. Santos.

Ten. Diógenes Vieira Silva.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR